

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA**

**Alexandre F. Mattioli**

**A TEIA DE PODER: O CORONEL JUNQUEIRA E A POLÍTICA DA  
PRIMEIRA REPÚBLICA – RIBEIRÃO PRETO DE 1889-1932**

**UBERLÂNDIA**

**2014**

**Alexandre F. Mattioli**

**A TEIA DE PODER: O CORONEL JUNQUEIRA E A POLÍTICA DA  
PRIMEIRA REPÚBLICA – RIBEIRÃO PRETO DE 1889-1932**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História política e imaginário.

Orientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu.

**UBERLÂNDIA**

**2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

M444t Mattioli, Alexandre ., 1984-  
2014 A teia de poder: O coronel Junqueira e a política da  
Primeira Republica – Ribeirão Preto de 1889-1932.-2014  
161f.:il.

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social – Teses. 3  
Coronelismo- Teses. 4. Ribeirão Preto (SP) – História –  
1889-1932- Teses. I .Abreu, Jean Luiz Neves. II.  
Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-  
graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

**Alexandre F. Mattioli**

**A TEIA DE PODER: O CORONEL JUNQUEIRA E A POLÍTICA DA  
PRIMEIRA REPÚBLICA – RIBEIRÃO PRETO DE 1889-1932**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Orientador) (UFU)

---

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU)

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Lilian de Oliveira Rosa (CBM)

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão desta dissertação de mestrado é fruto de três anos de dedicação à pesquisa. Ao longo dessa jornada, pude encontrar pessoas que me guiaram e me ajudaram a seguir em frente. Apresento a elas meus sinceros agradecimentos.

À minha esposa Patrícia, companheira de vida que sempre me inspirou a lutar pelos meus sonhos: obrigado por compreender minha ausência pelo tempo que precisei passar trabalhando e pesquisando.

Ao meu pai, Antônio Carlos, invariavelmente presente nos momentos difíceis, e à minha irmã Alessandra por lembrar-me de que há mais na vida do que apenas trabalho.

Ao meu orientador, Jean Luiz Neves Abreu, pela dedicação, pelos bons conselhos, pelos apontamentos e pela leitura cuidadosa do meu trabalho.

Aos professores Antônio Almeida, Mara Nascimento e Josianne Cerasoli por suas aulas – que contribuíram imensamente para minha formação – e por suas discussões, que certamente enriqueceram este trabalho.

À professora Lilian Rosa, sempre disposta a auxiliar e a orientar e presente na minha vida acadêmica desde as primeiras pesquisas na graduação.

Especial agradecimento ao professor Alexandre de Sá Avelar, por indicar valiosos rumos para a pesquisa e por seus inestimáveis apontamentos na banca de qualificação, que permitiram um grande aperfeiçoamento desta dissertação.

Ao professor Giovanni Levi, quem muito admiro, não somente pela qualidade ímpar de seu trabalho, mas por sua simplicidade e simpatia, evidenciadas durante seu curso. Agradeço-o por ler o projeto e me incentivar a seguir adiante. A oportunidade de conhecê-lo constitui-se, sem dúvida, numa inesperada contribuição às realizações reveladas e proporcionadas por essa pesquisa.

Aos professores e amigos Rodrigo Paziani e Humberto Perinelli Neto pelos ensinamentos, conversas e orientações, indispensáveis ao seguimento dessa pesquisa.

Grande agradecimento ao amigo e professor Robson Pereira por ter compartilhado os frutos de sua pesquisa e me dado à possibilidade de conhecer

mais sobre o Cel. Quinzinho. Os relatos sobre o coronel nos diários íntimos de Altino Arantes foram, com certeza, fontes que contribuíram muito para este trabalho.

Aos secretários do PPGHIS e aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto; sempre muito solícitos e prontos para auxiliar nos momentos mais decisivos.

Ao grande Eduardo Valle, meu compadre, que desde o princípio foi o grande incentivador desse projeto, estando presente do ingresso no programa ao último momento. Agradeço-o pela camaradagem nas intermináveis viagens, pela amizade sincera, pela constante ajuda e por estar ao meu lado em todas as aventuras que essa jornada proporcionou.

Ao amigo Marcelo “Pudim” por ter me recebido em sua casa durante dois anos. Essa pesquisa não teria sido possível sem sua valorosa amizade, sem dúvida um dos grandes ganhos dessa pós-graduação.

Aos amigos Wallace e Thiago pela camaradagem e por terem transformado as rotinas e os esforços das aulas e da pesquisa em algo mais divertido e agradável.

Aos colegas de curso pela convivência e pelas contribuições nesses anos que passei como aluno de mestrado. Nossa amizade e nossas discussões foram muito importantes para mim.

Agradeço também a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Enfim, muito obrigado a todos!

Para fazer história, virai decididamente as costas para o passado e vivei primeiro. Misturai-vos à vida. À vida intelectual, sem dúvida, em toda a sua variedade.

## RESUMO

MATTIOLI, A. F. **A teia de poder**: O coronel Junqueira e a política da Primeira Republica – Ribeirão Preto de 1889-1932. 2014. 173p. Dissertação de Mestrado. Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2014.

Este trabalho teve como objetivo analisar a trajetória política do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. Para tanto, desenvolveu-se uma investigação sobre a construção de sua teia de poder, por meio da qual exerceu forte influência política no interior do estado de São Paulo, principalmente na região de Ribeirão Preto, muitas vezes, impactando também a política estadual e federal. Desse modo, foi brevemente analisada a formação da cidade de Ribeirão Preto e também a poderosa família Junqueira, especialmente em relação às suas estratégias de obtenção e manutenção de poder. Nesse contexto, foram discutidos aspectos do coronelismo e da atuação do coronel Junqueira durante momentos relevantes da história da Primeira Republica, como a Revolta Tenentista e a Revolução Constitucionalista de 1932. Isso foi possível por meio da reunião de informações do acervo privado do coronel Junqueira e de outros políticos importantes da Primeira República – como o governador do estado de São Paulo Altino Arantes e o presidente da República Washington Luiz –, assim como de jornais, de atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto e de diversas outras fontes. Investigou-se também, para enriquecer este trabalho, diversos elementos da cultura política do interior do estado de São Paulo, particularmente entre os anos de 1887 e 1932.

**PALAVRAS-CHAVE:** História política; Primeira República; Coronelismo.



## **ABSTRACT**

MATTIOLI, A. F. **The web of power**: The Colonel Junqueira and politics of the First Republic - Ribeirão Preto from 1889 to 1932. 2014. 173p. Master's Dissertation. History Institute, Federal University of Uberlândia. Uberlândia, 2014.

This study aimed to analyze the political career of Colonel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. Thus, were developed a research on the construction of its web of power, through which exerted a strong political influence in the state of São Paulo, especially in the region of Ribeirão Preto, also often impacting the state policy and federal. Thereby, was briefly analyzed the formation of the Ribeirão Preto city and also the powerful family Junqueira, especially regarding their strategies for obtaining and maintaining power. In this context, were discussed aspects of the acting of the colonels and colonel Junqueira during relevant moments in the history of the First Republic, as the Lieutenants' Revolt and the Constitutional Revolution of 1932. This was possible through information gathering of the private collection of Colonel Junqueira and other important politicians of the First Republic - as the governor of the state of São Paulo Altino Arantes and the president Luiz Washington - as well as newspapers, minutes of the Municipality of Ribeirão Preto and several other sources. Also were investigated to improve this work several elements of the political culture of the state of São Paulo, particularly between the years 1887 and 1932.

**KEYWORDS:** Political History; First Republic; Coronelism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Visita, em 1907, de Jorge Tibiriçá à fazenda de Quinzinho .....	23
<b>Figura 2</b> – Caminho dos Goiases.....	26
<b>Figura 3</b> – Divisas das fazendas pioneiras .....	34
Figura 4 – Trajeto dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana .....	47
Figura 5 – Foto do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, uma das poucas que sobreviveu ao tempo. ....	52
Figura 6 – Recibo de pagamento.....	80
Figura 7 – Reunião de renomados políticos em homenagem ao médico Luís Pereira Barreto .....	109
Figura 8 – Capa do jornal <i>O Parafuso</i> do dia 15 de dezembro de 1920 .....	127

## SUMÁRIO

1. CULTIVANDO O QUINTAL OU COMO OS JUNQUEIRA PARTICIPARAM DA FUNDAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO .....	22
1.1 O CORONEL JOAQUIM DA CUNHA DINIZ JUNQUEIRA .....	52
2. AS TEIAS DE PODER DO CORENAL JUNQUEIRA .....	60
2.1: O CASAMENTO COMO ESTRATÉGIA: COMO A TEIA DE PODER GANHOU NOVOS ELEMENTOS .....	60
2.2. O CORONELISMO .....	69
2.3. CHEGA A REPÚBLICA .....	76
2.4. CAMPANHA CIVILISTA DE 1910 .....	89
2.5. A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A DERROTA DO CORONEL ALEMÃO .....	100
3. O CORONEL E SEU POVO .....	105
3.1. A RELAÇÃO DO CORONEL JUNQUEIRA COM O “SEU POVO” .....	105
3.2. CORONÉIS, DELEGADOS E BANDIDOS.....	118
3.3: O CRIME DE CRAVINHOS.....	124
3.4. A REVOLTA TENENTISTA E O PERDÃO DO CORONEL JUNQUEIRA.....	136
3.5. A CRISE DA ECONOMIA CAFEEIRA .....	140
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	151
5. FONTES .....	153
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153

O historiador não é um juiz.  
(Lucien Febvre)

## PREFÁCIO

Ao pensar em como iniciar este texto, um pequeno exercício de memória fez-me lembrar dos motivos de como um tema a que estou tão ligado nos últimos anos despertou meu interesse a ponto de escrever uma dissertação sobre o assunto.

Durante o trabalho de conclusão de curso da minha graduação em História, realizei uma pesquisa sobre o anarquismo no interior de São Paulo, durante a qual fontes de pesquisa revelaram-me mais sobre a história política da minha cidade – Ribeirão Preto. Mesmo focado em encontrar indícios da atuação anarquista na região, e longe de investigar diretamente a atuação dos coronéis, um nome era recorrente em quase todas as fontes sobre a política na cidade e na região: o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, também conhecido como Quinzinho da Cunha ou coronel Junqueira.

Esse nome não era totalmente desconhecido por mim na época, uma vez que na região contam-se muitas histórias sobre a época de ouro do café. E, nessas histórias, não raramente, são lembrados os grandes coronéis que por aqui viveram. Além disso, o nome da família Junqueira permanece vivo na memória popular da região, em vista de muitas escolas, instituições, bibliotecas, praças, ruas e avenidas terem sido batizadas em homenagem ao coronel ou aos seus familiares. No entanto, pouco ou quase nada conhecia sobre sua história.

Conforme avançava nas pesquisas, a curiosidade sobre esse coronel avivava-se a cada demonstração de poder que aparentava ter. Questionava-me quem era, de fato, esse homem, que parecia ter sido o dono do poder na região durante praticamente toda a sua vida, e que via a cidade como propriedade sua, seu *quintal*, ideia recorrente neste texto e examinada mais adiante.

Passada a conclusão da graduação, tive a oportunidade de continuar minhas pesquisas sobre a política na região de Ribeirão Preto na Primeira República, por meio da qual tive contato com diversos trabalhos que se referiam ao coronel Junqueira, como os trabalhos de doutorado de Rodrigo Paziani, que pesquisou sobre o prefeito de Ribeirão Preto, Joaquim Macedo Bittencourt<sup>1</sup>, do grupo político do [coronel] Quinzinho, a dissertação de Rafael Cardoso, que escreveu sobre Iria

---

<sup>1</sup> PAZIANI. *Construindo a 'Petit Paris'*.

Alves, a “Rainha do Café”<sup>2</sup>, parente do coronel e parte atuante da família Junqueira, Robson Mendonça Pereira<sup>3</sup>, que escreveu sobre Washington Luís durante seu mandato de prefeito de Batatais, e o doutorado de Humberto Perinelli<sup>4</sup>, que trabalhou com o processo de modernização da cidade de Barretos e seus atores, entre outros.

Notei que o cel. Quinzinho nunca foi devidamente estudado pelos historiadores ocupados com temáticas políticas – sendo citado por alguns autores como Joseph Love<sup>5</sup>, José Ênio Casalecchi<sup>6</sup> e Thomas W. Walker<sup>7</sup>.

Não obstante essa omissão, o coronel foi um dos articuladores políticos do Brasil, sendo peça central de uma vasta rede de relações personalistas de poder, que açambarcava funcionários públicos de todos os tipos: delegados de polícia, diretores de escola, escrivães, juízes, deputados federais e estaduais, ministros, Presidentes de Estado e Presidentes da República.

Com a curiosidade a florada, e um sentimento de que esse indivíduo que poderia revelar interessantes perspectivas sobre a história local, desenvolvi um projeto para estudar sua trajetória política e o resultado aqui está, como resultado de um processo de imersão de pouco mais de dois anos na vida do Quinzinho.

Em alguns aspectos dessa pesquisa, pode-se afirmar que ela tem uma inspiração biográfica, no entanto, não considero correto pensar nessa pesquisa como uma biografia.

Em diversos momentos, autores que tratam de biografias históricas me auxiliaram a compreender melhor a trajetória do coronel, mas meu recorte manteve-se quase sempre mais voltado aos aspectos de sua trajetória e à sua atuação política.

O foco restrito à vida adulta e à trajetória política do coronel Junqueira é motivado basicamente pela necessidade de me dedicar por vários anos a pesquisas de cunho biográfico e, conseqüentemente, pela impossibilidade de cumprir os prazos exigidos pelos programas brasileiros de mestrado. Investigar toda uma vida, e o esforço para compreendê-la, demanda um empreendimento demorado, que exige maturidade e pode levar décadas para ser concluído.

---

<sup>2</sup> MELLO. *Um “coronel de saias” no interior paulista*.

<sup>3</sup> PEREIRA. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1890-1900)*.

<sup>4</sup> PERINELLI NETO. *Ensaio de História*.

<sup>5</sup> LOVE. *A locomotiva*.

<sup>6</sup> CASALECCHI. *O Partido Republicano Paulista (1889-1920)*.

<sup>7</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*.

Outro fator que me levou a não investir em uma abordagem biográfica é o conjunto de fontes que encontrei à disposição ao longo das pesquisas nos diversos arquivos que utilizei. Apesar da abundância e da pluralidade de fontes encontradas (foram documentos de vários tipos: telegramas, cartas, jornais, diários, atas da câmara de vereadores, fotografias, recibos, anotações etc.), quase não foi possível encontrar fontes que tratassem de sua vida particular. Além disso, as fontes documentais acessíveis foram produzidas durante a vida adulta do coronel Junqueira, as quais não trazem evidências seguras de sua vida toda.

Assim, durante o processo de redação desse texto, foquei-me na vida adulta do coronel e me atentei mais profundamente em sua trajetória política, sem nunca ignorar qualquer outro tipo de evidência que permitisse uma melhor compreensão do objeto desse estudo.

Loriga traça um panorama muito interessante sobre a relação entre o gênero biográfico e a História, apresentando os momentos de aproximação e de afastamento dos gêneros e chegando ao momento atual, no qual a biografia problematiza e se utiliza dos métodos historiográficos, renovando o gênero e trazendo-o para o âmbito da História.<sup>8</sup>

A explicação do título de seu trabalho remete à busca desse X, que seria a contribuição pessoal do indivíduo, a obra de seu livre arbítrio:

A expressão é do grande historiador alemão Johann Gustav Droysen que, em 1863, escreve que se chamarmos de A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então, esse A é formado por A + X, em que A contém tudo aquilo que lhe vem – circunstâncias externas do seu país, do seu povo, da sua época etc. – e em que X representa a sua contribuição pessoal, a obra do seu livre arbítrio.<sup>8</sup>

De certa forma, o presente estudo busca esse X e o que ele significou na vida de Joaquim Diniz da Cunha Junqueira.

Procurei entender, por meio desse trabalho, quais seriam os valores da cultura política da região do interior paulista durante a Primeira República e também quais seriam as motivações que levaram os antigos *patriarcas* a abandonarem suas

---

<sup>8</sup> LORIGA. *O pequeno X*.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 15.

autarquias e o insulamento em busca de uma solidariedade entre pares, sob a liderança de um *chefe*. Poderíamos reformular esse problema desta forma: por que uma elite com base no *coffee business*, organizados em um partido como o PRP, estaria sob a liderança de Quinzinho?

Afinal, qual o verdadeiro poder da influência do coronel Junqueira na política da Primeira República? Seria realmente o papel do coronel apenas um elo local na cadeia de comando dos partidos políticos, tendo pouco a opinar nas políticas estaduais e nacionais e restringindo-se a mero executor das decisões das lideranças do partido?

Na realidade, a finalidade maior dessa pesquisa é entender como se formou a teia de poder que permitia Quinzinho operar em vários níveis de influência, não só em sua região, mas também em âmbito estadual e até federal.

Uma primeira hipótese levantada por este trabalho é a de que o exame atencioso da trajetória política dessa personagem, e a forma com que Quinzinho urde uma teia política por meio de relações pessoais e influencia as escolhas do público, pode contribuir para a compreensão da cultura política em São Paulo durante a Primeira República.

Para instrumentalizar a pesquisa, utilizei o conceito de cultura política, conceito ainda em desenvolvimento na historiografia brasileira, mas que vem demonstrando grandes possibilidades na realização de trabalhos que fazem a interface entre política e cultura.

É possível conceituar cultura política como:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.<sup>9</sup>

Assim, a cultura política é tomada como um instrumento de análise, uma vez que abordei não só a atuação política do Coronel Junqueira, que transparece ao público pelos artigos de jornal e pelas resoluções registradas em atas da câmara municipal, como também analisei as relações pessoais que se desenvolveram em

---

<sup>9</sup> MOTTA. *Culturas Políticas na História*, p. 21.



seu entorno e que se manifestaram por suas correspondências, e as representações que se fazem nos escritos dos memorialistas da cidade de Ribeirão Preto.

Aliado a isso, discuti a pluralidade das culturas políticas dentro de um mesmo país, o que me levou a questionar qual era a cultura política que se desenvolveu na região de Ribeirão Preto durante o período da Primeira República.

Segundo Berstein:

É evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores compartilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante.<sup>10</sup>

Outra hipótese é a de que havia uma cultura política dominante da região de Ribeirão Preto durante esse período, e que ela foi construída pela atuação dos coronéis em sua relação com os partidos políticos e a sociedade.

Construí o método dessa pesquisa buscando as melhores ferramentas e seguindo as orientações de Giovanni Levi, quando ele expõe sua postura quanto à discussão metodológica:

[...] nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. A meu ver, a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e, todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições.<sup>11</sup>

Acreditando que o contexto histórico não seja o bastante para responder a todas as questões sobre a atuação de um indivíduo, é mais prudente estar preparado para lidar com as incoerências e as lacunas de uma vida.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> BERSTEIN. “A Cultura Política”. In: RIOUX; SIRINELLI (Orgs.). *Para uma História Cultural*.

<sup>11</sup> LEVI. Os Usos da Biografia. In: FERREIRA; AMADO (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*.

<sup>12</sup> SCHMIDT. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: *Indivíduo, biografia e história / Estudos Históricos*, p. 12.

Em alguns eventos analisados no trabalho, investiguei como as ações do coronel Junqueira revelaram-no um indivíduo único. Em razão dessa investigação, tornou-se evidente que inúmeros pontos de tensão orientavam suas ações:

Devemos lembrar que os trabalhos de micro história nos mostram que não há necessidade que o indivíduo represente um caso típico, ao contrário, vidas que se afastam da média levam talvez a refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino e o conjunto do sistema social.<sup>13</sup>

Minhas principais fontes foram correspondências ativas e passivas do coronel Junqueira, que permitiram conhecer suas principais ações como líder político, um pouco das suas articulações privadas, e também de conhecer um pouco mais de suas relações sociais particulares com amigos e familiares.

Como fontes, usei um acervo privado, principalmente de um grande volume de cartas, considerando que:

A correspondência é um tipo de documentação abundante e variada, mas também fragmentada e dispersa, muitas vezes, quase inacessível, pelas barreiras impostas pelos segredos (familiares, políticos, profissionais) e pela invasão de privacidade que seu exame pode acarretar.<sup>14</sup>

É importante salientar que são necessárias algumas reflexões sobre como tratar desse tipo de fonte, conforme aponta Gomes:

Trabalhar com cartas, assim como trabalhar com outros documentos, privados ou não, implica procurar atentar para uma série de questões e respondê-las. Quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais elas foram escritas? Onde foram encontradas e como foram guardadas? Qual ou qual(is) o(s) seus(s) objetivo(s)? Qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem? Essas questões podem se multiplicar, chamando a atenção do analista para as importantes relações estabelecidas entre quem escreve, como escreve e o suporte material usado na escrita.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> LORIGA. A biografia como problema. In: REVEL (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, p.249.

<sup>14</sup> GOMES. *Escrita de si, escrita da história*, p. 21.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 21.

A correspondência privada é um espaço que frequentemente acumula temas e informações, sem um sentido de hierarquia, ordem ou finalização. Devem-se levar essas reflexões em conta durante o andamento da pesquisa.

Ainda segundo Gomes:

A escrita epistolar é, portanto uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para estreitamento (ou rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao “outro” uma série de informações e sentimentos íntimos, quanto porque cabe a quem lê, e não a quem escreve (o autor/editor), a decisão de preservar o registro. A ideia de pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas.<sup>16</sup>

As correspondências escritas pelo coronel foram encontradas no Arquivo público do Estado de São Paulo. Nos fundos privados de Altino Arantes e de Washington Luís, encontrei mais de quarenta e cinco cartas escritas pelo coronel e endereçadas aos dois políticos. No entanto, dei maior atenção às cartas escritas durante o período em que Altino Arantes exerceu seu mandato como presidente do Estado de São Paulo (1916 a 1920) e Washington Luís, como presidente da República (1926 a 1930).

As cartas encontradas no acervo pessoal do Cel. Junqueira foram preservadas por seus herdeiros e, posteriormente, doadas para o Arquivo Público e histórico de Ribeirão Preto, mantido pelo município. Essas fontes sugerem que o coronel mantinha uma intensa troca de correspondência com várias figuras políticas que ocupavam cargos desde a Câmara de Vereadores de Ribeirão Preto e região até o gabinete da presidência da República, passando por vários gabinetes ministeriais.

Juntamente com as cartas, encontrei outros documentos com informações importantes, como documentos sobre os negócios das empresas controladas pelos Junqueira, papéis de negociação do café no porto de Santos e sua exportação e negociação na bolsa dos EUA, documentos relativos às comissões do Partido Republicano Paulista, notas de pagamento por serviços prestados, documentos sobre as campanhas eleitorais.

---

<sup>16</sup> GOMES. *Escrita de si, escrita da história*, p. 19.

Nesse ponto, tenho de observar que essas fontes passaram por um processo de “recorte”, já que os documentos doados para o arquivo passaram por escolha dos herdeiros, que, aparentemente, se preocuparam em preservar as fontes relativas a trajetória política e empresarial de Quinzinho, contribuindo, assim, para preservar determinada memória de seu ilustre ancestral. Poucos foram os indícios da vida particular do coronel, apenas em alguns aspectos consegui vislumbrar sua figura íntima.

Usei jornais da época, especialmente o jornal *A Cidade*<sup>17</sup>, que foi de propriedade do coronel Junqueira e, por um período, órgão oficial de propaganda do PRP em Ribeirão Preto.

Consultei as atas da Câmara de vereadores de Ribeirão Preto, onde procurei compreender melhor o cenário político municipal, o relacionamento entre as alas políticas e como as articulações particulares observadas nas cartas poderiam ser cotejadas com os debates públicos e seus desdobramentos.

No primeiro capítulo, “Cultivando o quintal ou como os Junqueira participaram da fundação de Ribeirão Preto”, tratei da formação da cidade de Ribeirão Preto, palco de boa parte dos acontecimentos analisados neste texto. Além disso, abordei as raízes da família Junqueira desde sua chegada ao Brasil e como se fixaram na região. Para isso, busquei compreender como a família se transformou em uma das mais ricas e poderosas da região e quais estratégias ela utilizou para manter ou ampliar seu poder face às mudanças que ocorreram.

No segundo capítulo, “As teias de poder do coronel Junqueira”, abordei algumas das estratégias para a construção da teia de poder da família Junqueira ao longo do tempo e como Quinzinho foi capaz não só de utilizar essas estratégias tradicionais como renová-las. Analisei a utilização do casamento endógamo ou exógamo como forma de manutenção da riqueza, posse de terras produtivas e adesão de capital material e humano.

Por se tratar de um trabalho de história política durante a Primeira República e o meu interesse ser a trajetória política de um coronel, foi necessário expor, nesse momento do texto, uma breve revisão bibliográfica sobre o coronelismo e uma explicação sobre quais conceitos de coronelismo foram utilizados na construção dessa pesquisa.

---

<sup>17</sup> A CIDADE. Ribeirão Preto, ano VIII, 1913, até o ano XXVIII, set-out, 1932.

Por último, esse capítulo aborda a Proclamação da República como um momento que levou à necessidade de uma adaptação dos principais atores políticos para atingir sua manutenção no poder dentro das novas instituições.

No terceiro capítulo, trabalhei mais com a relação entre o coronel Junqueira e algumas camadas da população de Ribeirão Preto e região, tentando entender um pouco mais sobre como era operada sua teia de poder por meio de indicações para cargos públicos, trocas de favores e mesmo seu prestígio pessoal.

Investiguei também a relação do coronel com as forças policiais, em especial os delegados de polícia da região, e o possível envolvimento de Quinzinho com elementos considerados criminosos.

Abordei os impactos da Revolta Tenentista e o fim da Primeira República em 1930 na trajetória política do coronel Quinzinho Junqueira e seus últimos esforços, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, para lidar com a idade avançada e com seus problemas crônicos de saúde crônicos. Considerando esses aspectos, a pesquisa abrangeu o período de 1889 a 1932.

## **CAPÍTULO 1**

CULTIVANDO O *QUINTAL* OU COMO OS JUNQUEIRA PARTICIPARAM DA  
FUNDAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO

## 1. CULTIVANDO O QUINTAL OU COMO OS JUNQUEIRA PARTICIPARAM DA FUNDAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO

O título do primeiro capítulo vem da necessidade de explicar qual o sentido empregado ao termo *quintal* ao longo dessa pesquisa, pois termos generalizantes, como *curral eleitoral* e *quintal eleitoral*, comumente adotados quando se trata do da Primeira República ou da República *Velha* são – não raras vezes – empregados levianamente.

Os livros escolares difundem bastante esses termos que enfatizam a manipulação eleitoral, atribuindo demasiado poder aos políticos da época. Uma das expressões mais associadas a esse momento histórico brasileiro é o voto de *cabresto*.

Apesar de adotarmos o termo *quintal* ao longo do texto, não pretendo com isso minimizar a relevância de uma grande parcela da população na construção desse momento histórico. Ao longo de toda a pesquisa, nos pareceu bastante claro que há uma relação de barganha e simbiose entre o poder dos coronéis e sua rede de poder, formada de altos funcionários federais a colonos das fazendas de café. Nesse contexto, ocorreram disputas, antagonismos e alianças em diversos momentos.

O termo *quintal* é uma das formas pelas quais o coronel Junqueira gostava de chamar sua cidade natal, Ribeirão Preto, que era referida por ele e por outros membros do clã Junqueira como nosso “quintal”, nossa “casa” e, algumas vezes, nosso “alpendre”.<sup>18</sup>

A maneira como o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira se refere à cidade de Ribeirão Preto, *quintal*, ganha um sentido particular quando descobrimos que, de fato, muitas questões políticas importantes foram resolvidas nos bancos do seu quintal, seu local favorito para receber amigos e políticos.

---

<sup>18</sup> Para mais referências sobre o emprego desses termos consulte as correspondências do ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP). Acervo particular Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. O conjunto é composto por documentos que refletem, principalmente, as experiências políticas do titular: correspondências, escrituras, notas fiscais, recortes de jornais, recibos, ordens de pagamento ao serviço de alistamento eleitoral, lista de eleitores e cédulas de títulos eleitorais formam a maioria dos documentos.



**Figura 1** – Visita, em 1907, de Jorge Tibiriçá à fazenda de Quinzinho<sup>19</sup>

A figura 1 retrata a visita, em 1907, do Dr. Jorge Tibiriçá à fazenda do coronel Quinzinho. Nesse ano, Tibiriçá ocupava o cargo de presidente do Estado de

---

<sup>19</sup> MATTOS. *Família Junqueira*, p. 219.



São Paulo. Nessa figura, o presidente do Estado está na frente, à direita, com um chapéu branco, e, ao seu lado direito, um pouco mais acima, o coronel Quinzinho.

Essa imagem apresenta um grande número de políticos relevantes para a região de Ribeirão Preto reunido no quintal de Quinzinho.

Outro ponto curioso nessa fotografia é que ela também revela a presença do maior inimigo político de Quinzinho. Nesse evento, podemos notar o coronel Francisco Schimdt, também na fileira da frente, mais à esquerda. Essa foi a única imagem encontrada em que temos, juntos, os dois maiores coronéis da região.

Antes da construção do primeiro prédio da Câmara de vereadores na cidade de Ribeirão Preto, as sessões ocorriam na casa dos vereadores e, pelo grande número de vereadores da família Junqueira nesse período, a casa dessa família era o lugar habitual da reunião.<sup>20</sup>

Revelaremos, com mais atenção e ao longo do texto, que, com o passar dos anos e com o agravamento das suas condições de sua saúde, o coronel Quinzinho cada vez mais refugiou-se em sua fazenda, passando a lidar com as questões políticas do 10º distrito do quintal de sua casa, em meio aos cafezais, cavalos e cachorros que tanto apreciava.

Portanto, quando empregamos o termo *quintal*, procuramos nos referir ao fato de que os Junqueira tinham, na prática, poder sobre toda a região de Ribeirão Preto, sem que com isso estejamos desprezando as ações de outros atores históricos ou os excluindo do processo histórico em si.

Mais do que o cenário, onde boa parte dos acontecimentos analisados aqui teve lugar, Ribeirão Preto é uma espécie de personagem deste texto: é quase como se a todo o momento estivéssemos escrevendo um diálogo entre o Coronel e a Cidade. Essa cidade, que para ele era sua terra, seu *quintal*, foi conhecida por vários nomes: Eldorado Paulista, País do Café, *Petit Paris* e, mais recentemente, Califórnia brasileira, todos em referência a seu suposto “destino manifesto de grandeza”.<sup>21</sup>

No entanto, a saga de Ribeirão Preto não é tão diferente de outras cidades do interior paulista, onde, no fim do século XIX e início do século XX, o café foi principal motor da economia e fonte de grande poder político.

Em poucas décadas após o início das grandes plantações de café, chegaram os trilhos da ferrovia e, com eles, o mundo. Os antigos habitantes

---

<sup>20</sup> CIONE. *História de Ribeirão Preto*, v.3, p. 65.

<sup>21</sup> A CIDADE. Ribeirão Preto, 18 jun. 1931.

“caipiras e matutos” se aproximaram dos símbolos da modernidade e de todo o conflito que ela pode trazer. Alguns poucos fazendeiros se transformaram em poderosos coronéis; e as ruas das cidades cafeeiras, além de belo calçamento e planejamento, foram tomadas pelos mais diversos sotaques de imigrantes que desciam nas estações ferroviárias. A fortuna do café trouxe sofisticação ao sertão paulista e a pequena São Sebastião do Ribeirão Preto transformou-se na “Pequena Paris” do interior.

Além da riqueza do café, encontrava-se na mão dos coronéis grande poder político. Disputas por prestígio e por cargos no governo estavam na rotina dos poderosos, enquanto a cidade crescia, urbanizava-se e mudava.

Essa expansão (para o Oeste paulista) estabelece a enorme dianteira das terras do café sobre as outras regiões do país [...] Entupida de dinheiro, sua elite quer a todo custo modernizar-se. Aquelas vilazinhas, aqueles lugarejos que poucos anos antes eram apenas um parco aglomerado de casebres, anônimos, insignificantes, entregues à modorra sonolenta da rotina, num repente acordam, tomados de pressa ingente para entrar no bonde da história e atingir as benesses do progresso e da civilização, acordados que foram pelo aroma forte e instigante daquela bebida dadivosa [...] Admirável mundo novo que mescla sem possibilidades de separação o arcaico e o moderno. Era a *Belle Époque* caipira que tomava conta dos corações e das mentes das cidades do interior paulista.<sup>22</sup>

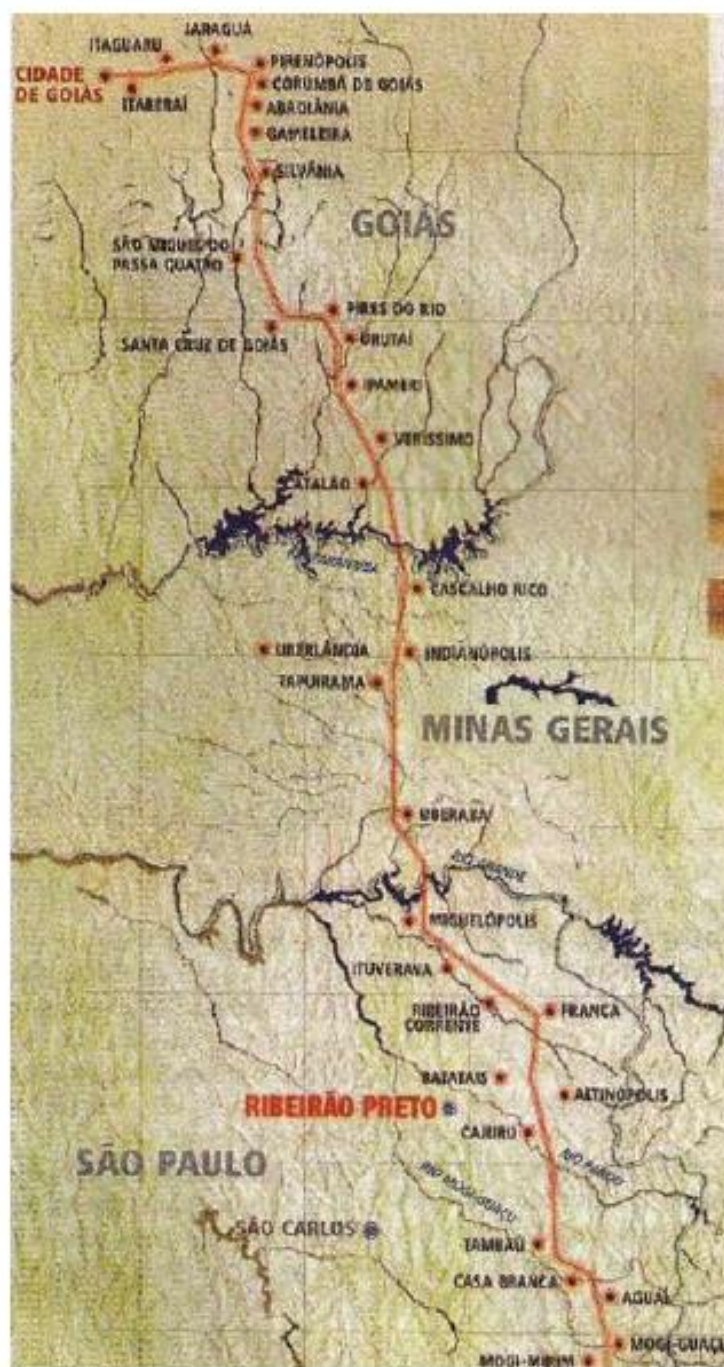
Nesse momento, a região de Ribeirão Preto foi ocupada por sertanistas que buscavam terras cultiváveis, em uma situação que coincide com o enfraquecimento da atividade mineradora em Minas Gerais. As buscas por novas fontes de renda, como a pecuária e a agricultura, atraíram esses sertanistas até a região.

Próxima à região de Ribeirão Preto (passando pela sua transversal), a antiga Estrada do Anhanguera – conhecida por “Caminho dos Goiaes”, que atravessava os atuais municípios de Mogi Guaçu, Casa Branca, Tambaú, Altinópolis, Batatais, Franca, Patrocínio Paulista, Ituverava e Araraquara até o Rio Grande – havia estagnado e caído em desuso entre as décadas de 1740 e 1790, quando as minas

---

<sup>22</sup> DOIN. *O Capitalismo Bucaneiro*, p. 307.

do sertão de Goiás esgotaram-se e uma nova passagem, que saía da província do Rio de Janeiro para a zona mineradora, foi descoberta.<sup>23</sup>



**Figura 2 – Caminho dos Goiaes**<sup>24</sup>

Apesar de não passar diretamente pelas terras das fazendas pioneiras de Ribeirão Preto, a estrada foi muito utilizada como ponto de referência, tanto em viagens longas como em deslocamentos locais. Foram criadas algumas estâncias

<sup>23</sup> LAJES. *O povoamento da Mesopotâmia Pardo-Mogi Guaçu por correntes migratórias mineiras*, p.154-159.

<sup>24</sup> A CIDADE. Ribeirão Preto, 18 jun. 2006, p. 9.

de pouso ao longo das proximidades da estrada, destinadas a oferecer mantimentos, animais descansados e sadios e um local para os viajantes pernoitarem antes de seguir sua longa jornada. As fazendas pioneiras são entendidas como formas iniciais de ocupação do território que deu origem à cidade de Ribeirão Preto.

Assim, o Caminho dos Goiazes serviu como acesso dos entrantes mineiros, como forma de escoar a produção da região e até como meio do crescimento da população, o que forçou a abertura de novas estradas.

As fazendas pioneiras eram, muitas vezes, grandes propriedades de famílias vindas de Minas Gerais. Assim, algumas dessas famílias criaram sólidas raízes na região, fato pelo qual sua tradição e sua história misturaram-se com a história de Ribeirão Preto. Neste trabalho, no entanto, enfocamos a atuação política da família Junqueira e aspectos pessoais de um de seus membros mais importantes, o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

É importante, nesse sentido, entender um pouco mais o lugar social dessa família, buscando, em suas raízes, indícios que explicam os motivos de os Junqueira se perpetuarem, com prosperidade, por tanto tempo como atores de relevância política e econômica na região. Essa família, uma das mais tradicionais da região de Ribeirão Preto, tem raízes em Portugal, no século XVIII. Segundo Cione:

As duas famílias de maior árvore genealógicas do país, eis que também afins, são os Arantes, aqui chegados em 1863, de Braga (Portugal) através de dois irmãos Antônio Carlos e João Carlos que se estabeleceram em Minas e São Paulo e em livro de Arnaldo Arantes (que não terminou, pois está em 1896 já eram mais de 15.000 descendentes, mesclados a outras famílias) e os Junqueira que como os Arantes também vieram de Portugal há mais de 200 anos.

Já em Carta Régia Imperial, o Conde de Palma, em janeiro de 1810 doava ao cap. Luiz Antônio Diniz Junqueira, uma gleba de terra (sesmaria) com 6 léguas de testadas por 30 léguas de fundo ou em língua moderna 39 km de frente por 198 km de fundo; um Estado dentro do estado ou 320.000 alqueires... [sic].<sup>25</sup>

A família Junqueira possuía títulos de nobreza durante o período Imperial: Gabriel Francisco Junqueira, primeiro barão de Alfenas (São Tomé das Letras, 1782 -13 de janeiro

---

<sup>25</sup> CIONE. *História de Ribeirão Preto*. v.5, p. 132.

de 1868), por exemplo, foi um notório nobre, famoso em Minas Gerais pela posse de grande extensão de terra. Além de político, era criador de gado, de porcos e, principalmente, de cavalos. O barão de Alfenas é considerado o criador da raça manga-larga de cavalos. Contudo, o que impressiona é o expressivo número de escravos que possuía: 111 e o monte-mor (soma dos bens legados) de 327:219\$100 (trezentos e vinte sete contos, duzentos e dezenove mil réis e cem vinténs), valor muito acima dos abastados fazendeiros da região na época.<sup>26</sup>

Com grande influência política, o Barão de Alfenas foi deputado federal do Parlamento Imperial por três legislaturas seguidas (1834-1837). Em 1831, na eleição para deputado na Assembleia Constituinte, assumindo ideias liberais, foi o escolhido para concorrer com o candidato do Imperador D. Pedro I, o ministro José Antônio da Silva Maia, representante do conservadorismo Imperial. Derrotou-o por uma diferença de mais de 95% dos votos.

Além disso, Barão de Alfenas envolveu-se na Revolta de Sorocaba, em 1842, pela qual foi julgado diversas vezes; todavia, sempre foi absolvido e sequer precisou da anistia Imperial.<sup>27</sup>

Os ancestrais da família Junqueira possuíam grandes extensões de terra e boa parte continuou com fazendas nos arredores de Minas Gerais, nas proximidades do distrito de Encruzilhada (hoje município de Cruzília). Porém, alguns se deslocaram em direção a São Paulo. Alguns patriarcas dessa ocupação foram o tenente Francisco Antônio Junqueira e seu irmão capitão João Francisco Junqueira, que se fixaram na região correspondente à atual Orlândia; Francisco Antônio de Diniz Junqueira, em Franca; e Antônio de Souza Diniz, em terras nas proximidades do que hoje é São Simão e Sertãozinho.<sup>28</sup>

Caio Prado Junior bem sintetiza esse movimento migratório:

[...] A necessidade de abastecer a população, concentrada nas minas e na nova capital, estimulará as atividades econômicas num largo raio geográfico que atingirá não somente as capitânicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro propriamente, mas também São Paulo. A agricultura e mais em particular a pecuária desenvolver serão grandemente nestas regiões. É de notar que o território das minas propriamente (sobretudo das mais importantes

---

<sup>26</sup> MATTOS. *Família Junqueira*, p. 125.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p.127.

<sup>28</sup> BROTERO. *Memória e tradições da família Junqueira*, p. 249.

localizadas no centro de Minas Gerais) é impróprio para as atividades rurais.

O solo é pobre e o relevo excessivamente acidentado. Nestas condições, os mineradores terão de se abastecer de gêneros de consumo vindos de fora. Servir-lhes-á, sobretudo o sul de Minas Gerais, onde se desenvolve uma economia agrária que embora não contando com gêneros exportáveis de alto valor comercial – como se dera com as regiões açucareiras do litoral -, alcançará um nível de relativa prosperidade.<sup>29</sup>

Os descendentes desses entrantes constituíram a linhagem dos Junqueira, dos quais é de interesse, nesse momento, Luiz Antônio de Souza Junqueira e sua esposa, Ana Claudina Junqueira. Eles ocuparam terras às margens do rio do Onça, fundando a fazenda Lajeado, com 78.000 alqueires de terra. A área dessa fazenda pertence atualmente aos municípios de São Simão, Cravinhos, Ribeirão Preto e Sertãozinho.<sup>30</sup>

No entanto, em um momento anterior, as terras que um dia se tornariam a cidade de Ribeirão Preto compunham parte da Sesmaria da Onça, que era posse do capitão José Pedro Diniz Junqueira, o que comprova ser histórico o poder dos Junqueira na região, segundo Cione:

Ter-se-ia o município formado de terras de sesmaria, concedida por carta de 16 de fevereiro de 1815, de autoria do Conde de Palma, então Governador e Capitão Geral da Capitania de São Vicente, ao Padre Manuel Pompeu de Arruda (...) em 1820 as terras foram vendidas ao capitão José Pedro Diniz Junqueira que procedeu à demarcação e divisão das terras (...) As terras do capitão Junqueira foram divididas em várias posses, entre elas: Barra do Retiro (onde hoje se localiza o centro da cidade), Figueira (região leste do município), Ribeirão Preto (Sul, até a cabeceira do Ribeirão) e Palmeiras (Norte até o Rio Pardo). Estas terras ainda faziam parte do Termo de São Simão.<sup>31</sup>

O início da ocupação desse território foi bastante conturbado, “a ausência de demarcações precisas dos limites da maioria das propriedades provocou diversos conflitos e demandas pela posse de terras”.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> PRADO JÚNIOR. *História econômica do Brasil*, p. 65.

<sup>30</sup> GODOY. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*, p. 43.

<sup>31</sup> CIONE. *História de Ribeirão Preto*, p. 57.

<sup>32</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Memória*, p. 7.

Nos anos de 1840, os primeiros habitantes realizavam as divisões de terras de acordo com suas próprias demarcações. Com as propriedades em mãos, foram realizadas grilagens de documentos e todo tipo de expediente para tentar oficializar a posse de terras.

Essas desavenças entre os primeiros habitantes ocorreram, em maior parte, por conta de disputas de fronteiras, muito sangue foi derramado em razão das “cercas que andavam” e invadiam as propriedades vizinhas. Entre as famílias tradicionais da região, não faltam relatos desse tipo de disputa, que poderiam durar muitos anos, até mesmo gerações, sendo comuns casos de homicídios e violência, conforme relata este processo:

Manoel Monteiro Diniz Junqueira, lavrador, acusa Francisco de Paula Ferreira, também lavrador, no crime de tentativa de morte contra sua pessoa. Diz que num dia, às 9 da noite, estando em sua casa com alguns hóspedes seus, ouvindo o tropel de um animal que se aproximava, correu a abrir a porta julgando ser um escravo seu, de nome Camillo, que vinha chegando da casa de um vizinho onde tinha sido mandado. Abriu a porta e o acusado lhe disparou dois tiros, que não o atingiram.<sup>33</sup>

O processo-crime acima aponta como causa da tentativa de homicídio uma disputa pela cerca que dividia a propriedade de Manoel Monteiro Diniz Junqueira da de seu vizinho, Francisco de Paula Ferreira.

Em 1877, outro processo-crime, que tem como réu Manoel Monteiro Diniz Junqueira, revela mais uma prática comum na época: a destruição das roças dos vizinhos, a fim de expulsar, intimidar ou lesar seus desafetos: “Manoel Monteiro Diniz Junqueira é acusado de mandar camaradas, escravos e feitor invadirem a fazenda de Manoel José da França e fazerem fogo nos roçados e capinas, na Fazenda Sertãozinho.”<sup>34</sup>

A Lei de Terras foi promulgada em 18 de setembro de 1850. Por essa lei, as propriedades rurais só poderiam ser ocupadas por meio da compra, da venda ou da autorização real. Assim, a lei beneficiava os antigos latifundiários, dificultando a posse da terra por pessoas que não conseguiam comprovar a origem da propriedade. Como meio de tentar legitimar seu patrimônio, essas pessoas usavam

---

<sup>33</sup> A.P.H.R.P. P. 09e, Tentativa de homicídio, Cx.09-A, 1878.

<sup>34</sup> Idem. 05n, Crime de Dano, Cx.05-A, 1877

processos judiciais, o que não era tarefa fácil. Por isso, as operações de compra e de venda eram a forma mais comum de legalizar propriedades, já que o Estado recolhia um imposto, o que legitimava a posse do comprador.

Essas operações eram fictícias em muitos casos, principalmente quando o proprietário vendia terras para um indivíduo e, logo em seguida, as recomprava. De acordo com Sallum Júnior:

Fictícias ou não, [estas operações de compra e venda] serviam para conferir às ocupações certo grau de legitimidade, na medida em que os interessados pagavam – e o poder público concordava em receber – o imposto incidente sobre as operações de compra e venda.<sup>35</sup>

Entretanto, encontramos, no clã Junqueira, poucas transações desse tipo, pois suas terras eram fruto de doações reais e, portanto, estavam seguradas. Mesmo assim, os Junqueira venderam grandes porções de terra:

A fazenda Lageado, com uma enorme área inicial, foi fracionada e nela montaram-se imensas fazendas de café. Sua área inicial total que, segundo registro paroquial era de 42 léguas quadradas, correspondendo a 75.600 alqueires quando ocorreu a sua divisão, pertenceu à família Junqueira de 1842 até o final da década de 1870. A partir de 1879, Martinho Prado Júnior comprou algumas parcelas da propriedade, outras partes foram compradas a partir de 1880 por Henrique Dumont e o restante da área continuou pertencendo a extensa família Junqueira.<sup>36</sup>

Outra saída encontrada por muitos posseiros foi a doação de uma pequena parte das suas terras para a Igreja, visando à formação do patrimônio eclesiástico. Segundo Lages, essas doações “eram registradas em livros paroquiais que passavam a ter valor legal como título de propriedade”.<sup>37</sup>

Apesar de esses posseiros terem, na ideia da salvação de suas almas, um referencial importante, não havia grande religiosidade nesses homens:

Não podemos camuflar uma realidade estrutural subjacente aquele profundo sentimento espiritual: a necessidade de legitimar e regularizar a

<sup>35</sup> SALLUM JÚNIOR. *Capitalismo e cafeicultura*, p. 15.

<sup>36</sup> GARCIA. *Trabalho e resistência*, p. 30.

<sup>37</sup> LAJES. *O povoamento da Mesopotâmia Pardo-Mogi Guaçu por correntes migratórias mineiras*, p.171-208.



posse de terra. Assim, aqueles posseiros buscavam elevar-se à condição de cidadãos em um contexto em que a propriedade de terra se mercantilizava cada vez mais, nos albores da economia cafeeira.<sup>38</sup>

Os posseiros que não conseguiram legitimar suas terras sofreram com divisões judiciais de suas fazendas e, em alguns casos, com grilagens e expropriações, que fragmentaram grandes glebas de terras e os obrigaram a procurar terras devolutas em regiões mais internas do sertão paulista ou a oferecer seus serviços aos fazendeiros mais influentes:

Durante o processo de legalização das posses, ocorreram as divisões judiciais das fazendas. As famílias que não souberam conservar intactas suas terras perderiam influência no município, enquanto as que conseguiram manter suas áreas continuariam sendo atuantes na política local.<sup>39</sup>

Os Junqueira conseguiram manter a posse de enormes quantidades de terras e as vendas de porções de terras para a formação de novas fazendas foram responsáveis por gerar uma grande fortuna em espécie para a família, que foi utilizada no investimento e na manutenção de suas lavouras e também na ampliação dos rebanhos de porcos e de gado.

Diferentemente de algumas famílias rivais, os Junqueira não só conseguiram evitar a dispersão de suas melhores propriedades como também foram capazes de aproveitar um momento de crise para solidificar ainda mais seu poder. Consequentemente, na fundação de Ribeirão Preto, era uma das famílias mais ricas e influentes da região.

A análise da fundação de Ribeirão Preto resgatou elementos que permitiram compreender o contexto histórico no qual a família Junqueira se transformou no protagonista do poder na cidade.

O pesquisador Emboaba Costa sustenta que 19 de junho de 1856 é a data oficial da fundação de Ribeirão Preto, baseando-se, para isso, principalmente em um

---

<sup>38</sup> Idem. *Ribeirão Preto*, p. 237.

<sup>39</sup> LOPES. *Sob os olhos de São Sebastião*, p. 56.

documento que mostra um despacho favorável à demarcação de terras e à constituição da capela de São Sebastião do Ribeirão Preto.<sup>40</sup>

No começo do século XIX, muitos municípios, antes de serem instituídos juridicamente, passavam pelos marcos de fundação eclesiástica. Para tanto, era necessário doar para a Igreja terras capazes de gerar uma renda que garantisse a manutenção da paróquia e a construção de uma capela onde pudessem ser conduzidos os cultos.

De 1845 a 1856, a população que habitava a região atual de Ribeirão Preto procurou angariar patrimônio suficiente para esse processo, visto que a paróquia mais próxima ficava na atual São Simão, curada desde 1835. O longo processo de constituição da capela São Sebastião do Ribeirão Preto deveu-se à exigência, da Câmara Episcopal da Província, de uma doação de 120 mil réis, quantidade suficiente para um rendimento anual de cinco mil réis.

Nesse processo, as primeiras doações foram terras que pertenciam à fazenda Palmeiras, de José Mateus dos Reis, onde foi realizada a primeira missa sob uma cruz erguida em 2 de novembro de 1845. Contudo, elas não constituíram por si só o patrimônio mínimo necessário.

Este só seria atingido depois de novas doações de terras das fazendas Palmeiras, Esgoto, Retiro e Barra do Retiro. Desse modo, o patrimônio necessário à fundação da capela São Sebastião do Ribeirão Preto foi atingido apenas em 1856. Zamboni afirma que a família Junqueira conseguiu enriquecer com suas fazendas mesmo nesse período, que era de pouca prosperidade. “Como outras famílias senhoriais, os Junqueira enriqueceram com o comércio de gado e destacaram-se como pecuaristas, antes da penetração do café na região”.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> COSTA. *História da Fundação de Ribeirão Preto*, p. 61.

<sup>41</sup> ZAMBONI. *Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto*, p. 42.



O tenente Luiz Herculano de Souza Junqueira e seu irmão, o capitão Gabriel Diniz de Souza Junqueira, iniciaram a cultura do café em Ribeirão Preto. Seguindo seu exemplo, os demais Junqueira também investiram nessa lavoura e formaram extensos cafezais. Na época da visita de Martinho Prado Júnior a essas lavouras<sup>45</sup>, elas já produziam e, segundo sua opinião, o cafezal dos Junqueira era:

[...] “o mais lindo possível, plantado de semente, e com cinco anos de idade. Apresenta hastes da grossura de cafezais de sete anos em Campinas e outros locais. Os do Sr. Manoel Octaviano Junqueira, são também lindos e iguais, sobressaindo entre eles pelo desenvolvimento extraordinário o do Sr. José Bento Junqueira, tendo apenas um ano e cinco meses. Consta-me que são igualmente lindos os cafezais dos Srs. Dr. Rodrigo e Manoel Cunha.”<sup>46</sup>

O Sr. Dr. Rodrigo, citado por Martinho Prado Júnior, era irmão de Luiz Pereira Barreto que, introduziu, em 1876, na fazenda Cravinhos, o café *Bourbon*: fruto do cruzamento entre o café *Libéria*, uma variedade especial da planta, e o café comum nacional. Em pouco tempo, a maioria das fazendas da região produziram o café *Bourbon*. Com o sucesso da combinação entre *Terra Roxa* e *Café Bourbon*, aliado ao declínio das plantações de café no Vale do Paraíba e à chegada da Ferrovia Mogiana, em 1883, Ribeirão Preto tornou-se o *Eldorado do Café*.<sup>47</sup>

O Dr. Luiz Pereira Barreto foi o grande divulgador da qualidade da terra da região de Ribeirão Preto. Ele publicou um artigo intitulado *A Terra Roxa*, no qual anunciou a qualidade e a fartura da terra local:

A província de São Paulo possui grande número de municípios do mais alto valor em terras de cultura; e é difícil mesmo a um lavrador, que vem de fora saber a qual deve dar preferência. Mas quando mesmo não possuísse o Ribeirão Preto, ainda assim seria ela a primeira província do Império. Só este era bastante para colocá-la acima de tudo quanto à imaginação pode conceber de mais surpreendente. É ali que a natureza tropical condensou todas as forças de sua fecundidade e derramou à profusão todas as maravilhas de sua onipotente criação. O Ribeirão Preto é vasto repositório em que a Flora Brasileira se ostenta em sua mais enérgica e deslumbrante

---

<sup>45</sup> Martinho Prado Junior também foi um dos grandes empreendedores de café em Ribeirão Preto.

<sup>46</sup> PRADO JUNIOR. In: COSTA. *Álbum comemorativo do 1º Centenário da Fundação da Cidade de Ribeirão Preto*, p. 115.

<sup>47</sup> *Brazil Magazine*, 1911.

expressão. É a esse município que eu aconselharia uma visita a todos aqueles que aprenderam a achar um supremo gozo nos grandes contatos com o mundo criador, no grandioso espetáculo da natureza viva.<sup>48</sup>

Em pouco tempo, a qualidade do café produzido em Ribeirão Preto se espalhou pela Europa e o café produzido nas fazendas da região passou a ser conhecido mundialmente pelo nome do local que o produzia:

O café da região da Alta Mogiana era conhecido na Europa pelo nome das próprias fazendas que o produziam: Café Guatapará, Café São Martinho, Café Monte Alegre. Na safra de 1906, o coronel Francisco Schmidt colheu 300 mil sacas de café. Era dele o título de “rei do café II” sucessor do “rei do café I”, o coronel Henrique Santos Dumont, pai do pioneiro da aviação Alberto Santos Dumont. O “rei do café III” seria Geremia Lunardelli, que foi empregado de Schmidt.<sup>49</sup>

A lavoura de café trouxe para Ribeirão Preto uma riqueza até então desconhecida, mesmo para os grandes fazendeiros e pecuaristas da região, assim como a necessidade cada vez maior de ampliar as plantações e a mão de obra para o cultivo.

Com a chegada da riqueza do café, o mercado de terras na região ficou aquecido:

A inclusão da região de Ribeirão Preto na frente pioneira do café provocou o aquecimento do mercado de terras. O valor do alqueire comercializado na década de 1870 subiu, em média, 45,9% em comparação com os valores da década anterior. Ao estudar a formação da rede fundiária da are de Ribeirão Preto, Zamboni havia identificado o aquecimento do mercado de terras, em especial, da comercialização de pequenas propriedades. No início da década de 1870, em especial no período 1873-6, “notou-se em Ribeirão Preto, um grande afluxo de vendas de terra com área de até 400 ha”.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> A TERRA ROXA. *A Província de São Paulo*. A Cidade, 19 dez. 1876.

<sup>49</sup> BIAGI. *Os primeiros cem anos*, p. 30.

<sup>50</sup> LOPES. *Uma economia em formação*, p. 18.

O surgimento da cultura cafeeira em Ribeirão Preto tem relação com a estruturação do capitalismo no Brasil por influência do capitalismo imperialista inglês. O capital inglês, que operava globalmente e custeava a elite capitalista brasileira desde ao menos 1825, foi o principal financiador da produção cafeeira escravista.

No entanto, no começo do século XIX, os ingleses passaram a ver, no modelo escravista, uma das principais barreiras para o avanço do capitalismo e, portanto, para o beneficiamento do capital inglês. Foi nesse contexto que os ingleses imperialistas reprimiram, em 1830 e em 1850, o tráfico de escravos africanos. Essa repressão resultou no fim do tráfico negreiro.<sup>51</sup>

Esse fato foi de suma importância para a desarticulação do capitalismo escravista, ensejando uma nova organização da produção cafeeira paulista, primeiramente no “Oeste Paulista” (principalmente Campinas; Rio Claro era o limite dessa área, pois, mais a oeste, fatores geográficos determinavam custos de transportes exorbitantes), e, posteriormente, na região do “Novo Oeste Paulista”, cuja representação máxima é Ribeirão Preto.<sup>52</sup>

Para compreender as mudanças que ocorreu no mundo nessa época, devemos nos lembrar das palavras do historiador Eric Hobsbawm, que afirma que as trocas comerciais entre as nações desenvolvidas (e/ou industrializadas), durante a década de 1840, chegava a uma quantidade de cerca de vinte milhões de toneladas de mercadorias transportadas, número que quadruplicou em trinta anos, uma vez que aumentou para (aproximadamente) oitenta e oito milhões de toneladas lá pelos idos de 1870.

A tabela 1 a seguir mostra que, em 1840, o açúcar já não era mais o carro-chefe da produção agrária, perdendo seu posto para o café, que começou a ganhar visibilidade a partir da década de 1830.

**Tabela 1.** Porcentagens dos principais produtos de exportação.

1821-1830	Produção (%)
Açúcar	30,10%

<sup>51</sup> CONRAD. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*.

<sup>52</sup> MILLIET. *Roteiro do Café e Outros Ensaios*, p. 35.

Algodão	20,60%
Café	10,40%
Couros e peles	13,60
<b>Tabela 1. Continuação</b>	
<b>1841-1850</b>	<b>Produção (%)</b>
Café	41,50%
Açúcar	26,70%
Algodão	7,50%
Couros e peles	3,50%

Fonte: SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 78. Apud DOIN, J. E. M. *A formação do Estado-Nação*, a gênese da modernização conservadora e da dívida pública: questões preliminares, Boletim do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos), Ano III, n.3, 1993, p. 51.

Durante a Monarquia, “passa a haver a presença de novos componentes na sociedade”<sup>53</sup>. Casalecchi destaca, em especial, a responsabilidade dos grandes proprietários de terras – fazendeiros de café do Oeste de São Paulo – pelas mudanças que se revelaram contrárias aos interesses dos grupos tradicionais, encastelados na Monarquia, como os cafeicultores do Vale do Paraíba.

No que se refere à busca por novas terras, há que se considerar as barreiras naturais que impediam a expansão da produção no Vale do Paraíba, o que proporcionou ao “oeste paulista” uma vantagem natural. Mesmo assim, era considerável o preço da terra e do transporte até Santos. Todavia, em razão da alta produtividade, a cafeicultura proporcionava um retorno satisfatório.

Desde 1850, quando a lei Euzébio de Queiroz, que proibiu o tráfico de escravos, foi instituída, os fazendeiros de café pensavam em substituir a mão de obra escravizada. A solução encontrada foi a imigração de europeus para trabalhar na lavoura em um sistema de parcerias ou de colonatos, o que contou com o apoio do governo. Segundo Viotti:

<sup>53</sup> MILLIET. *Roteiro do Café e Outros Ensaio*, p 28.

[...] não teríamos imigração sem subvenção, pois nada se podia esperar da imigração espontânea”. Essa medida do governo imperial vai de encontro aos projetos abolicionistas que estavam em sua agenda. No entanto, ao colaborar com a abolição, o governo estaria minando o poder de antigos setores que eram a favor da monarquia, uma vez que os fazendeiros de outras localidades não adotaram esse modelo como uma substituição da sua mão de obra de maneira tão rápida como os fazendeiros paulistas, que se aproveitaram de seus benefícios para fortalecer seu poder.<sup>54</sup>

A substituição da mão de obra escrava pela livre desencadeou uma série de mudanças, entre elas a alocação de parte do capital – antes usado para compra e manutenção dos escravos – em outros setores da economia. Isso colaborou para o desenvolvimento econômico da região e levou ao aumento da população urbana, a qual trouxe uma série de costumes europeus que incentivaram os processos de industrialização e o comércio.<sup>55</sup>

Ribeirão Preto contou com uma grande oferta de mão de obra imigrante para suas fazendas e não era difícil encontrar anúncios de jornal oferecendo o serviço de traslado de trabalhadores para as fazendas.

COLONOS – Os Srs. Fazendeiros que precisarem de colonos para suas fazendas poderão obter qualquer número de famílias que quiserem, vindas diretamente da Europa, em condições muito vantajosas.

Informações em Jardinópolis com o Sr. João Fernandes da Silva ou cartas esta redação a COLONOS

(*A Cidade*, 1 maio 1907, ano 102, n. 102).

A onda de imigração baseou-se fortemente no custeio do Estado, tanto da viagem de vinda dos imigrantes de seu país de origem como do transporte desses imigrantes à fazenda do cafeicultor. Essa operação dava privilégio e segurança aos fazendeiros, podendo ser repetida quantas vezes fosse necessário. Além disso, o Estado fomentou contratos de longas vigências, que traziam estabilidade aos proprietários em relação à mão de obra.

Assim, com a diminuição do custeio da produção por parte dos fazendeiros e a entrada do trabalho imigrante, a produção aumentou significativamente. Nesse

---

<sup>54</sup> COSTA. *Da Monarquia a República*, p. 197.

<sup>55</sup> CASALECCHI. *A proclamação da república*, p. 21.



período, considerava-se que o trabalho do imigrante custava menos e rendia mais que trabalho escravo:

Compra o trabalho de uma família de imigrantes que tratava 17.000 cafeeiros e que havia custado, em termos de passagens, instalações, gastos iniciais etc., cerca de 663 mil réis ao fazendeiro, quantia esta saldada pelos colonos nos anos seguintes de sua chegada; para mesma tarefa executada pelos imigrantes seriam necessários 5 escravos; que custariam onze contos e quinhentos mil-réis; computados apenas os juros equivalentes à inversão de um só desses escravos, encontra-se a soma de 276 mil-réis, importância bastante superior aos custos fixos mais os custos variáveis representados pelo pagamento a um imigrante.<sup>56</sup>

Em razão da desses fatos, Ribeirão Preto foi um dos municípios que passou por um impressionante crescimento demográfico no período.

A tabela 2 a seguir mostra que a população do município praticamente dobrou de tamanho no período entre 1874 e 1886, e não parou de aumentar, de forma impressionante, nos anos seguintes. Esse surto populacional está diretamente ligada aos projetos de imigração do Estado, que traziam cada vez mais pessoas para abastecer de força de trabalho as fazendas de café.

**Tabela 2.** População total do Município de Ribeirão Preto (1874-1920).

<b>Município</b>	<b>1874</b>	<b>1886</b>	<b>1900</b>	<b>1920</b>
Ribeirão Preto	5.552	10.420	59.195	68.838

Fonte: BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (org.). *Na estrada do anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. Apud: MELLO, R. C. *Um “Coronel de saias” no interior paulista: a “Rainha do Café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. 2009. 210f. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Franca, 2009, p. 123.

A tabela 3 mostra que a população ribeirão-pretana era composta, em 1902, basicamente por brasileiros e por um número surpreendente de imigrantes,

---

<sup>56</sup> CANO. *Raízes da concentração Industrial em São Paulo*, p. 39.

principalmente de origem europeia, com destaque para o grande número de italianos, que chegou a compor a maioria da população (52%).

**Tabela 3.** Dados demográficos da população de Ribeirão Preto (1902).

Dados demográficos da população em Ribeirão Preto (1902)				
Nacionalidade	Homens	Mulheres	Número de habitantes	% de habitantes
Austriacos	301	250	551	1,041%
Alemães	123	76	199	0,376%
Africanos	16	7	23	0,043%
Argentinos	9	12	21	0,040%
Asiáticos	2	12	14	0,026%
Brasileiros	10.614	9.115	19.729	37,274%
Belgas	6	4	10	0,019%
Chilenos	1	-	1	0,002%
Dinamarqueses	2	3	5	0,009%
Espanhóis	924	779	1.703	3,218%
Americanos	2	3	5	0,009%
Franceses	35	17	52	0,098%
Húngaros	22	21	43	0,081%
Italianos	15.473	12.292	27.765	52,457%
Ingleses	6	5	11	0,021%
Portugueses	1.554	1.081	2.635	4,978%
Poloneses	6	4	10	0,019%
Peruanos	1	2	3	0,006%
Prussianos	1	6	7	0,013%
Russos	9	7	16	0,030%
Suíços	10	7	17	0,032%
Suecos	5	5	10	0,019%
Turcos	65	34	99	0,187%
<b>Total</b>	<b>29.187</b>	<b>23.742</b>	<b>52.929</b>	<b>100%</b>

Fonte: CINTRA, R.A. *Italianos em Ribeirão Preto: vida e vinda de imigrantes (1890-1900)*. Dissertação de mestrado em História. UNESP. Franca, 2011, p. 87.

O modelo de desenvolvimento pensado pela elite paulista do século XIX foi seguido à risca em Ribeirão Preto, onde a libertação dos escravizados ocorreu um ano antes da lei Áurea. Com isso, o problema da mão de obra já havia sido solucionado com a chegada em massa, a partir de 1884, de imigrantes europeus ao município.

A libertação dos escravos em Ribeirão Preto ocorreu em 1887, por ato da Câmara Municipal. Contudo, a mão de obra escravizada já vinha sendo substituída pelo trabalho assalariado. Tendo vivido sob a lei do chicote e sofrido um processo de desenraizamento cultural, os negros passaram da condição de submissão oficial para a informalidade, muitos estabeleceram na zona urbana, dedicando-se às atividades de ambulante ou aos serviços

domésticos, enfrentado no dia a dia o desafio complexo de reconstituir sua identidade cultural<sup>57</sup>.

Embora a presença do imigrante europeu significou, para os fazendeiros daquele momento histórico, um avanço da força produtiva em relação à qualidade da mão de obra utilizada na produção de café, os métodos de cultivo eram, em princípio, essencialmente os mesmos do início da agricultura do gênero. O instrumento básico de trabalho, utilizado para manter os cafezais livres de ervas-daninha e galhos mortos, para o replantio de mudas mortas e coroação de terras antes da colheita, e também para a propagação do cisco após a colheita, continuava sendo a enxada. A ausência de cuidados adequados podia reduzir de maneira significativa a produção, o que seria um dano irreparável. Tendo a enxada como principal instrumento de trabalho, a necessidade de mão de obra na lavoura cafeeira continuava elevada.

Entre 1886 e 1900 a população do município passou para 59.195. Em 1886, os austríacos representavam 46,2% dos estrangeiros, enquanto os italianos correspondiam a 20,7% e os portugueses 18,4%. Em 1902 a situação se inverteu: os imigrantes italianos perfaziam um total de 83,7%, os portugueses 7,9%, os espanhóis 5,1% e os austríacos apenas 1,7%. Esses e outros números tornaram a zona da Mogiana, em torno de Ribeirão Preto, a mais importante área para a história do café e da imigração.<sup>58</sup>

Muitos fazendeiros eram céticos em relação ao uso de máquinas nos cafezais, mas esse não é o único motivo pelo qual a tecnologia foi, de certa forma, rejeitada por eles. O uso de máquinas nas fazendas de café tornava inviável o cultivo de gêneros de subsistência (feijão e milho) entre as fileiras de café. Diversos produtores ofereciam a oportunidade de plantar outras culturas como forma de atrair trabalhadores, incentivo que a mecanização eliminaria.

Apesar de continuar alta a demanda de mão de obra, produção de café na região de Ribeirão Preto foi um sucesso, fato explicado pela alta qualidade do solo da região (terra roxa). Aliado a esse fato, a produção de café nas fazendas do Vale do Paraíba diminuiu em razão do desgaste de suas terras, que já não sustentavam

---

<sup>57</sup> *Filhos do café Ribeirão Preto da terra roxa*. Livro do arquivo de RP, p. 34.

<sup>58</sup> HOLLOWAY. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo*, p. 39.

mais uma lata produtividade. Assim, os produtores da região de Ribeirão Preto foram beneficiados pela fertilidade da terra roxa:

A província de São Paulo possui grande número de municípios do mais alto valor em terras de cultura; e é difícil mesmo a um lavrador, que vem de fora saber a qual deve dar preferência. Mas, quando mesmo não possuísse o Ribeirão Preto, ainda assim seria ela a primeira província do Império. Só este era bastante para colocá-la acima de tudo quanto a imaginação pode conceber de mais surpreendente. É ali que a natureza tropical condensou todas as forças de sua fecundidade e derramou à profusão todas as maravilhas de sua onipotente criação. O Ribeirão Preto é o vasto repositório em que a “Flora Brasileira” se ostenta em sua mais enérgica e deslumbrante expressão. É a esse município que eu aconselharia uma visita a todos aqueles que aprenderam a achar um supremo gozo nos grandes contatos com o mundo criador, no grandioso espetáculo da natureza viva.<sup>59</sup>

Ainda que houvesse, no início, resistência ao uso de máquinas na lavoura, a modernização da produção foi lentamente sendo difundida. As novas técnicas de seleção e beneficiamento mecanizados dos grãos de café começaram a ganhar adeptos na região pela facilidade de obter capital para a aquisição das máquinas e também pela possibilidade de treinar trabalhadores para seu uso, o que impulsionou ainda mais a fama da alta qualidade dos produtos da região.

Os fazendeiros dessas novas áreas – ao contrário daquelas do Vale – substituem aos poucos o escravo pelo trabalhador livre; ao mesmo tempo, procuram métodos mais aperfeiçoados para a produção, o preparo e o beneficiamento do café. A Assembleia da Província do Estado apresenta, em 1863, projetos para a introdução de métodos mais racionais no cultivo do produto. Isto, com certeza, era resultado das primeiras experiências com novas máquinas na região Oeste. [...] Isto era mais fácil no Oeste, pois havia capitais para a aquisição de máquinas, podendo-se contar com trabalhadores livres – mais qualificados para o seu manuseio e conservação. Os escravos das fazendas do Vale do Paraíba não tinham interesse no trabalho pela sua própria condição, não estava apto para cuidar de maquinarias dispendiosas.<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> A TERRA ROXA. *A Província de São Paulo*. A Cidade, 10 dez. 1876.

<sup>60</sup> CASALECCHI. *A proclamação da república*, p. 29.

Os primeiros anos de trabalho dos imigrantes nas fazendas foram marcados por vários desafios, que compõem um tipo de drama comum no imaginário popular de Ribeirão Preto: os fazendeiros, os capatazes e os administradores das fazendas tratavam os trabalhadores, principalmente os imigrantes, de maneira pouco diferente dos escravos. Ribeirão Preto foi o palco de diversas greves de trabalhadores rurais, que se iniciaram em 1912 e se repetiram anualmente até 1918, o que evidencia a luta desses trabalhadores por condições mais humanas de vida.

Há muitos casos registrados de agressão e até assassinato de trabalhadores. A opressão e a coação eram habituais nas fazendas dos Junqueira, conforme relato da rotina de trabalho na fazenda Boa Vista, propriedade do coronel Quinzinho Junqueira:

Alguns depoimentos do processo indicam como era a rotina de trabalho na fazenda Boa Vista: “o fiscal logo ao alvorecer determinava a cada um dos colonos o serviço que deveria fazer”. Ele e o administrador andavam sempre com um chicote na mão chamado de “relho”. A utilização desse instrumento de castigo, resquício da escravidão, era uma das formas de coação dos trabalhadores para garantir o cumprimento das ordens.<sup>61</sup>

Portanto, as práticas de violência e de opressão – derivadas do antigo modo escravocrata de produção – ainda imperavam no período de expansão da cultura cafeeira na região de Ribeirão Preto. Os Junqueira, assim como outras famílias tradicionais, proprietárias de grandes áreas de cultivo, adotavam impunemente essas práticas. Não só a violência física era usada para controlar os trabalhadores, mas também rigorosas multas, impostas por contratos de trabalho totalmente parciais, que se aproveitavam da falta de instrução dos trabalhadores, pois muitos imigrantes, frequentemente analfabetos até mesmo no seu idioma nativo, eram obrigados a assinar contratos em português. Ainda conforme relato de práticas habituais na fazenda Boa Vista:

Na fazenda onde ocorreu o mencionado conflito, os trabalhadores só poderiam receber visitas e deixar a propriedade aos sábados e domingos para fazer compras e buscar correspondência mediante a autorização do

---

<sup>61</sup> GARCIA. *Trabalho e resistência*, p. 73.

administrador, sendo esta permissão dada a apenas um membro de cada família.<sup>62</sup>

Não encontramos nenhum processo ou acusação contra algum Junqueira, mas cabe lembrar que o coronel Junqueira era quem geralmente indicava delegados, juízes e promotores da comarca de Ribeirão Preto, o que, de certo modo, não facilitou para um colono prestar queixas contra fazendeiros membros dessa família.

Além da subserviência da mão de obra imigrante, dois avanços tecnológicos europeus foram fundamentais para a expansão do café e da política imigrantista: o navio cargueiro e as ferrovias. O navio cargueiro transatlântico, movido a vapor, foi um importante elo entre São Paulo e a economia mundial, uma vez que tornava possível a exportação do café produzido em toda a província. Entre um transporte e outro de produtos, o cargueiro atendia a outro interesse dos fazendeiros: a condução de trabalhadores da Europa Meridional para os cafezais.

As estradas de ferro eram complementares à navegação: os trilhos alcançavam lugares que a navegação não atingia. Esse meio de transporte foi fundamental para o povoamento e para o desenvolvimento econômico do oeste paulista, pois ligava o interior paulista à cidade de São Paulo e ao porto de Santos, principal local por onde era escoada a produção de café.

Pelos trilhos, eram transportados café, produtos importados, imigrantes, aventureiros, coronéis e sinhás:

Com o avanço da fronteira agrícola em direção à Alta Mogiana, dois entraves se colocavam à ampla exploração agroexportadora: a falta de um sistema de escoamento de produção eficiente e os altos custos da mão de obra. O primeiro deixa de existir com a construção da malha de escoamento gestada a partir das companhias de estradas de ferro Paulista e Mogiana. O segundo será superado com a vinda de imigrantes europeus para as terras cafeeiras paulistas.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>63</sup> GODOY, *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*, p. 70.

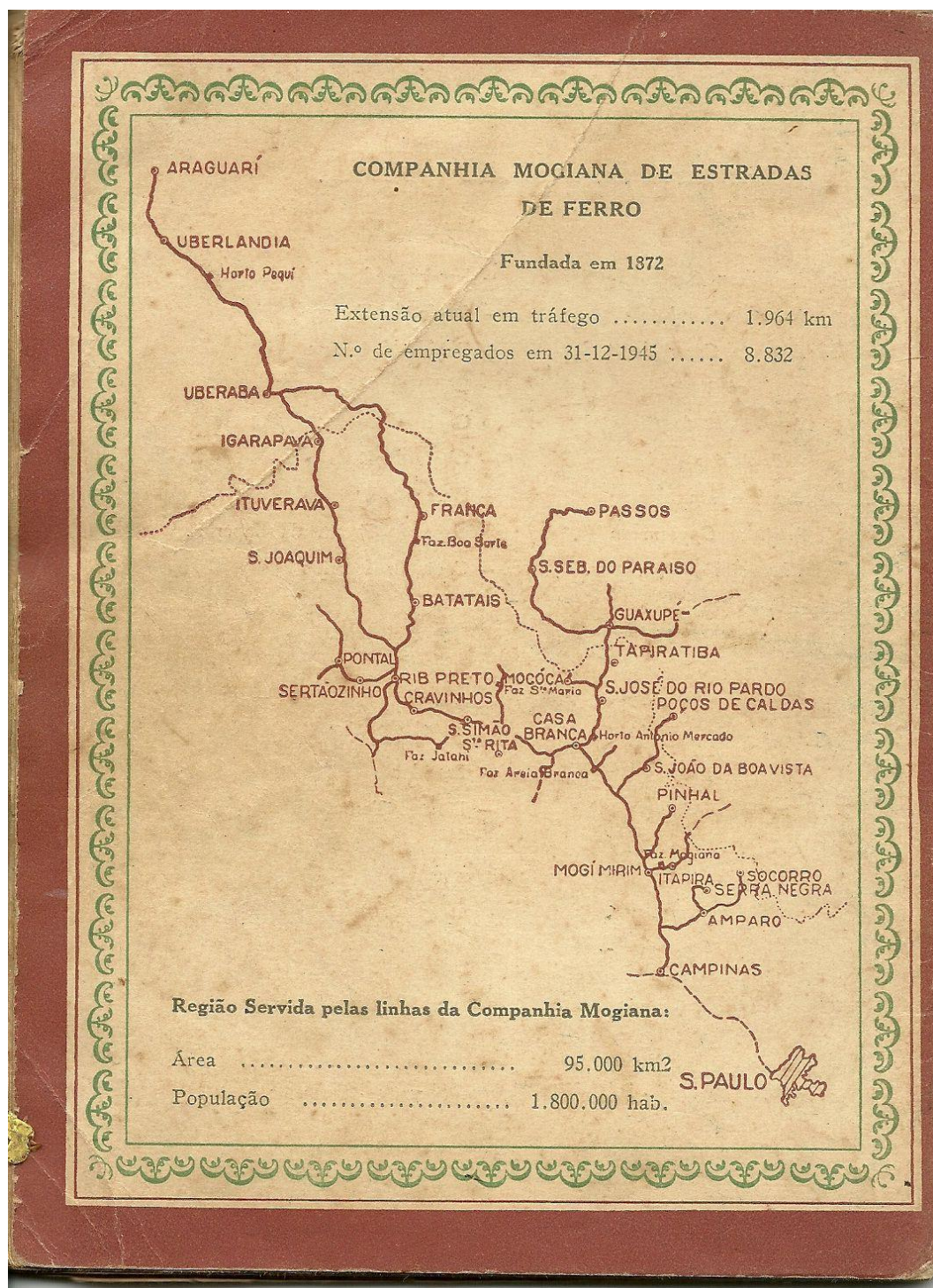
O ritmo acelerado das viagens de trem interferiu com a antiga percepção de tempo dos moradores de Ribeirão Preto. Os “caipiras e matutos do sertão” foram ligeiros em adotar as transformações:

As ferrovias, por seu turno, aceleram os ritmos temporais e os circuitos de trocas mercantis e ampliam as redes internacionais de negócios, e, com elas, as “maravilhas” do mundo moderno, que chegavam até os rincões mais longínquos do Estado, “civilizando” a caipirada e desenvolvendo ou mesmo “semeando” urbes.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> MATOS. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. In: *Revista de História e Estudos Culturais*.





**Figura 4 – Trajeto dos trilhos da Mogiana<sup>65</sup>**

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, cuja malha é mostrada na figura 4, chegou a Ribeirão Preto em 1883. Paziani trata do processo de transformação que a ferrovia provocou:

<sup>65</sup> **Trajeto dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana.** Disponível em: [http://blogdogiesbrecht.blogspot.com.br/2011\\_08\\_01\\_archive.html](http://blogdogiesbrecht.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html). Acesso em: 11 out. 2013.



[...] as estradas de ferro como elementos que visavam atender os interesses pessoais dos ricos fazendeiros, no transporte e escoamento da produção cafeeira – na forma de redes ferroviárias interligando os principais municípios paulistas em direção ao porto de Santos – e, no seu rastro, o advento de um mercado de consumo e de trabalho que fez prosperar um conjunto de transformações urbanas e acelerou, segundo padrões não determinados, o movimento de homens, mercadorias e ideias para esta zona.<sup>66</sup>

A fim de diminuir os gastos com a produção e com o transporte do café, os maiores exportadores construíram seus próprios ramais de ferrovia, ligando os locais de produção diretamente aos troncos das ferrovias Paulista<sup>67</sup> e Mogiana, e conectando, assim, as fazendas ao porto.

Henrique Dumont acordou com a Mogiana a flexibilização do privilégio de exploração de zona para a construção de ramais de extensão até suas terras, inaugurando a estação Dumont. Os trilhos da estrada de ferro Companhia Dumont atravessavam a fazenda Monte Alegre, de Francisco Schmidt, onde também havia um triângulo de reversão. A família Prado estendeu seus trilhos até a fazenda Guatapará, local onde se instalou uma estação que unia os troncos da Mogiana e da Paulista.<sup>68</sup>

Em casos em que não foi possível construir um ramal particular, a companhia férrea aproximou ao máximo a área escolhida para construção das estações das grandes fazendas de café:

Os ramais, tanto da Paulista como da Mogiana, situavam-se próximos às fazendas pertencentes a pessoas influentes da região. Alguns ramais até atravessavam propriedades e contavam com estações no seu interior. A fazenda Boa Vista, de Joaquim Diniz Junqueira ficava distante dois quilômetros da estação do ramal Jatahy da Companhia Mogiana. Próxima à estação Guatapará da Estrada de Ferro ficava a fazenda Santa Olímpia, de Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira. Já a fazenda Dumont Coffe Co, empresa inglesa, possuía uma linha própria que fazia o serviço de 4 trens de

---

<sup>66</sup> PAZIANI. *Construindo a Petit Paris*, p. 21.

<sup>67</sup> A Companhia Paulista de Estradas de Ferro foi inaugurada em 11 de agosto de 1872, ligando o trecho Jundiaí-Campinas e o porto de Santos. Na verdade, uma extensão da São Paulo Railway SPR (a inglesinha), que ligou Santos à Jundiaí, tornando o porto de Santos o maior exportador do país.

<sup>68</sup> GODOY. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*, p. 79.

passageiros semanalmente e um trem de carga por dia. A fazenda Buenópolis de Joaquim da Cunha Bueno ficava próxima à estação do mesmo nome. Duas das fazendas de Arthur Diederichsen distanciavam quatro quilômetros da estação Cravinhos e outra situava-se perto da estação de Sertãozinho.<sup>69</sup>

Pelas linhas de ferro, era feito o escoamento da produção do café para os portos e, de lá, para o resto do mundo; e, no caminho inverso, o transporte de máquinas de beneficiar café, de produtos importados, de imigrantes europeus – não eram somente trabalhadores para as lavouras de café, mas também comerciantes, profissionais liberais e manufactureiros – e de mulheres, que se vendiam nas noites dos cassinos, fazendo a alegria dos coronéis.<sup>70</sup>

Ribeirão Preto possuía ramais férreos comunicando a cidade às diversas regiões produtoras que utilizavam as ferrovias Mogiana e Paulista. Logo, a travessia do Rio Grande também foi controlada pela Mogiana, o que permitiu a Ribeirão Preto interligar-se ao sul de Minas Gerais. Ao conectar-se ao triângulo mineiro por meio do transporte ferroviário e hidroviário, o intercâmbio comercial tornou-se rápido e financeiramente viável, fortalecendo a agroexportação na região.

Outro desenvolvimento tecnológico que contribuiu para a expansão do café foi o telégrafo. Por meio dele, os fazendeiros e os comerciantes se comunicavam rapidamente, vencendo a distância que os separava de São Paulo (capital) e do porto de Santos.

A análise da produção de café durante seu auge, em diferentes regiões, mostra a importância econômica de Ribeirão Preto para o país. Segundo Marcondes, em 1868, no apogeu da cafeicultura no Vale do Paraíba, a colheita média chegava a 3.496 arrobas; em Ribeirão Preto, nos anos de 1916/17, a 8.358 arrobas; em Campinas, a 2.851 arrobas; e Jaú, a 2.633 arrobas.

O cruzamento dessas informações revela que produção em Ribeirão Preto, em 1916/17, era três vezes maior do que a de Campinas, a segunda localidade do Estado de São Paulo em produção. Além disso, nesse período, a produção de café em Ribeirão Preto foi 239% maior do que a produção do Vale do Paraíba em 1868, seu período de auge da cafeicultura<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> GARCIA. *Trabalho e resistência*, p. 23.

<sup>70</sup> FRANÇA. *Meretrizes na Belle Époque do Café*.

<sup>71</sup> MARCONDES. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). In: *História Econômica & História de Empresas*.

As diferenças entre os fazendeiros do Vale do Paraíba e os do Oeste paulista começaram a ser cada vez maiores. Os paulistas passaram a morar nas cidades, ou ao menos a ter uma residência na cidade, e a se comportar como homens de negócios. De acordo com Casalecchi, eles vão “ter uma série de aspirações novas”<sup>72</sup>, investindo em bancos, ferrovias, atividades industriais, imóveis e diversas outras formas de diversificar o capital oriundo do café.

Esse novo grupo de fazendeiros, ao adotar atitudes progressistas, assistiu ao seu poder aumentar e passou a acusar as instituições monárquicas de serem muito centralizadoras. Para esses fazendeiros, as instituições monárquicas impediam o desenvolvimento dessas novas regiões produtoras de café. Em consequência, eles começaram a simpatizar com as ideias republicanas, pois viam nelas a possibilidade de transformar seu poder econômico em poder político, conforme relata Casalecchi:

Dos republicanos paulistas, em 1878, mais de 30% eram proprietários rurais; na província do Rio, eles representavam menos de 2%, enquanto profissionais liberais (advogados, jornalistas, professores, médicos, engenheiros, etc.) representavam mais de 60%.<sup>73</sup>

Para organizar aqueles que concordavam com as ideias republicanas, nasceu, em Itu, em abril de 1873, durante uma reunião na casa do então deputado Prudente de Moraes, o Partido Republicano Paulista, o PRP. Este foi o partido mais importante de São Paulo, talvez do país, durante a Primeira República. Seu principal objetivo era defender esse grupo das imposições da monarquia e lutar pelo regime republicano.

Não foi mero acaso encontrar-se em São Paulo o mais forte e unido Partido de oposição à Monarquia: o republicano. O desenvolvimento material pedia na década de 1860 algumas providências. Entre elas, com destaque, a necessidade de desenvolver o “espírito associativo dos paulistas” para se defenderem das mazelas resultantes da centralização monárquica.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> CASALECCHI. *O Partido Republicano Paulista (1889-1920)*, p. 30.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>74</sup> CASALECCHI. *O partido Republicano Paulista (1889-1920)*, p. 47.

No entanto, apesar de se sentirem prejudicados pela centralização do poder na monarquia, pela opressão de um poder moderador<sup>75</sup> e pelos rumos que a economia tomava, os fazendeiros de São Paulo não estavam inteiramente excluídos dos processos políticos de dentro de sua província. Apesar do poder dos interventores nomeados, eles dominavam as câmaras municipais, caso dos Junqueira. Nesse contexto, formou-se Ribeirão Preto, que inicialmente era um pequeno povoamento. Esse povoamento deu origem ao Arraial de São Sebastião do Ribeirão Preto, pertencente à freguesia de São Simão. Em 1870, o arraial foi elevado à categoria de freguesia e, no ano seguinte, foi desmembrado da vila de São Simão. A nova vila ficou com mais da metade do território simonense, o que originou uma série de disputas, que se arrastaram pelas décadas de 1870 e 1880. Contudo, as divisas não foram alteradas.<sup>76</sup>

Os Junqueira tiveram participação nos processos políticos da região antes mesmo da formação de Ribeirão Preto. O capitão Gabriel de Souza Diniz Junqueira foi vereador mais votado na eleição de 1866 e presidente da casa, realizada para a Câmara de São Simão.<sup>77</sup>

Nessa época, o presidente da câmara exercia, também, a função de prefeito, acumulando os poderes legislativo e executivo. Pelos bons serviços prestados à causa pública, o capitão Gabriel foi condecorado com a Ordem da Rosa e a insígnia de comendador pelo Imperador D. Pedro II.<sup>78</sup>

O comendador Gabriel foi um dos proprietários da Fazenda Lajeado, na Sesmaria da Onça, recebida como herança paterna. Apesar de a Fazenda ter sido dividida entre os vários herdeiros, após a morte de Anna Claudina e Luís Antônio, Gabriel de Souza Diniz Junqueira assumiu, como previsto, a administração da Fazenda, já que esse papel ele desenvolvia desde antes do falecimento dos pais. Começou a administrar a fazenda de 65.534 alqueires ainda com 18 anos de idade.

---

<sup>75</sup> Era denominado poder moderador um dos quatro poderes previstos pela Constituição Brasileira de 1824, onde a vontade expressa do imperador tinha preponderância sobre os outros três poderes comumente estabelecidos, legislativo, executivo e judiciário. O idealizador do conceito de Poder Moderador foi o pensador suíço Henri-Benjamin Constant de Rebeque (1767-1830). Segundo sua concepção, a função natural do poder real em uma monarquia constitucional seria a de um mediador neutro, capaz de resolver os conflitos entre os três poderes instituídos e também entre as facções políticas. Os únicos países a aplicarem a teoria de Benjamin Constant foram o Brasil, entre 1824 e 1889, e Portugal, entre 1826 e 1910. Na prática, a teoria de Constant provou ser uma verdadeira anomalia, com apelo somente ao monarca, que via em seu mecanismo um meio de intervir pessoalmente nas decisões dos três poderes básicos, definidos desde a época de Montesquieu e sua Teoria da separação de poderes de 1748. SILVA, Ana Claudia Duarte. Poder Moderador. Disponível em <[http://academico.direito-rio.fgv.br/wiki/Poder\\_Moderador](http://academico.direito-rio.fgv.br/wiki/Poder_Moderador)>. Acesso em: 14 abr. 2013.

<sup>76</sup> LAGES. *Ribeirão Preto*, p. 15.

<sup>77</sup> GODOY. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*, p. 43.

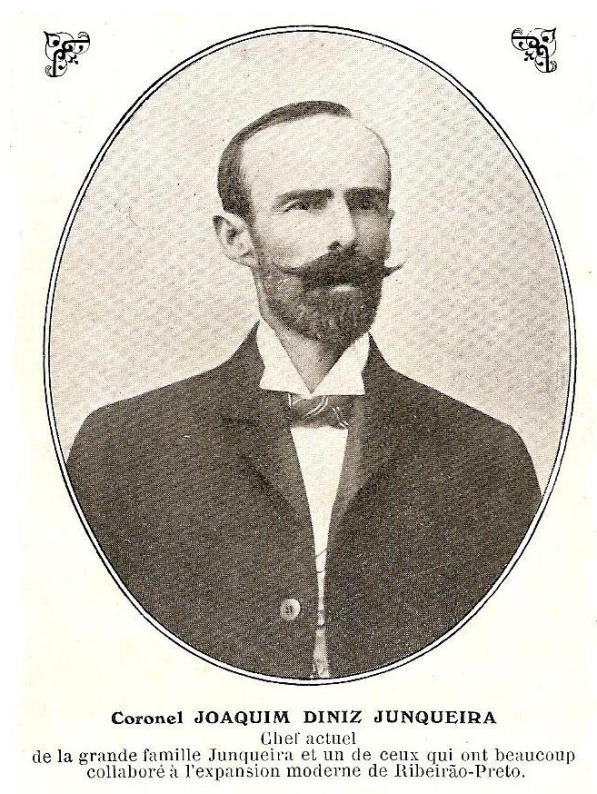
<sup>78</sup> MATTOS. *Café e ferrovias*, p. 392.

O comendador Gabriel de Souza Diniz Junqueira foi um dos primeiros líderes da família Junqueira nessa região, deixando um vasto legado a ser seguido.<sup>79</sup>

Com o falecimento de Gabriel de Souza Diniz Junqueira, o poder dentro da família parece ter passado para seu irmão mais novo, o Capitão Luís Herculano de Souza Diniz Junqueira, que assumiu a presidência da câmara de Ribeirão Preto no período de 1877 a 1881.

### 1.1 O CORONEL JOAQUIM DA CUNHA DINIZ JUNQUEIRA

A figura central deste trabalho é o Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, apresentado por esta imagem, publicada em 1911 na *Brazil Magazine*, revista que tinha o intuito de propagandear a cidade de Ribeirão Preto no Brasil e no mundo. Visto aqui como um homem de olhar duro, vasto bigode e uma testa pronunciada.



**Figura 5** – Retrato do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira<sup>80</sup>

Poucas imagens do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira sobreviveram ao tempo. Segundo sua esposa, o coronel Quinzinho não era afeito a

<sup>79</sup> MATTOS. *Café e ferrovias*, p. 394.

<sup>80</sup> Revista *Brazil Magazine*, 1911, p. 29.

retratos, pois não gostava de passar muito tempo parado à disposição do fotógrafo.<sup>81</sup>

Nascido em 14 de maio de 1860, foi batizado em 22 de agosto do mesmo ano, na igreja matriz de São Simão<sup>82</sup>. Filho caçula de Ana Osório Diniz Junqueira e Emerenciano Alves da Cunha. Sua avó materna, Anna Claudina Diniz Junqueira, e Augustinho Ferreira Brito foram seus padrinhos.

Recebeu, ainda na infância, o apelido de Quinzinho, o qual carregou por toda a vida. Como quase tudo em sua vida, até mesmo esse apelido leva-nos a interpretações mais profundas. Segundo Sergio Buarque de Holanda:

No domínio da linguística, para citar um exemplo, esse modo de ser parece refletir-se em nosso pendor acentuado para o emprego dos diminutivos. A terminação “inho”, aposta as palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também aproximá-los do coração. Sabemos como é frequente entre os portugueses o zombarem de certos abusos desse nosso apego aos diminutivos tão ridículos para eles quanto o é para nós muitas vezes a pieguice lusitana, lacrimosa e amarga.<sup>83</sup>

De maneira geral, parece que os Junqueira sempre abusaram dessa “tática” e do gosto por apelidos e diminutivos. São inúmeros os exemplos que encontramos, como o coronel Quito, capitão Chico, dona Sinhá, Sinhazinha, Biela, capitão Luizinho, Gabica, entre outros. Não nos parece que essa forma próxima de tratamento tenha sido repetida por outras famílias poderosas da região durante o período estudado, pois não encontramos, entre os Prado, os Barreto, os Dumont ou entre os Schmidt, forma parecida de tratamento sendo veiculada aos círculos externos da família.

Acreditamos que esse costume tenha uma intenção, seja ela formulada de modo consciente ou talvez de forma inconsciente. Seria uma maneira mais cordial de se apresentar aos demais, afinal, quando temos um homem chamado coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, fica implícito todo o destaque social do qual ele é herdeiro, mas, quando ele se apresenta apenas como coronel Quinzinho, essa distância diminui sem subtrair o poder imbuído em sua figura. Assim, ela se torna

<sup>81</sup> Carta de Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira para Sinhazinha, 13.2.1911. Fonte: APHRP.

<sup>82</sup> Batismo São Simão 1869/1877, p. 68.

<sup>83</sup> HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 108.

mais humanizada e cordial, alguém pelo qual podemos nutrir confiança e, quem sabe, até mesmo afeto.

[...] a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o "homem cordial". A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.<sup>84</sup>

Ele foi um dos homens mais poderosos da região de Ribeirão Preto, um dos coronéis, talvez um dos mais importantes, na estrutura do Partido Republicano Paulista.

Para Sennett, “a legitimidade da autoridade pessoal provém de uma percepção de diferenças de forças, [...] essa diferença desperta medo e respeito”<sup>85</sup>.

Durante praticamente toda sua vida adulta, Quinzinho usou a máquina pública para atingir os interesses de sua família e beneficiar seu grupo de aliados e seguidores, prática comum na época, como aponta o historiador Sergio Buarque:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente [tipo primitivo de família patriarcal], compreenderem a distinção fundamental entre público e privado.<sup>86</sup>

Percebemos, então, outra característica advinda com esse personalismo que impregna historicamente nossa cultura política: a esfera privada assumindo as funções da esfera pública e vice-versa. Isso faria valer, em muitos casos, seus interesses, do quintal de sua fazenda ao palácio do Catete. Durante toda a Primeira República, sua autoridade dentro do clã Junqueira parece nunca ter sido questionada.

O coronel Junqueira faz parte do imaginário político da região de Ribeirão Preto, que se desenvolveu no período do coronelismo.

É um dos coronéis mais reconhecidos da região, tendo protagonizado vários episódios rememorados até hoje quando se evoca o passado de “glória” de Ribeirão

---

<sup>84</sup> HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 110.

<sup>85</sup> SENNETT. *Autoridade*, p. 206.

<sup>86</sup> HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 145

Preto, enquanto considerada a *Petit Paris*. Ele foi descrito por Rubens Cione, um memorialista da cidade, como o líder político máximo da região da Mogiana na Primeira República:

Liderança não é uma coisa que pode ser imposta. É solicitada pelos que reconhecem capacidade para dirigir naqueles que elegem para chefe. Temos, nos primórdios de Ribeirão Preto, um exemplo marcante disso na figura lendária do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o maior chefe político que teve a Mogiana e que influenciou bastante em todo o Estado de São Paulo.<sup>87</sup>

Uma das poucas fontes com indícios de como foi à infância de Quinzinho é uma carta de seu primo, o Capitão Chico, na qual, entre comentários sobre o preço da arroba de café e notícias de parentes doentes, ele comunica que a ventania derrubou uma mangueira de sua fazenda onde “brincávamos de correr e combater com espadas de pau e às vezes descansávamos na sua sombra na volta de uma caçada ou cavalgada”.<sup>88</sup>

O que nos leva a crer que sua infância foi passada junto com os membros da extensa família, seus irmãos, irmãs, primos e tios. Parece-nos ter sido um tipo de infância bastante tranquila, já que sua família era bastante abastada e podia lhe dar segurança para desfrutar das brincadeiras e companhia de outras crianças de idade aproximada a sua.

Devemos nos demorar alguns mais momentos sobre sua família, já que pretendemos discutir o poder da tradição e do prestígio que sua família carrega e como esse poder serve de suporte para sua teia de influências. É de sua família que parte do seu poder emana, é por meio dela que parte desse poder era exercido.

Partimos do princípio de que famílias como os Junqueira, tradicionais proprietários de terra, de sólidas origens portuguesas e de herança da nobreza imperial, desenvolveram uma série de estratégias para manter seu domínio. Ao longo do tempo, os Junqueira teriam desenvolvido uma cultura política própria.

Utilizando seus recursos para garantir a manutenção do seu poder, a família Junqueira criou uma tradição de incentivar a educação dos filhos homens:

---

<sup>87</sup> CIONE. *História de Ribeirão Preto*, p.163.

<sup>88</sup> Carta de Capitão Chico Junqueira a Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, 20.11.1919. Fonte: APHRP.



Quinzinho Junqueira era um homem de caráter igualmente fascinante... era um aristocrata. Sua família... já morava na região há algumas gerações. Originalmente criadores de porcos e pecuaristas, tornaram-se cafeicultores e prosperaram. A riqueza lhes deu oportunidade para adquirir cultura no sofisticado mundo europeu. Apesar de poucos membros da família terem tido uma educação formal, praticamente todos foram educados na infância por alguns dos melhores tutores particulares que o dinheiro podia comprar. Eles haviam viajado pela Europa e adquirido gostos apurados e maneiras sofisticadas.<sup>89</sup>

Algumas dessas maneiras sofisticadas foram cultivadas como um lembrete da origem nobre da família e funcionaram como um aparato simbólico e uma constante lembrança do poder dos Junqueira. Um exemplo é a criação de animais com *pedigree*.

O Barão de Alfenas, um dos antepassados diretos do coronel Junqueira, teria recebido de presente do Príncipe Regente D. João VI um garanhão da raça alter de seu próprio estábulo, em uma das visitas que o príncipe fez até a fazenda Campo Alegre, em Minas Gerais. Esse animal teria cruzado com algumas éguas dos Junqueira. Os cavalos dos Junqueira eram renomados pela sua qualidade e força. Por meio desses cruzamentos, criaram a raça manga-larga, mais desenvolvida ao trote elegante que tanto agradava a corte. É uma raça que serve tanto à lida diária quanto em exposições.

Os Junqueira pareciam estar sempre interessados no refinamento da raça de suas montarias, estando quase sempre ligados à criação de cavalos para revenda, exposição, montaria, corridas, caçadas ou passeios.

Em sua fazenda, Quinzinho possuiu um haras dedicado à criação de cavalos da raça manga-larga. Essa criação era muito prestigiada, tanto que Quinzinho quis que seu garanhão fosse fotografado para aparecer na revista *Brazil Magazine*, publicada no Brasil e na França.<sup>90</sup>

Outro hobby que parece ter sido cultivado pelos membros do clã Junqueira eram as caçadas. Havia um grande investimento para melhorar as matilhas de cães

---

<sup>89</sup> WALKER. *Dos Coronéis à Metrópole*, p. 63.

de caça da família e, nos finais de ano, eram comuns a reunião dos homens Junqueira para caçar, principalmente cervídeos e onça.

[...] Para nossa caçada de Natal levarei meus melhores cachorros, esse ano tenho certeza que os meus encontraram o veado antes da sua matilha. Tenho uma cadela vermelha que é incomparável (...)<sup>91</sup>

Diversos hábitos como as caçadas e a criação de animais de linhagem, assim como as formas de se vestir, eram um tipo de adaptação dos costumes das elites europeias popularizados no século XVII. No entanto, é curioso que, no caso dos Junqueira, esses costumes, quase anacrônicos, transformaram-se em tradições profundamente arraigadas no clã, sendo perpetuados de geração em geração durante mais de um século.<sup>92</sup>

A manutenção de tradições que remontam à nobreza europeia serviu como uma maneira de manter viva a noção da importância de sua estirpe e reforçar o poder do clã. Consideramos isso uma estratégia de manutenção de seu poder e um elemento interessante da tradição gerada pelo clã Junqueira, algo que foi agregado as culturas políticas da época.

Como e por que nasce a cultura política? A complexidade do fenômeno implica que seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises de sua história respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações.<sup>93</sup>

A construção de uma cultura política está ligada ao estabelecimento de uma série de posturas, atitudes e maneiras de pensar que são respostas aos desafios enfrentados por certo grupo de pessoas, que são passados às futuras gerações e são formas de testar e refinar sua eficácia diante das novas situações apresentadas. Essa é uma das nossas respostas de por que nasceu essa cultura política Junqueira:

---

<sup>91</sup> Carta de Capitão Chico Junqueira a Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, 20.11.1919. Fonte: APHRP.

<sup>92</sup> Para compreender mais a relação entre caça e violência como forma de esporte ligada a uma elite veja: ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

<sup>93</sup> BERSTEIN. A Cultura Política In: RIOUX; SIRINELLI (Orgs.). *Para uma história cultural*, p. 355.

Os Junqueira estiveram presentes dentro da política de Ribeirão Preto durante muito tempo. Podemos citar o coronel Luís Antônio da Cunha Junqueira, irmão mais velho de Quinzinho, que teve um papel de liderança dentro família durante seu tempo de vida. Foi vereador na terceira e presidente durante a quarta legislatura da Câmara Municipal, Manuel da Cunha Diniz Junqueira foi o presidente durante a quinta legislatura e José Bento Diniz Junqueira e Manoel da Cunha Diniz Junqueira foram juízes de paz. Isso apenas para citar os parentes diretos e o período anterior a 1889, pois se fossem incluídos os parentes ligados pelos vínculos de casamento, a lista seria muito maior.<sup>94</sup>

Isso reforça a ideia de que o clã Junqueira já possuía um grande poder político já no período imperial. Notamos que há o desenvolvimento do poder pela posse de cargos dentro da Câmara Municipal e em outros cargos de nomeação pública, demonstrando seu poder em forçar essas nomeações e angariar votos.

Foram nesses momentos de transição que Quinzinho passou sua infância e mocidade. Viveu os momentos de declínio do Império, o processo de abolição dos escravos, a transformação do cenário rural com a chegada dos imigrantes europeus brancos, as disputas da elite que iriam trazer a República e uma nova maneira de exercer poder.

---

<sup>94</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Memória*, p. 12-22

**CAPÍTULO DOIS**  
AS TEIAS DE PODER DO CORENAL JUNQUEIRA

## 2. AS TEIAS DE PODER DO CORENAL JUNQUEIRA

Uma vez que voltamos ao estudo da família Junqueira, cabe estabelecer qual conceito de família empregamos na pesquisa. Essa família foi responsável por desenvolver um tipo de cultura política para dar manutenção ao seu poder. Desse modo, alegamos que o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira elaborou uma teia de poder que visava não só manter e fortalecer o poder, mas ampliar a influência de sua família.

### 2.1: O CASAMENTO COMO ESTRATÉGIA: COMO A TEIA DE PODER GANHOU NOVOS ELEMENTOS

Não restringimos a pesquisa apenas ao modelo de família colonial patriarcal, definida por Gilberto Freyre<sup>95</sup> como uma estrutura social em que a família seria composta pelo chefe (patriarca), por sua mulher e por seus filhos e netos. Esses seriam os representantes principais. Haveria ainda membros considerados secundários, formados por filhos ilegítimos (bastardos) ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos. No comando tanto do grupo principal como do secundário, estava o patriarca<sup>96</sup>. Tampouco nos prendemos à família nuclear urbana, composta apenas por indivíduos com laço de sangue direto e que vivem sob o mesmo teto.

A família Junqueira do início do século XX está mais próxima da definição de André Heráclito do Rêgo:

Há, porém, outra concepção de família, que se refere ao conjunto de indivíduos descendentes de um ancestral comum. Nesse último caso, não é necessário, aos membros da família, habitar-se sob o mesmo teto: privilegia-se o sentido da linhagem, ou seja, do grupo no interior do qual as pessoas podem construir sua genealogia e que, sendo marcado por uma certa ideologia da filiação, exerce na sociedade um papel político e econômico.<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> Outro autor que descreveu a família patriarcal como modelo de família durante os três primeiros séculos de ocupação europeia no Brasil é Sergio Buarque de Holanda. Pode-se ler mais a respeito em HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

<sup>96</sup> FREYRE. *Casa-grande e Senzala*.

<sup>97</sup> RÊGO. *Família e Coronelismo no Brasil*, p. 44.

Quinzinho teve quatro irmãos e duas irmãs, sendo quatro deles irmãos por parte de mãe e também primos por parte de pai. Sua mãe teve suas primeiras núpcias com Francisco Maximiano da Cunha. Após o falecimento deste, em 20 de maio de 1850, casou-se com seu irmão Emerenciano Alves da Cunha, pai de Quinzinho e do seu irmão José Augusto Alves Junqueira.<sup>98</sup>

Godoy sintetiza bem a lógica por trás dos casamentos arranjados:

Aos moldes de outras famílias de leite do século XIX, os Junqueira desenvolveram uma intrincada rede de parentesco que visara não só a manutenção das propriedades, mas um constante fluxo de reciprocidade ancorado na parentela. Casaram-se preferencialmente com primas, mas há registros de uniões com tios, sobrinhos e cunhados. Noivos e noivas eram buscados em Minas, formalizando uniões já anteriormente acertadas pelos pais. Os laços de consanguinidade e de compadrio mantinham e reproduziam o poder social e político da família Junqueira e o estreitamento desses laços familiares impede a divisão de bens e desmembramento de propriedades, facilitando a contiguidade de terras e tornando imensos os domínios.<sup>99</sup>

Podemos compreender o casamento como um momento em que os nós da teia de poder eram amarrados. Além de fortalecer a solidariedade dos membros da família, o casamento endógamo impedia que as posses fossem repartidas fora do clã pela divisão de heranças, o que era especialmente benéfico quando consideramos as fazendas usadas para a criação de animais, para o plantio de cana e de café, em que, além da terra, é necessário um maquinário e outras instalações para garantir que a propriedade seja rentável. Isso tornava especialmente difícil realizar uma partilha de forma igualitária.

Para Gilberto Freyre<sup>100</sup>, os casamentos endógamos, além de ter por finalidade evitar a dispersão de bens, tinha a intenção de conservar a pureza do sangue de pretensa origem nobre e ilustre. Apesar de não encontrarmos pistas explícitas dessa preocupação com a “pureza do sangue”, notamos que a maioria das uniões dos Junqueira seriam com outras famílias de origem quatrocentona. Ao menos nas primeiras décadas do século XX, não encontrando ligações com famílias

---

<sup>98</sup> MATTOS. *Família Junqueira: sua história e genealogia*.

<sup>99</sup> GODOY. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*, p. 43.

<sup>100</sup> FREYRE. *Casa-grande e Senzala*.

de imigrantes. Mesmo no caso daqueles que conseguiram uma clara ascensão social, ainda prevaleciam estigmas sobre sua estirpe.

Notamos que essa rede de parentela, que servia para arranjar os matrimônios consanguíneos, estendia-se tanto pelo estado de São Paulo quanto por Minas Gerais, podendo chegar até mais longe, se fosse necessário buscar pretendente considerado socialmente mais prestigiado. Assim, notamos que os laços do clã permaneciam mesmo em grandes distâncias:

Essas famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias umas das outras, mas o afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços, ou das obrigações recíprocas. Sua característica principal é a estrutura interna complexa, que tanto pode ser do tipo igualitário (por exemplo, nas regiões de sitiantes em que as famílias tendem a estar todas colocadas no mesmo nível socioeconômico), quanto do tipo estratificado (o que acontecia sobretudo nas regiões de agricultura de exportação e também nas de pastoreio, existindo no interior da parentela várias camadas sociais.<sup>101</sup>

Quinzinho se casou, em 1882, com sua prima de primeiro grau, Maria Emerenciana Diniz Junqueira, conforme mandava a tradição familiar da época. Como ocorreu com a maioria de seus parentes, seu casamento foi arranjado pelos pais logo que chegou a maturidade.

O irmão mais velho de Quinzinho, Manoel da Cunha Diniz Junqueira, casou-se com sua prima de primeiro grau, Emerenciana Constança Junqueira. Nesse caso, o laço de parentesco era bastante próximo: o pai de Manoel era irmão da mãe de Emerenciana. Sua irmã Innocência Cláudia Junqueira também casou-se com um parente, José Bento Diniz Junqueira, ele próprio nascido de uma união entre parentes.

Casamentos com pessoas com um grau de parentesco tão próximo só poderiam ser realizados por meio de dispensas eclesiásticas. Esses processos demandavam gastos que não eram baratos e dependiam da boa-fé das autoridades eclesiásticas para consentir com o matrimônio, o que adicionava um novo elemento a ser enlaçado na teia de poder. Era preciso ter uma aliança com a Igreja Católica

---

<sup>101</sup> RÊGO. *Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder*, p. 45.

para que esses casamentos fossem celebrados, pois, além dos pagamentos das taxas, era preciso contar com o consentimento dos párocos. Em certos casos, era necessária a autorização de um bispo.

Dado o número bastante extenso de casamentos entre primos de primeiro grau, e tios com sobrinhas, não nos parece que os Junqueira tenham tido qualquer dificuldade em conseguir esse tipo de consentimento ou autorização.

Outro elemento que chama a atenção são os frequentes casos em que, após a morte do marido, a viúva se casava imediatamente com o irmão ou primo do falecido, evitando que os bens fossem distribuídos entre os herdeiros e dando continuidade à prosperidade das atividades econômicas.

Ocorreu um caso assim em relação à mãe de Quinzinho, Ana Osório Diniz Junqueira, que se casou com Emerenciano Alves da Cunha, irmão do falecido marido Francisco Maximiano.

A irmão de Quinzinho, Anna Theodora Junqueira, casou-se com Augusto Agostinho Ferreira Bastos, e seu irmão, José Augusto Alves Junqueira, casou-se com Maria Leopoldina Nogueira, ambos de fora da família, mas ligados à propriedade de grandes glebas de terra.<sup>102</sup>

Desse modo, nem todos os casamentos dos Junqueira eram realizados entre parentes. Muitas vezes, uma união frutificava de outros afetos ou de acordos com outras famílias proprietárias de terra, de fortuna ou de outro capital e, se não fosse considerada desvantajosa, era celebrada. Era o caso do irmão de Quinzinho, o coronel Luís Antônio da Cunha Junqueira, que se casou com Iria Alves, que herdou uma parte das propriedades da família Junqueira depois do falecimento do marido, sendo conhecida como a “rainha” do café. Iria Alves era filha de Antônio Honório Alves Ferreira, dono de um grande número de terras e possuidor de uma fortuna considerável.

Em seu testamento, Antônio deixou uma soma expressiva de dinheiro para as netas, filhas de Iria com o coronel Luís. Sua neta Innocência, já casada na época com Gabriel Junqueira, um primo de segundo grau, herdou vinte e cinco contos de réis, e Maria Eugenia, também casada com um parente, Francisco Junqueira, herdou um terço das propriedades do avô.<sup>103</sup> Esse testamento evidencia que a

---

<sup>102</sup> MATTOS. *Família Junqueira*, p. 478.

<sup>103</sup> Auto de Abertura do Testamento do finado Antônio Honório Alves Ferreira. 1º Ofício Civil – Inventários. Cx. 16. APHRP.



exogamia era uma forma de captar recursos e alianças sólidas, que iriam fortalecer a parentela.

Joaquim da Cunha inovou realizando uniões de suas filhas não com parentes, mas com políticos com potencial, como Jorge Lobato e Altino Arantes, os quais seriam seus agentes dentro da máquina política, como veremos em breve. Sua lealdade era garantida pelos vínculos de parentela estabelecidos, assim como o controle que o coronel possuía sobre toda a família.

Desse modo, o coronel Quinzinho urdia sua teia de poder costurando as alianças entre esses políticos-chave e sua parentela, sendo capaz de agregar capital político e uma série de especialidades técnicas ao rol de influências que administrava.

Os casamentos de seus filhos foram devidamente arranjados para que fossem os mais vantajosos possíveis. Seu filho Osório da Cunha Diniz Junqueira se casou com Amélia Prado Uchoa Junqueira, selando a união entre as duas famílias mais tradicionais na cultura de café da região, os Prado e os Junqueira. Dessa união, nasceu Flávio Uchoa, importante personagem político da região.

Sua filha, Ana Junqueira Lobato, casou-se com seu protegido político e futuro braço direito Jorge Lobato, o qual ocupou o cargo de vereador pelo Partido Republicano Paulista (PRP) nas legislaturas de 1926-1929 e 1929-1932; foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto em 27/04/1929, tendo exercido a presidência até a dissolução da Câmara Municipal em 25/10/1930, e foi responsável por ajudar na organização de seus negócios.<sup>104</sup>

Para os bacharéis de direito que se engajavam na política em regiões do interior, os primeiros passos na carreira dependiam da sua própria teia de contatos, geralmente a amizade e a obrigação com determinadas famílias eram necessárias:

Decidido que o bacharel em Direito fosse entrar na política, seus primeiros contatos eram feitos através do sistema familiar; as ligações políticas e econômicas de seu pai eram especialmente importantes em determinar as oportunidades do jovem. Alguns futuros mandarins recebiam nomeações imperiais importantes logo após a formatura. (...) As posições comumente indicadas para os jovens bacharéis eram as de juiz municipal, juiz de Direito, promotor público, delegado de polícia e vários outros cargos

---

<sup>104</sup> CAMARGO. *Aspectos Históricos da Câmara Municipal*, p. 22.

menores em órgãos provinciais e centrais. Os cargos mais elevados incluíam os de chefe de polícia de províncias, presidente de províncias e desembargadores. Após o início da carreira política, o bacharel progredia de acordo com a combinação de personalidade, carisma, talento, laços de casamento, ligações familiares e sorte política.<sup>105</sup>

A filha mais nova, Maria Gabriela Junqueira Arantes, conhecida no seio familiar como Biela, selou matrimônio com um dos mais promissores amigos, Altino Arantes, que, além dos cargos que ocupou dentro do município, foi deputado federal, secretário do interior e presidente do Estado de São Paulo, peça fundamental nas políticas de valorização do café e leal correligionário. Sabe-se que o apoio de Quinzinho foi valioso para a obtenção de seus cargos e que, em retribuição, Altino Arantes foi fiel aos pedidos do sogro, nomeando amigos e apoiando medidas de interesse da ala ribeirão-pretana do PRP dentro de todo estado.

Com o apoio e influência de sua tradicional parentela, posteriormente reforçada através dos fortes laços com o grupo dos Junqueiras, e em especial com o supercoronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o famoso “Quinzinho”, elegeu-se deputado federal na legislatura de 1906 a 1908, vindo a se destacar na defesa do Acordo de Taubaté que permitiu o financiamento da produção cafeeira cessando as crises frequentes no setor.<sup>106</sup>

Altino Arantes teve por hábito manter registro detalhado de sua rotina em um diário íntimo, que está preservado como parte do fundo de documentos que leva seu nome no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Alguns trechos desses documentos são bastante interessantes e ajudam a compreender o casamento de Altino e Biela e sua relação com o coronel Junqueira:

25 de março [1919]

De manhã, nos Campos Elíseos, conferenciaram comigo, sobre a formação do diretório de Ribeirão Preto, o Quinzinho, o Geribelo e o Quito. Ficou mais ou menos assentado, apesar da relutância deste último, que o diretório se

<sup>105</sup> PANG; SECKRINGER. *The Mandarins of Imperial Brazil*, p. 41.

<sup>106</sup> PEREIRA; SOUSA; DAMACENA NETO. Registros íntimos de uma vida pública: o diário de governo de Altino Arantes (1916-1920)”. In: *Anais do IV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Goiás*.

compusesse dos três acima nomeados e mais os Drs. Francisco Junqueira e Arthur Soares de Moura.

Dirigi-me, em seguida, para a casa do Quinzinho, onde – resumida a família, na mais completa cordialidade – abracei, pela vez primeira, a minha noiva e a minha nova família.

*Erat in fatis...*<sup>107</sup>

A anotação do diário de Altino Arantes sugere que a união dos dois era fruto de um arranjo, pois aponta que, em 25 de março de 1919, Biela já era sua noiva e eles se abraçaram pela primeira vez nessa mesma noite. Julgamos que esse comportamento seria inusitado se o noivado fosse fruto de um afeto anterior e espontâneo.

Outra anotação curiosa do diário era “*Erat in fatis*”, uma expressão do latim que significa “está predestinado”, suposta alusão aos arranjos por trás do seu casamento, uma forma de dizer que o compromisso já estava fechado.

A leitura do Diário Íntimo de Altino Arantes nos permitiu uma interpretação bastante consistente dos acontecimentos que levaram a esse casamento e da importância dele como estratégia política para expandir e solidificar a teia de poder do coronel Quinzinho.<sup>108</sup>

A primeira esposa de Altino Arantes havia falecido e existem indícios de que essa perda foi muito sentida por ele, pois tinha o costume de visitar seu túmulo sempre que podia e tinha um apreço especial por manter suas recordações.

Ao longo do trecho introdutório Altino revela, entre outras coisas, que mantinha o hábito de escrever diários desde sua adolescência, e que guardara em especial um caderno que se relacionava com a esposa

---

<sup>107</sup> Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Privado de Altino Arantes (APAA) – Locus: AP91.01.001.

<sup>108</sup> Os fundos citados fazem parte do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). São eles: o Fundo Altino Arantes (AA), composto por um conjunto documental que abrange aspectos da vida privada e pública do titular, durante o período de 1888-1976. Nele, constam correspondências expedidas pela Presidência do Estado de São Paulo e enviadas a lideranças políticas de diversas localidades do estado. Há documentos referentes à situação política de São Paulo e que discutem temas como a dívida externa e a política desenvolvida para o comércio do café. Podem-se encontrar também textos de discursos realizados entre 1922 e 1964, notícias veiculadas em jornais que tratam de sua atividade política e fotografias que registram diversos momentos de sua vida. Constam ainda livros que pertenceram ao titular e que estão guardados na Biblioteca do Arquivo e pelo fundo. O outro fundo é o de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira datado de 1886- 1932; o conjunto é composto por documentos que refletem, principalmente, as experiências políticas do titular. Correspondências, escrituras, notas fiscais, recortes de jornais, recibos, ordens de pagamento ao serviço de alistamento eleitoral, lista de eleitores e cédulas de títulos eleitorais formam a maioria dos documentos.

falecida antes de sua posse na presidência. Aliás, abundam as reminiscências que tem como mote sua esposa, constituindo tema constante nos seus registros a rivalizar com assuntos ligados aos problemas administrativos e à política em geral. O apelo para os sentimentos de forte fervor católico, as constantes visitas ao túmulo da esposa, a ida quase diária a missas, a reza infindável de rosários, a mortificação constante.<sup>109</sup>

O relacionamento entre Coronel Quinzinho e Altino, seu afilhado político, nem sempre foi amistoso. Sobre isso, encontramos momentos de conflito registrados no diário de Altino:

9 de junho de 1918

Das 10 ½ horas ao meio, o Quinzinho Junqueira esteve conversando comigo sobre a política de Ribeirão Preto do 10º distrito, renovando as suas eternas e infundadas queixas contra o Lacerda e o Rodolfo, aos [ilegível] que atribui o propósito de quererem derrotá-lo na zona. Eu, por mim fiz as minhas queixas – e essas bem justas e verdadeiras – contra os [ilegível] amigos que, em Ribeirão Preto, vivem a sombra dele, Quinzinho, procurando todas as ocasiões de hostilizar-me e de guerrear o meu governo...<sup>110</sup>.

Acreditamos que um dos motivos para esse arranjo de casamento seria a tentativa de Quinzinho de solidificar os laços que prendiam Altino a ele.

A posição de Altino Arantes dentro do governo do Estado era muito vantajosa para os planos políticos do coronel Junqueira. As cartas analisadas apresentam um constante e íntimo contato entre os dois, sendo constante a discussão sobre a indicação de cargos e a troca de favores.

No seu registro do dia da posse como presidente do Estado, Altino Arantes expõe certo ressentimento por não ter sua primeira esposa ao seu lado, o que novamente sugere ser arranjado seu casamento com a filha do coronel Quinzinho:

Mas quanto me dói que à inesquecível companheira dos melhores quinze anos da minha existência, que a minha fiel e doce Maria não esteja ao meu

---

<sup>109</sup> PEREIRA. *Escrita íntima e retratos do poder: o diário de governo de Altino Arantes (1916-1924)* In: XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética.

<sup>110</sup> Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Privado de Altino Arantes (APAA) – Lócus: AP92.01.001.

lado para compartilhar do meu triunfo! Ela, que só pensava e sentia através do meu sentir e do meu pensar! Ela que exultava nas minhas alegrias e chorava nos meus pesares! Ela que, mais que ninguém, confiava na minha capacidade e antevia os sucessos de minha carreira! Ela, a encantadora visionária que – ao passar comigo diante do Palácio dos Campos Elíseos – murmurava, embevecida, aos meus ouvidos, num carinhoso sorriso de invencível confiança: nossa casa! ...<sup>111</sup>

Uma das formas pelas quais o coronel Quinzinho pôde garantir a lealdade de seus correligionários foi por meio do matrimônio dos seus parentes com figuras abastadas ou influentes. Isso foi capaz de agregar bacharéis de direito, professores, engenheiros e outros profissionais que lhe serviam de conselheiros em assuntos técnicos e executores de ordens.

É o caso de Jorge Lobato, que trabalhou como engenheiro na construção dos ramais da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro de Igarapava e de Pontal, favorecendo a construção dos ramais que ligavam as fazendas Junqueira aos trilhos da Mogiana e que foram utilizados para transportar o café até o Porto de Santos de forma lucrativa para o Coronel Junqueira.<sup>112</sup>

A partir de 1909, Jorge Lobato ocupou a cadeira de Geometria e Trigonometria no Colégio do Estado (atual Otoniel Mota) em Ribeirão Preto. Atuou ainda como comerciante, agricultor e empresário, tendo sido proprietário da Casa Bancária Jorge Lobato, que concedeu diversos empréstimos para as empresas Junqueira que negociavam café na bolsa de valores.<sup>113</sup>

Sua Teia de poder ia ganhando novas cores à medida que era capaz de inovar, adaptando o modelo tradicional de casamentos consanguíneos ou de casamentos entre grandes proprietários de terras para os novos tempos que demandavam novos saberes e práticas.

Apesar de as mulheres da época, em especial as da família Junqueira, desse ramo que estudamos e nesse recorte um tanto superficial, parecerem aceitar o fato de seus casamentos serem utilizados como forma de agregar capital político ao clã de forma alguma implica uma posição de passividade servil ou de

---

<sup>111</sup> Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Privado de Altino Arantes (APAA) – Locus: AP91.01.001. v.1: 1º/5/1916

<sup>112</sup> WALKER. *Dos Coronéis à Metrópole*, p. 71.

<sup>113</sup> Contrato de Financiamento em nome de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, 1927. Fundo Privado Cel. Joaquim da Cunha Junqueira (APHRP) Caixa 1. Locus 0017. 21 de fevereiro de 1927.

inferioridade. Ao contrário, no próprio seio da família Junqueira, algumas mulheres se mostraram aptas aos jogos políticos, controlando seus negócios e dirigindo seus próprios núcleos familiares. Estas geralmente eram as viúvas dos coronéis, que, em vez de entregar o controle a terceiros, assumiam as rédeas dos negócios depois do falecimento de seu cônjuge. Assim, em meio ao universo dos “coronéis”, existiram figuras femininas, proprietárias de grandes porções de terras e de grande influência política: Dona Francisca Maria Silveira do Val, Sinhá Iria Alves Ferreira e mais tardiamente Dona Sinhá Junqueira.

## 2.2. O CORONELISMO

Na historiografia brasileira, são abundantes os trabalhos que tratam do coronelismo. Nos textos que elaboram o conceito como prática política, notamos uma preocupação com as origens desse fenômeno. É prudente, pois, gastar alguns parágrafos para explicitar essa discussão e evidenciar em quais vertentes esse trabalho se apoia.

Percebemos formulações divergentes de acordo com a postura teórico-metodológica de cada autor. Na tentativa de revelar a sua identidade e suas raízes, algumas definições de marcos temporais divergem sobre a origem do coronelismo.

Faoro<sup>114</sup> e Queiroz<sup>115</sup> afirmam que o coronelismo tem origem nas estruturas políticas e sociais do Império Brasileiro, mas só ganha legitimidade com instalação do regime republicano. Segundo Faoro:

O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrariíssimo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe do regimento municipal investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado, prosperou o “coronel tradicional”, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida da sua posição. O

---

<sup>114</sup> FAORO. *Os donos do poder-formação do patronato político brasileiro*.

<sup>115</sup> QUEIROZ. O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica In: FAUSTO (Org.). *História geral da civilização brasileira*

conceito entrou na linguagem corrente por via do estilo social, inclusive na vida urbana, com predominância sobre a função burocrática e política.<sup>116</sup>

O governo, durante o período regencial, imprensado entre reacionários de um lado e povo do outro, não tinha como manter a ordem. Como resposta, criou a Guarda Nacional, em agosto de 1831, de olho na congênere francesa, para colocar a responsabilidade de manter a ordem nas mãos dos que tinham o que perder. Apesar das muitas reformas que sua legislação sofreu, passando inclusive por mudanças em suas atribuições e na maneira como ajudava a organizar o poder no país, a Guarda Nacional esteve relacionada com o poder da elite até sua desmobilização, em 1922.

Faziam parte da Guarda os adultos entre 21 e 60 anos que tivessem renda de 200 mil-réis nas quatro maiores cidades e 100 mil-réis no resto do país. Os oficiais eram nomeados pelo ministro da Justiça, sob recomendação dos presidentes de província.

A hierarquia da Guarda seguia a hierarquia da renda e do poder. O chefe local virava coronel, o posto mais alto, o segundo mais poderoso virava tenente-coronel, o seguinte, major, e assim por diante. Lavradores e artesãos tinham que se contentar em serem praças. A Guarda foi um eficiente mecanismo encontrado pelo governo para cooptar os senhores de terra e estreitar o laço entre governo e poder privado.

Nesse contexto, enquadramos a titulação da maioria dos capitães, tenentes e coronéis da região de Ribeirão, muitos que, como o coronel Quinzinho, ganharam seus títulos na guarda nacional. Seu prestígio político, seu poder econômico e sua estirpe foram o suficiente para garantir a patente do coronel Quinzinho. No entanto, não encontramos nenhum registro sobre a concessão de sua patente de coronel, mas, já em 1890, os registros da Câmara sobre sua eleição estão lavrados com essa patente.<sup>117</sup>

Em outros casos, a nomeação para a patente de coronel poderia ser alcançada como uma afirmação de sua ascensão social e legitimação de seu poder de mando, como no caso de Francisco Schmidt que, em 1901 foi nomeado, pelo então Presidente da República Campos Sales, coronel-comandante da 72ª Brigada

---

<sup>116</sup> FAORO. *Os donos do poder-formação do patronato político brasileiro*, p. 622.

<sup>117</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Atas da Câmara*. Microfilmado, rolo 55-A. Imagem 33.

de Infantaria da Guarda Nacional, em razão de sua ascensão de colono a rico produtor de café.<sup>118</sup>

Com o tempo, a Guarda Nacional deixou de exercer funções de segurança e virou instrumento político-eleitoral. O coronel com maior poder na localidade virou chefe político. A ele se dirigiam os candidatos para pedir votos e, a partir dele, se construía a política local e se negociava com as políticas estadual e federal.

Os “coronéis” [sic], como eram genericamente chamados, obedeciam, por sua vez, ao “chefe político” local. Homem de considerável prestígio e quase sempre coronel ele próprio, era esse último que definia a política da situação local, selecionava candidatos locais para os cargos públicos e ditava como deveriam votar seus seguidores. Em troca, esse chefe barganharia a interesses da situação local, ou de acordo com seus caprichos pessoais, com líderes da situação estadual, prometendo os votos em massa da sua região em troca de quaisquer que fossem as recompensas políticas que estivesse buscando. Essas poderiam incluir a construção de escolas e estradas no distrito representado por ele, a nomeação de políticos locais para candidatos da situação a cargos federais, e assim por diante. Os líderes do aparato político estadual, principalmente os governadores, disputavam entre si o controle do governo federal.<sup>119</sup>

A federação de 1891 reforçou, em muitos aspectos, o poder do coronel. Havia um governador de estado eleito, que dependia mais do coronel do que do ministro da Justiça. Surgiu desse modo o coronelismo como sistema, na terminologia de Victor Nunes Leal<sup>120</sup>. O coronel municipal apoiava o coronel estadual que apoiava o coronel nacional, também chamado de presidente da República.<sup>121</sup>

Essa visão, de que o coronelismo tem seu estabelecimento ainda no período Imperial, é também apoiada por outros autores além de Faroro, como Carone<sup>122</sup> e Janotti<sup>123</sup>.

Alguns pesquisadores vão além e indicam o período colonial como raiz primordial do coronelismo, quando se opera uma transferência das prerrogativas do Estado para o poder local. Em troca do reconhecimento da legitimidade da

---

<sup>118</sup> SILVA; et al. *Filhos do Café*, p. 98.

<sup>119</sup> WALKER; BARBOSA. *Dos coronéis à metrópole*, p. 29.

<sup>120</sup> LEAL. *Coronelismo, Enxada e Voto*.

<sup>121</sup> CARVALHO. *Pontos e Bordados: escritos de memória e política*, p.107.

<sup>122</sup> CARONE. *A República Velha: instituições e Classes sociais*. (1889-1930).

<sup>123</sup> JANOTTI. *O coronelismo: uma política de compromissos*.



autoridade da coroa sobre o território, eram cedidos os privilégios de coleta de impostos e autoridade sobre o espaço local, o que formaria, assim, uma relação coronelista.

Pang<sup>124</sup>, um dos autores que defendem a ideia das raízes coloniais do coronelismo, afirma que o título estaria ligado aos postos de comando nas milícias coloniais. Pang encontra, assim, na base patriarcal da estrutura econômica do engenho de açúcar e da sociedade brasileira, as origens do coronelismo.

Nunes Leal, em seu clássico trabalho “*Coronelismo, enxada e voto*”, delimita o surgimento do coronelismo com o início da Primeira República, pois houve uma ruptura do poder privado que possibilitou o desenvolvimento das relações coronelistas.<sup>125</sup>

O coronelismo, para ele, seria o próprio sistema político desse período, instituído segundo as normas do pacto implícito entre o decadente poder privado dos coronéis e um poder público cada vez mais fortalecido:

A rarefação do poder público em nosso país contribui muito para preservar a ascendência dos “coronéis”, já que, por esse motivo, estão em condições de exercer, extraoficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes. Mas essa ausência do poder público, que tem como consequência necessária a efetiva atuação do poder privado (...)<sup>126</sup>

Para Nunes Leal, o “compromisso coronelista”, durante o período em questão, é, em termos gerais, o “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”.<sup>127</sup>

Desse ponto de vista, a estrutura agrária brasileira, calcada no latifúndio e nas relações de dependência pessoal dos “camponeses” frente aos proprietários de terra, constitui-se na ‘base material’ de sustentação e continuidade do poder privado dos coronéis. Do coronel, os “dependentes” recebem todo tipo de ajuda: financeira, médica, jurídica etc. Como consequência, essa dependência pessoal traduz-se politicamente em fidelidade eleitoral.

---

<sup>124</sup> PANG. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1934*.

<sup>125</sup> LEAL. *Coronelismo, enxada e voto*.

<sup>126</sup> Ibidem, p.62.

<sup>127</sup> Ibidem, p.20.

No entanto, há de se notar que muitos autores que estudam a história política do Brasil aproximam e, muitas vezes, confundem o conceito de coronelismo com os conceitos de clientelismo e de mandonismo.

Carvalho, em seu trabalho “*Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*”, afirma que o coronelismo é um sistema político que remonta historicamente à Primeira República, sendo uma complexa rede de relações, que vai do coronel ao presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos.<sup>128</sup>

O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930.<sup>129</sup>

Seguindo essa linha de pensamento, os autores que chamam de coronelismo fenômenos políticos posteriores à década de 1930 estão, na verdade, tratando de outros fenômenos, como o mandonismo ou o clientelismo, o que seria um emprego errôneo do termo coronelismo.

Ainda segundo Carvalho, o coronelismo é definido pela relação de trocas de influência política, favores e direitos entre os coronéis, o poder local, estadual e federal, sendo fruto direto da República e da chamada política dos governadores, que permitiram uma maior autonomia dos governos estaduais. O coronelismo, por ser fruto de uma política específica, restrita a um período de tempo mensurável, não poderia existir antes dessa fase ou depois de seu fim.

O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste seu domínio no Estado. O coronelismo é fase do processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela.<sup>130</sup>

---

<sup>128</sup> CARVALHO. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 132.

Portanto, o coronelismo está ligado a um regime político desenvolvido no Brasil de 1889 a 1930, sendo caracterizados pela força política local de uma plutocracia, que controlava as votações locais em troca da legitimação do domínio político local, favorecimentos econômicos por meio de políticas protecionistas ou favorecedoras dos governos estaduais e federal.

Essa visão do coronelismo distingue-o da noção de mandonismo. Este talvez seja o conceito que mais se aproxime do caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalistas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse de terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política.<sup>131</sup>

O mandonismo, apesar de ser parte inerente ao coronelismo, não deve ser confundido como o próprio coronelismo, uma vez que é anterior a ele e pode ser encontrado ainda nos dias de hoje em várias regiões:

O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos.<sup>132</sup>

O clientelismo se diferencia, também, dos demais conceitos por ser um tipo de relacionamento político muito mais elástico, definido como um sistema de trocas políticas a partir da assimetria de poder sobre determinados benefícios.

De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Este é um dos sentidos em que o conceito é usado na literatura

---

<sup>131</sup> CARVALHO. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*, p.133.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 133.

internacional. Clientelismo seria um atributo variável de grandes sistemas políticos.<sup>133</sup>

Apesar de os coronéis terem feito uso do clientelismo, este é um fenômeno muito mais amplo, que passa por vários períodos, podendo ser observado na sociedade brasileira mesmo depois do fim do coronelismo e, como afirmam alguns estudiosos, é observada até os dias atuais. O clientelismo é, portanto, um sistema de trocas políticas a partir da assimetria de poder sobre determinados benefícios entre patronos e clientes.

Tratamos, no primeiro capítulo, de formas como a família Junqueira foi capaz de garantir seu poder econômico e político sobre a comunidade da região da incipiente cidade de Ribeirão Preto. Notamos que, apesar de não fazerem uso de certos aspectos estruturais do coronelismo, como a hierarquia do partido e as ferramentas de controle de votos e de indicação de cargos públicos, em geral, os membros da família empregavam seu poder usando práticas clientelistas e mandonistas.

Mesmo não fazendo uso de cargos da guarda nacional de forma intensa, especialmente o de coronel, muitos membros da família ostentavam patentes, como capitão, outros possuíam títulos de nobreza: barão e marquês.

O que nos leva a discordar dos autores que, como Leal e Carvalho, afirmam que se pode determinar com grande precisão o início e fim do coronelismo no Brasil, acreditamos que esses limites são muito mais flexíveis e plásticos, já que boa parte dos elementos listados como essenciais ao coronelismo já existiam anteriormente à proclamação da República; e continuaram existindo após o fim da Primeira República.

Vemos o coronelismo como uma síntese desses elementos, à medida que ele incorpora novos elementos trazidos pela Proclamação da República e se expande com o sucesso e se solidifica como prática política.

Durante a pesquisa, encontramos diversos momentos em que o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira fez uso do seu poder político e econômico para alimentar relações clientelistas com seus aliados e com a população do Estado de São Paulo. O exercício de poder local do coronel Quinzinho pode ser observado pelo controle do eleitorado e do aparato público. O coronel era responsável pelas

---

<sup>133</sup> Ibidem, p. 135.

decisões em nível municipal e também pelas indicações em nível estadual. Seu prestígio se comprova com as visitas constantes de políticos de grosso calibre como Wenceslau Brás e Epitácio Pessoa.

Para melhor compreender como o coronel Junqueira conseguiu alcançar tamanho prestígio político e se consagrar como o homem mais poderoso de Ribeirão Preto, necessitamos analisar mais detalhadamente sua carreira política e retornar ao período que segue a proclamação da República.

### 2.3. CHEGA A REPÚBLICA

A Proclamação da República contou com pouca ou quase nenhuma participação popular. Dessa maneira, instaurou-se uma república sem considerar a participação do povo brasileiro e, assim, tivemos, operando o poder na nascente República brasileira, praticamente os mesmos grupos que exerciam o controle político durante o período Imperial.<sup>134</sup>

No caso dos Junqueira de Ribeirão Preto, algumas décadas foram necessárias para restituir a antiga hegemonia que possuíam durante o Império.

Carvalho demonstra a origem do poder dessa elite, antes da República:

[o senhor de terras] Comandava vasto séquito que incluía a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas. Todos dependiam dele, de seu poder, de seu dinheiro, de sua proteção. Controlava a terra, o trabalho, a política, a polícia e a justiça. Alguns se isolavam no interior comandando estados à parte. A maioria, no entanto, desde o início vinculava-se à economia exportadora e à administração colonial. O poder colonial não tinha braços suficientes para administrar e delegava aos chefes locais tarefas de governo ou simplesmente deixava que mandassem como bem entendessem.<sup>135</sup>

Em Ribeirão Preto, o movimento republicano estava em consonância com o que ocorria na política provincial e nacional. Em 16 de novembro de 1889, a Câmara aderiu oficialmente à causa republicana em uma sessão que se findou “ao som de vivas e da Marselhesa”.<sup>136</sup>

---

<sup>134</sup> Para mais informações sobre a participação popular no processo de Proclamação da República, consultar: CARVALHO. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*.

<sup>135</sup> CARVALHO. *Pontos e Bordados*, p. 101.

<sup>136</sup> CMRP. 8/9/1886 a 27/10/1996, p. 44.

Antes mesmo da proclamação da República, Ribeirão Preto contava com políticos que participavam das articulações políticas em nível nacional:

Entre os membros da política ribeirão-pretana haviam expoentes da nova grei republicana paulista. Na casa de Luís Pereira Barreto reuniram-se, entre outros, Bernardino de Campos, Adolfo Gordo, Vitorino Gonçalves Carmilo Cintra, João Batista de Melo e Oliveira, Manoel Lopes Oliveira, para preparar, pouco antes da proclamação da República, o governo provisório provincial, aludindo como indicativo o nome de Américo Brasiliense para líder transitório, devido a seu bom relacionamento com os vários grupos políticos (republicano, liberal e conservador), o que possibilitaria o apoio incontestes dos futuros adesistas.<sup>137</sup>

Imediatamente depois de decretada a República, a Comissão Permanente do PRP se reuniu para montar sua chapa às eleições para o Congresso, e Ribeirão Preto teria três candidatos a deputado federal: Luís Pereira Barreto, Martinico Prado e Rodolfo Miranda.

Apesar do ambiente favorável à República na região, e à crescente influência de Ribeirão Preto dentro do diretório do PRP do Estado de São Paulo, nem todos os políticos ribeirão-pretanos estavam de acordo com o novo regime.

Os Junqueira que detiveram o poder político na região até a proclamação da República perderam espaço dentro desse novo regime. Quinzinho, um monarquista declarado, foi um adesista contrariado, mas isso não diminuiu as perdas causadas pelos primeiros anos da República.<sup>138</sup>

Considerado grande chefe político do período referente à Primeira República, esse coronel urde habilmente uma intrincada teia política que liga os diretórios municipais, a Comissão Central do Partido Republicano Paulista e os postos oficiais de governo.

Autores como Carone afirmam que em estados como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, a organização dos coronéis através das alas de determinados partidos foi um fator que diminuiu os conflitos pessoais, as lutas passavam frequentemente do plano pessoal ao político e partidário.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> GODOY. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*, p. 142.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>139</sup> CARONE. *A República Velha*, p. 260.

Pang afirma que o controle dos coronéis nessa região era assegurado pela sua participação nos partidos dominantes, o autor se refere a esses coronéis como “coronel burocrata”:

A qualidade de político profissional, o coronel deste tipo girava em torno de uma região chave ou era líder de uma ala do PRP, PRM ou PRR. Sendo um burocrata do partido por excelência, esse coronel servia de cabo eleitoral, obtinha favores oficiais e era até funcionário público (...) era frequentemente parente de um chefe político.<sup>140</sup>

O principal momento em que o poder e a influência do coronel eram colocados à prova era quando se realizavam as eleições.

O coronel Quinzinho foi eleito vereador municipal em 1890, num período turbulento da legislação eleitoral brasileira, modificada em todas as suas instâncias pela proclamação da República. Ele acabou tendo seu mandato revogado em 1892, sob a acusação de fraude eleitoral. Depois, nunca mais disputou um cargo eletivo.<sup>141</sup>

A derrota pública, pouco conhecida de sua família, deixou-o envergonhado de maneira profunda, já que ele passou a recusar, até o fim dos seus dias, concorrer a qualquer cargo público que fosse. Seu poder seria exercido indiretamente, por intermédio de subordinados indicados e apoiados por ele.

Apesar disso, Quinzinho usou várias estratégias ao longo dos anos para garantir que seus candidatos fossem eleitos pelo povo. Nesse processo, sobram acusações de fraudes eleitorais, mas, em geral, a principal forma de garantir o resultado nas eleições era conseguir cadastrar o maior número de eleitores e ter certeza de que iriam votar no seu candidato.

A exigência de um coronel para que seus apaniguados votem em determinado candidato – imposição muitas vezes sem apelo – tem como contrapartida o dever moral que o coronel assume de auxiliar e defender quem lhe deu o voto. São estes os aspectos específicos do jogo eleitoral brasileiro, desde que a República os estendeu a todos os cidadãos alfabetizados: votar num candidato indicado por um coronel não é aceitar passivamente a vontade deste; é dar conscientemente um voto a um chefe poderoso, de quem já se obteve algo, ou se almeja obter algo. O voto é,

---

<sup>140</sup> PANG. *The Mandarins of Imperial Brazil*, p. 59.

<sup>141</sup> CIONE. *História de Ribeirão Preto*, p. 201.

pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso, o voto é um bem de troca; no segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma opinião.<sup>142</sup>

Encontramos diversos recibos assinados pelo coronel Junqueira, dentre eles, alguns chamam a atenção, como o datado de 10 de agosto de 1930. O recibo foi passado por Miguel Antônio Loureiro, proprietário da Pensão Barreto, localizada na rua José Bonifácio, nº 52, no centro da cidade de Ribeirão Preto, que alugava quartos e servia refeições. O documento tem anotado, no seu cabeçalho, “Eleitores de Guataparã”, e foi emitido pelo pagamento de oitenta contos de réis por vinte almoços e vinte cervejas.

---

<sup>142</sup> QUEIROZ. *Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*, p. 163.



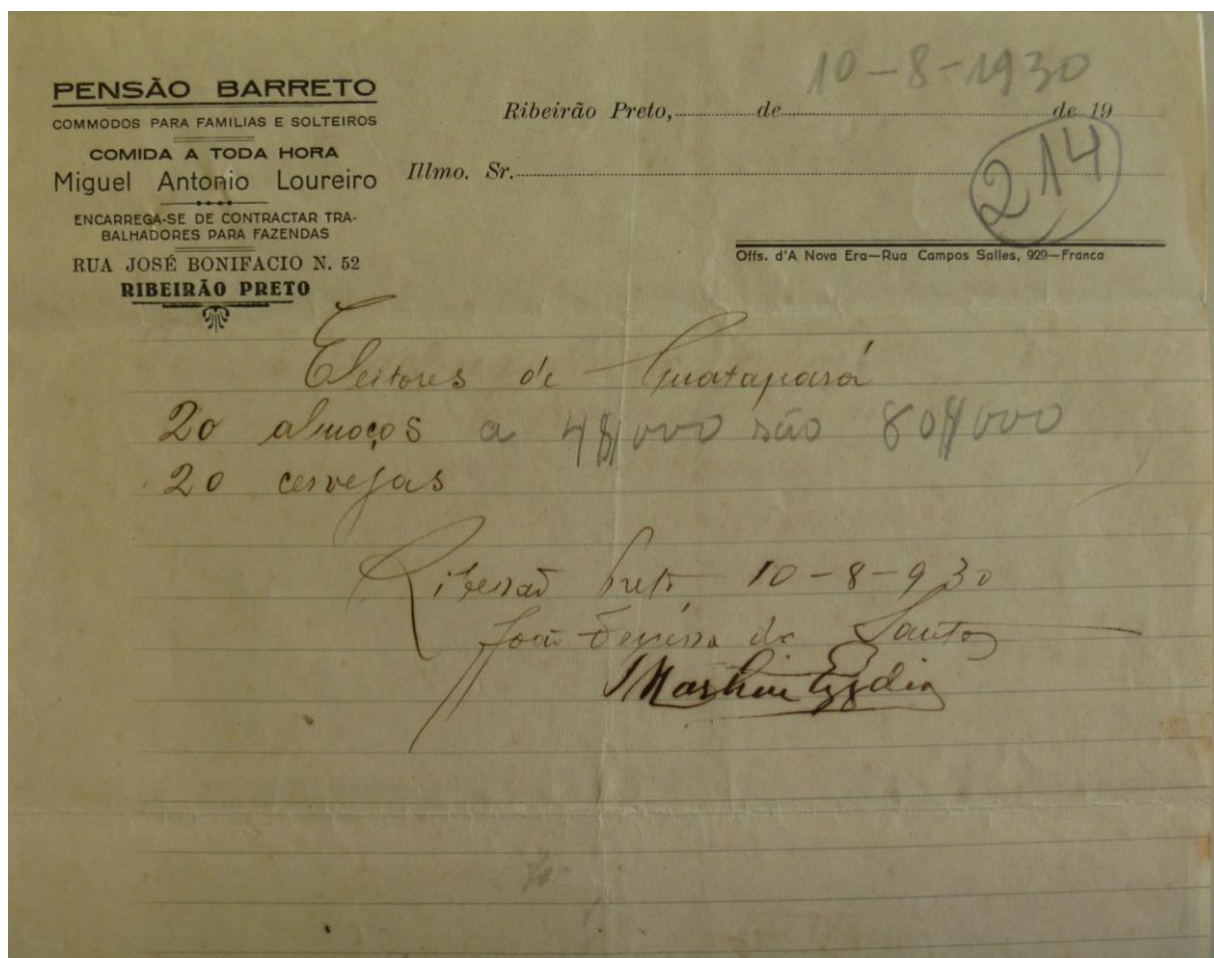


Figura 6 – Recibo de pagamento<sup>143</sup>

Por meio dos recibos e das notas de pagamento, vimos que essa era uma prática bastante comum, e que o coronel custeava o transporte, a alimentação e as acomodações dos eleitores para garantir que eles comparecessem à votação.

Leal atribuiu essa prática como parte da barganha entre o coronel e seus clientes, já que não havia disposição do eleitor em comparecer ao pleito se ele mesmo fosse responsável por custear o transporte e a alimentação: “São, pois, os fazendeiros e os chefes locais quem custeiam as despesas do alistamento e da eleição. Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício neste sentido”.<sup>144</sup>

O chefe político é o sustentáculo da estrutura de poder, baseada nas relações pessoais. Nele convergem todos os fios da trama política e é dele a palavra final para qualquer deliberação dentro de seus domínios.

<sup>143</sup> Acervo particular Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. *Locus* 214.

<sup>144</sup> LEAL. *Coronelismo, Enxada e Voto*, p. 56.

É o herdeiro histórico e moderno do antigo *patriarca* rural dos tempos coloniais, primorosamente retratados por Gilberto Freire, em *Casa-grande e Senzala*, e Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. Contudo, esses *chefes* do período republicano, entre eles Quinzinho, têm como característica marcante a heterogeneidade e o hibridismo, diferentemente de seus ascendentes, representados numa classe homogênea de proprietários rurais.

Dessa forma, as categorias clânico-parentais, tratadas em obras como a de Vianna, Leal e Queiroz<sup>145</sup>, não servem mais para uma elite política híbrida, composta por fazendeiros, comissários de café, novos ricos, imigrantes, arrivistas, militares e bacharéis.

Essa nova configuração da liderança política, em São Paulo, deveu-se ao novo contexto histórico republicano, no qual a modernização e a urbanização rompem, embora de forma incompleta, com as características socioeconômicas tradicionais, em que se assentava a propriedade rural escravista.

O novo regime político e o advento das cidades fazem a política extrapolar o âmbito local da propriedade rural, ou do “clã parental”<sup>146</sup>, organizando-se em uma base mais ampla, ou seja, no município, na região e no estado; surgindo, dessa maneira, os “clãs eleitorais”, encabeçados por Quinzinho e outros “chefes”.

Em Ribeirão Preto, vemos essa nova organização se apresentando nas eleições e nas disputas de poder local.

O maior exemplo dessa rivalidade entre forças tradicionais e as novas forças pode ser vista no caso do Cel. Quinzinho da Cunha, integrante da tradicional família Junqueira, que, durante anos, disputou com um imigrante alemão, o cel. Francisco Schmidt, o poder e o prestigioso epíteto de *chefe* nessa cidade.

Por ser uma pessoa fascinante, e um caso ímpar de um colono que consegue ascender à posição de coronel, sendo um dos grandes nomes da política de Ribeirão Preto, é válido gastar algumas linhas para conhecer melhor o coronel Schmidt.

Francisco Schmidt. Nasceu em Bremem, Alemanha, em 3/10/1850, filho de Jacob Schmidt e Gertrudes Rauskold Schmidt. Em 1858, a família Schmidt chegou ao Brasil, para trabalhar na Colônia São Lourenço, na Fazenda

---

<sup>145</sup> Para as obras relacionadas aos autores, vide bibliografia.

<sup>146</sup> VIANNA. *Instituições políticas brasileiras*, p.74

Felicíssima, de propriedade do Comendador Luiz Antônio de Souza Barros, em São Carlos do Pinhal (atual São Carlos). Foi nesta fazenda que Francisco Schmidt entrou em contato com a cultura do café.

Posteriormente, transferiu-se para a cidade de Belém do Descalvado (atual Descalvado, SP), onde trabalhou na fazenda de Rafael Tobias Aguiar. Em 1873, casou-se com Albertina Kolh com quem teve 8 filhos. No ano de 1878, adquiriu um armazém de secos e molhados e, neste período, começou a trabalhar como corretor de café para a firma Theodor Wille e Co. Em 1889, vendeu o seu estabelecimento em Descalvado e comprou sua primeira fazenda, denominada “Bela Paisagem”, no município de Santa Rita do Passa Quatro. Passou a investir na compra e venda de fazendas e conseguiu, com isso, aumentar o seu capital.

Em 1890, comprou em sociedade com o Coronel Arthur de Aguiar Diederichsen, a Fazenda Monte Alegre (atual Museu do Café), até então de propriedade de João Franco de Moraes Octávio. Arthur Diederichsen vendeu sua parte na fazenda, e Schmidt tornou-se o único proprietário. Com o financiamento da firma Theodor Wille e Co., comprou inúmeras fazendas nos municípios de Ribeirão Preto, Franca, Brodowski, Orlândia, Araraquara, Sertãozinho, Serrana, entre outros. Chegou a possuir 62 fazendas, onde existiram, aproximadamente, 16 milhões de pés de café.

Em 1913, era o maior produtor de café do Brasil e recebeu o título de “Rei do Café”. Além do café, implantou o primeiro engenho de açúcar da região, em Sertãozinho, em 1906 (Engenho Central, no atual município de Pontal), e dedicou-se também à pecuária e ao cultivo de algodão. Em 1901, foi nomeado, pelo então presidente da República, Campos Sales, coronel-comandante da 72ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional. Foi vereador em Ribeirão Preto por 6 legislaturas, sendo nomeado presidente da Câmara Municipal em 2 mandatos.

Em 1895, junto com o Coronel Virgílio da Fonseca Nogueira, Doutor Luiz Pereira Barreto, Augusto Ribeiro de Loiola, Flávio de Mendonça Uchoa, e outros, idealizaram a construção do Teatro Carlos Gomes, inaugurado em 1897. Com a morte de sua esposa, em 1917, organizou com seus filhos, a Cia. Agrícola Francisco Schmidt, mudando-se, logo depois, para São Paulo, SP, onde faleceu no dia 18/5/1924.<sup>147</sup>

A figura do coronel Francisco Schmidt – homem de grande poder e prestígio, mas com uma origem humilde de colono imigrante, visto como “um homem ativo, trabalhador e de inteligência incomum, ainda que se soubesse que era incapaz de

---

<sup>147</sup> SILVA; et al. *Filhos do Café*, p. 43.

assinar o próprio nome”<sup>148</sup> – falava com um forte sotaque germânico e demonstrava que, em Ribeirão Preto, apesar da força da tradição, a modernidade iria ganhando espaço. As categorias clânico-parentais, tratadas em obras como de Vianna, Leal e Queiroz, não são mais únicas e uma nova elite política híbrida, composta por fazendeiros, comissários de café, novos ricos, imigrantes, arrivistas, militares e bacharéis, iria disputar um lugar na política; e os poderes tradicionais teriam de batalhar constantemente para manter seu espaço.

Ao contrário do alemão Schmidt, Quinzinho era visto como um aristocrata. Fazia parte do poder que se enraizara na terra desde muito tempo; sua família enriqueceu com a terra e ainda mais com a cultura do café, já que foram os primeiros a iniciar suas plantações na região.

A força da tradição e a riqueza seriam aliadas importantes para sua ascensão ao poder. Segundo Thomas Walker:

A riqueza lhes deu oportunidade para adquirirem cultura, no sofisticado sentido europeia. Apesar de poucos membros da família terem tido uma educação formal, praticamente todos foram educados na infância por alguns dos melhores tutores particulares que o dinheiro podia comprar. Eles haviam viajado pela Europa e adquirido gostos apurados e maneiras sofisticadas. No rústico e pouco explorado ambiente da antiga Ribeirão Preto, tal cultura e sofisticação naturalmente proporcionaram aos Junqueira grande prestígio e respeitabilidade. Quinzinho, a quintessência da cultura Junqueira, era, portanto, um líder político tanto na família quanto no Município.<sup>149</sup>

O coronel Junqueira era diferente de outros, não do ponto de vista econômico, pois até pessoas mais ricas o obedeciam, mas pelo fato de Quinzinho tinha privilégios que seus pares não tinham. Sérgio Buarque de Holanda constatou isso quando afirmou que, em nossa cultura, “toda a hierarquia funda-se necessariamente em privilégios”.<sup>150</sup>

Dentre esses privilégios, destaca-se seu poder de intervenção na esfera pública. Ancorados oficialmente no Partido Republicano Paulista, coronel Quinzinho

---

<sup>148</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 62.

<sup>149</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>150</sup> HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 35.

e outros *chefes* dominavam a máquina pública e os postos oficiais do governo paulista por uma vasta rede de relações pessoais.

Em âmbito local, o poder de Quinzinho era inquestionável. Dirigente do 10º Distrito, que congregava as cidades da região de Ribeirão Preto, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira deliberava sobre todas as decisões importantes e “todo o aparato do partido e praticamente todos os funcionários públicos contentavam-se em obedecer às decisões do chefe”.<sup>151</sup>

Funcionários públicos, chefes de polícia, juízes, deputados, “todos deviam sua posição ao chefe político, era este último e não aqueles, que, em última instância, comandava a política pública”.<sup>152</sup>

Percebemos, então, outra característica advinda desse personalismo que impregna historicamente nossa cultura política: a esfera privada assumindo as funções da esfera pública e vice-versa. Políticos e partidos, assim, nunca representaram, nem representam, interesses coletivos, sejam eles de classe. Seus objetivos políticos nunca transcendem os interesses particulares de seus próprios membros. Percebemos, assim, uma personalidade individualista dos *chefes* em um sistema político excludente. A individualização, característica da sociedade moderna, parece desintegra a cidadania.

Porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo mais do discurso público.<sup>153</sup>

No Partido Republicano Paulista, os “chefes políticos”, entre eles, coronel Quinzinho, disputavam e controlavam diretamente ou indiretamente o Diretório Central do partido. Dessa forma, “os coronéis formavam parte indispensável da máquina do PRP. [...] A ligação entre os coronéis e a burocracia do partido era garantida por um chefe perrepista regional, um ‘super-coronel’, que fazia parte da comissão executiva ou era nela representado”.<sup>154</sup>

---

<sup>151</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 60.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>153</sup> BAUMAN. *Modernidade líquida*.

<sup>154</sup> LOVE. *A locomotiva*, p. 179.

Mesmo assim, nos primeiros anos da República, o grupo dos Junqueira não estaria, pela primeira vez em muitos anos, de posse da presidência da Câmara e da Intendência de Ribeirão Preto.

Após as eleições para a Câmara Municipal, em 1891, Schmidt e seu sócio, Arthur Aguiar Diederichsen, substituíram o grupo de Quinzinho. Ao que parece, Arthur, que foi eleito intendente (o que equivale a prefeito nesse período; os poderes legislativo e executivo já eram ocupados por pessoas diferentes) para o período que terminava em 1896, parece ter sido o chefe político do partido, já que, em 1895, ele encabeçou uma lista do diretório local do Partido Republicano Paulista. De qualquer forma, ele logo seria substituído pelo seu amigo e sócio Francisco Schmidt.<sup>155</sup>

Nas eleições seguintes, o coronel Junqueira organizou uma campanha contra os “estrangeiros” e a favor do retorno, ao poder local, de representantes das famílias tradicionais. Apesar de gastar grandes somas de dinheiro próprio na campanha, Quinzinho não conseguiu vencer a situação, referenciada no grupo Schmidt, e acabou se isolando em sua fazenda.

Schmidt manteve íntimas ligações com o *staff* político do PRP. Recebeu, em 1902, de Campos Sales, a patente de coronel comandante da 72ª brigada de infantaria da Guarda Nacional. O título significava, a exemplo do período imperial, um instrumento de *status*. Por ser imigrante, de origem simples, a patente honorífica se fazia como forma de homologar seu lugar entre os membros da elite e nivelar sua posição aos bens nascidos.<sup>156</sup>

O grupo de Schmidt, na direção política municipal, manteve um relacionamento bastante próximo com as lideranças estaduais e nacionais do PRP, apoiando Prudente de Moraes e Campos Sales.

A amizade pessoal entre Schmidt e Campos Sales favoreceu uma franca adesão dos políticos de Ribeirão Preto à sua candidatura ao governo federal. O grupo chefiado por ele manteve a hegemonia local por mais alguns anos.<sup>157</sup>

Apesar de o grupo de Schmidt ocupar os cargos políticos municipais durante toda a década de 1890, Quinzinho não diminuiu sua influência nos altos escalões republicanos, continuando a manter intrincadas relações de amizade, compadrio e lealdade política com os principais líderes republicanos.

---

<sup>155</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>156</sup> AMORIM. *Os Desbravadores*, p. 30.

<sup>157</sup> GODOY. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*, p. 145.

Rio, 14 de outubro de 1897.

Caro Amigo. Sr. Joaquim Junqueira.

Como a esta hora já deve saber, a Convenção de nosso partido apresenta Candidatos à Presidência e Vice presidência da República, nossos ilustres amigos Lauro Sodré e Fernando Lobo, para a eleição de 1º de março próximo. Venho, pois, tendo a maior conta do seu prestígio, não só em Ribeirão Preto, como na zona ainda nessa zona do 7º distrito, invocar todo seu esforço no sentido de serem nossos candidatos cobertos com a maior votação que lhes puderem dar. Peço-lhe licença para lembrar que no balanço geral do 7º Distrito, previmos que nós temos a maioria, e que esta pode e deve ser ainda aumentada, que os chefes do Distrito, como o amigo e outros influentes, entrarem na luta com entusiasmo. Chamo sua atenção para a sede do Distrito que é Ribeirão Preto, aonde deve o amigo redobrar de esforços a fim de conquistarmos efetivamente o primeiro lugar. Em suma, tal é a confiança que em si deposito, que tranquilamente de aguardo o desfecho da Campanha Eleitoral. Felizmente estamos, na maioria dos Estados, com a vitória assegurada. O incidente com o Rio Grande do Sul desapareceu, ali vamos ter pelo menos 6 mil votos contra 5 mil votos no máximo. Quanto a retirada do Pinheiro, nenhum abalo produzira, pois acabo de entender-me com ele, e não será um adversário = Minas, a candidatura Fernando Lobo nos colocou bem, e na Bahia, depois da tomada de Canudos, podem contar com votação igual aos dos adversários. Peço de ler o telegrama que a República publica hoje do Paes de Carvalho. Governador do Pará, passado a Lauro Sodré: isto quer dizer que ele ali terá a quase unanimidade da votação. Desculpe a extensão desta, mande sempre suas ordens a quem é amigo com muita estima e afeto.

Seu amigo e correligionário.

Francisco Glycério.<sup>158</sup>

Depois das defecções de algumas alas de dentro do PRP, em 1891 e 1895, ocorreu a constituição do Partido Republicano de oposição.

A eclosão da revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, em oposição declarada ao presidente da República Prudente de Moraes, fez Glicério, líder do Partido Republicano Federal, fiel aos militares, romper com o governo.

Por isso, Glicério, isolado do grupo principal do PRP, lançou candidaturas próprias, as que citam na carta a Quinzinho, corporificando o grupo do Partido

---

<sup>158</sup> AHESP – Fundo Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, caixa 84.

Republicano de Oposição, cujas intenções são frustradas pelo então candidato opositor Campos Sales, que venceu a eleição com larga margem de vantagem.

Esse jogo de alianças demonstra que Quinzinho era aliado preferencial de Glicério, e Schmidt apoiava Campos Sales de maneira incondicional. Desse modo, vemos que as lideranças de Ribeirão Preto estavam em sintonia com o que ocorria na política estadual e nacional e, em sua maneira, interagiam, interferindo e sofrendo interferência dela.

Em fevereiro de 1901, aconteceu uma eleição especial para preencher uma vaga na Câmara municipal. A eleição foi muito movimentada e ocorreram diversas acusações de fraude.<sup>159</sup>

Em dezembro do mesmo ano, houve uma eleição regular para a Câmara, agora o grupo do Coronel Schmidt iria enfrentar uma nova investida do grupo dos Junqueira. Em 1900, ocorreu a fundação do Clube da Agricultura e do Comércio em Ribeirão Preto, clube formado por fazendeiros e comerciantes prósperos da cidade que não estavam contentes com a visão progressista dos alemães Arthur Aguiar Diederichsen e Francisco Schmidt.

Esses fazendeiros usaram sua influência e apresentaram uma lista de candidatos da oposição para as eleições municipais.

Já havia uma lista oficial do Partido, criada pela ala da situação, mas o coronel Francisco resolveu recusá-la, motivado pelas acusações de fraudes que recaíam sobre a última eleição, descuido que permitiu a vitória de seus opositores.

Naquele momento, o Clube da Agricultura e do Comércio estava no controle da cidade, precisando constituir oficialmente uma diretoria para o PRP para, assim, governar de fato a nova situação. Em princípio, houve muita divergência sobre quem poderia ser apontado como novo chefe do Diretório, mas se percebeu que era necessário alguém que estivesse no mesmo nível de poder do chefe anterior para que fosse mantida a influência da cidade.

Como resultado, o convite foi feito ao coronel Quinzinho Junqueira, que, apesar de não fazer parte do clube, tendo sido originalmente rechaçado por suas tendências monarquistas, foi convidado a assumir o papel de chefe do Diretório do PRP de Ribeirão Preto. Mesmo com receio de suas experiências políticas anteriores,

---

<sup>159</sup> WALKER. Dos Coronéis à Metrópole, p. 42.



Quinzinho soube perceber que essa era uma grande oportunidade de assumir seu lugar dentro da política da cidade.

Em 24 de fevereiro de 1902, Quinzinho assumiu o papel de chefe e logo depois que dissolveu o Clube da Agricultura e Comércio sua posição foi consolidada e ficou inabalável até 1909.<sup>160</sup>

Consta a apuração das eleições municipais realizadas em 16 de dezembro de 1901, pelas quais se verificou a vitória do partido chefiado pelo Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que, desde então, até sua morte em 1932, foi o grande chefe do Partido Republicano Paulista em Ribeirão Preto. Foram reconhecidos vereadores: Jefferson Barreto, 738 votos; médico Dr. Manuel Aureliano de Gusmão, 737 votos; Dr. Floriano Leite Ribeiro, 736 votos; Cel. Manuel Maximiniano Junqueira, 735 votos; Cel. Eliseu de Campos Pinto, 733 votos; Maj. Joaquim Vieira de Souza, 731 votos; médico Dr. Gabriel Honório Barros, 298 votos; Dr. Augusto Ribeiro de Loiola, 237 votos; suplentes; Candido Mendes Botelho, 235 votos. Dr. Breno dos Santos, 218 votos; Felício de Assiz Moraes, 215 votos, Emilio Moreno de Alagão, 30 votos; cel. Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira, 24 votos. Dr. Ponciano Cabral 24 votos, Joaquim Carlos de Azevedo, 23 votos; Francisco Carvalho de Miranda, 20 votos; Dr. Eduardo Leite Ribeiro, Dr. Fábio de Sá Barreto, Francisco de Moraes e Mario de Castro Pinto, 15 votos cada um, Antônio Caetano Alvares, Mário de Meireles França, Benedito Ortiz de C. Amazonas, Antônio Bento F. Lopes, 8 votos cada um; Francisco Diederchsen, 6 votos; Inocêncio Celso de Abreu, 5 votos, Te. Cel. Fernando Ferreira Leite, 4 votos; Dr. João Alves Meira Junior, 3 votos; Dr. João Caetano Alves 2 votos; Cel. Francisco Schmidt, Fábio Uchôa, médico Dr. J. Zacarias de Souza e João Machado Cavalcante, 1 voto cada um.<sup>161</sup>

Observando os resultados dessa eleição, notamos uma fraude ou uma abstenção do grupo da situação, pois seus líderes obtiveram poucos votos: Francisco Diederichsen obteve apenas seis votos; Francisco Schmidt, apenas um único voto. Por isso, houve uma intervenção da Comissão Diretora do partido. No entanto, não ficou explícita a manobra que colocou Quinzinho na direção política local.

---

<sup>160</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 43.

<sup>161</sup> CIONE. *História de Ribeirão Preto*, p. 244/245.

A mudança de grupo político na direção municipal esteve de acordo com as dissidências que vinham ocorrendo dentro do PRP no Estado, criando dois grupos distintos, liderados por Campos Sales (grupo oligarquista) e Prudente de Moraes (grupo dos dissidentes).

Não houve grandes acontecimentos políticos na cidade durante certo tempo e a posição de Quinzinho permaneceu sem abalos. Em 1907, durante a visita do presidente do estado Jorge Tibiriçá, os dois coronéis rivais aparecem trabalhando juntos para providenciar entretenimento e hospitalidade ao oficial.

Em 1908, um dos vereadores de seu grupo, Renato Jardim, renunciou ao cargo e passou para a oposição, seguido, em 1909, por João Pedro da Veiga Miranda, que havia sido prefeito nos anos de 1908 e 1909.

#### **2.4. CAMPANHA CIVILISTA DE 1910**

Em sua trajetória política, o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira encorpou vários elementos considerados como aspectos clássicos do coronelismo na historiografia, desde as raízes tradicionais de sua família, passando por sua ligação com a posse de terras até sua relação com os subordinados.

No entanto, notamos que essa trajetória também foi capaz de demonstrar elementos únicos ou pouco vistos no relacionamento de um coronel com o restante da estrutura de poder da Primeira República. Alguns eventos nos aproximam da descoberta do pequeno X ao qual a historiadora Loriga se refere.<sup>162</sup>

A campanha civilista foi o estopim para reacender as discordâncias dentro da política de Ribeirão. O cel. Quinzinho, amigo pessoal de Francisco Glicério e de Herculano de Freitas, apoiou o marechal Hermes da Fonseca, o diretório estadual do PRP havia decidido que todos os distritos eleitorais municipais deveriam fazer campanha para a eleição de Rui Barbosa.

Rui Barbosa era muito popular no município de Ribeirão Preto, o que levou alguns políticos a se colocarem a favor do diretório estadual e contrários às decisões do coronel Junqueira.

Em 1909, o prefeito João Pedro da Veiga Miranda renunciou a seu cargo como forma de protesto em relação às escolhas de Quinzinho e em solidariedade ao diretório estadual do PRP. No ano seguinte, se tornou editor do jornal O Diário da

---

<sup>162</sup> LORIGA. *O pequeno X*.

Manhã, controlado pelo grupo do coronel Francisco Schmidt, usando-o para atacar a ala Junqueirista da política e convocar uma reforma.<sup>163</sup>

A comissão Diretiva do PRP estadual, descontente com a posição independente de Quinzinho, ameaçou-o, mas ele não cedeu. O diretório municipal estava rachado, a liderança do PRP foi assumida por Veiga Miranda, Francisco Schmidt e Renato Jardim, que apoiaram a posição civilista de acordo com a vontade do partido, fazendo campanha para Rui Barbosa, enquanto Quinzinho colocou toda máquina junqueirista ao lado de Hermes.<sup>164</sup>

Nessas eleições, a disputa no 10º distrito era do Diretório Estadual do PRP contra as forças do coronel Joaquim da Cunha Junqueira. Thomas Walker revela os resultados dessa disputa:

Entretanto, a diretoria logo percebeu que não era fácil despojar um chefe político como Quinzinho. Apesar das forças civilistas locais serem hábeis em atrair vários talentosos e importantes adeptos – como Renato Jardim e Eduardo Leite Ribeiro – o antigo chefe aparentemente reteve considerável controle sobre os aparatos burocrático e eleitoral. “Quinzinho da Cunha era o chefe tradicional, um homem digno e direito que sempre ganhou as eleições municipais, possuidor de muitos amigos e cabos eleitorais que tinham habilidade para liberar o eleitorado e vencer as eleições”.<sup>165</sup>

A teia de poder do coronel Junqueira parece ter sido muito bem tramada, garantindo que, mesmo sem o apoio do Diretório Estadual DO PRP, e lutando contra a divisão de suas próprias forças, o marechal Hermes da Fonseca fosse vitorioso em Ribeirão Preto, constituindo o único distrito do Estado de São Paulo em que Hermes obteve vitória, o que comprova a força personalista e tradicional que o coronel Junqueira possuía.

Um episódio que mostra o personalismo nas decisões políticas de Quinzinho foi o apoio dado à candidatura de Rodrigues Alves ao governo do Estado, em 1911. Apoiar Rodrigues Alves aparentemente estava em desacordo com o apoio a Hermes da Fonseca no governo federal alguns anos antes; no entanto, apesar das críticas

---

<sup>163</sup> WALKER. Dos coronéis à metrópole, p. 66.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 64

<sup>165</sup> Ibidem, p. 66.

que recebeu, Quinzinho alega que não há incompatibilidade alguma, já que ambos são seus amigos.<sup>166</sup>

Em setembro, a candidatura de Rodrigues Alves faz com que Pinheiro Machado procure um acordo entre Campos Sales e Rodolfo Miranda, com o propósito de inviabilizar o político de Guaratinguetá. Não era estranha a sagacidade do gaúcho o peso do nome de Rodrigues Alves. Não andava em equivoco, já que a candidatura perrepista atinge com vigor o PRC, como demonstra o ocorrido no “maior centro hermista do interior”: o coronel Diniz Junqueira, da região de Ribeirão Preto, chefe incontestado do 10º distrito, vincula-se a Rodrigues Alves. “O apoio que eu e eles (seus correligionários) prestamos ao governo ao governo do Marechal Hermes, ponderava o Coronel Diniz, não nos impede de aceitar em nosso Estado as candidaturas dos senhores Rodrigues Alves e Carlos Guimaraes” [...] A verdade é que as facções que, em São Paulo, haviam apoiado o hermismo não transferiram a sua luta no Estado para o plano federal. “Não lhe eram estranhas às ameaças intervencionistas, que contavam com maciço repúdio dos civilistas e do PRP que, desde o conagraçamento, estava fortalecido pela ausência de disputas internas.” [...] O PRP ataca, com violência o coronel Diniz, o homem de duas caras, o que não impediu que outros municípios caminhassem na senda do político de Ribeirão Preto.<sup>167</sup>

Acima, Casalecchi cita trechos do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 11 de outubro de 1911, onde o coronel Quinzinho se explica em nota sobre seu comportamento nas eleições e tenta esclarecer que os ataques que vinha recebendo de outros políticos do PRP, como quando foi chamado de “o homem de duas caras”, em nada refletiam a verdade sobre seu caráter.

A Comissão Diretora do PRP estava em desacordo com a postura de Quinzinho e ele renunciou do comando do partido em Ribeirão Preto por volta de 1916, quando o governo de Hermes chegou a um fim melancólico, principalmente no Estado de São Paulo.

Essa postura era uma forma de Quinzinho pressionar as lideranças do PRP, já que vinha recebendo críticas e notando movimentações contrárias ao seu poder desde as eleições de 1910. Ele parece ter escolhido essa retirada da posição de chefe, mas sem temer que seu poder fosse diminuído por essa decisão:

---

<sup>166</sup> GODOY. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*, p. 156.

<sup>167</sup> CASALECCHI. *O Partido Republicano Paulista (1889-1920)*.

Outra ferramenta que Quinzinho utilizou diversas vezes- era a renúncia ou a ameaça de renúncia da liderança do partido. A situação estadual certamente sempre poderia revidar, punindo ou ameaçando punir Quinzinho por meio da indicação de um chefe político rival, mas uma vez sendo aquele o coronel mais influente do Município, sua renúncia ou substituição não era, definitivamente uma alternativa muito atraente. Na maioria das vezes, a situação estadual considerou mais prudente estar em suas boas graças.<sup>168</sup>

A situação política de Ribeirão, logo depois da renúncia de Quinzinho da posição de chefe do PRP no distrito, torna-se mais clara por meio das anotações do diário de Altino Arantes, que, em 1916, era presidente do Estado de São Paulo:

Despachando com o Eloy, recomendo-lhe a nomeação do Chico Herculano de Freitas para subprocurador interino do Estado durante a licença do Dr. Alcides Guimarães. Durante o dia, recebo a visita do Coronel Francisco Schmidt acompanhado do Coronel A. Diederichsen. Palestramos detidamente sobre a política de Ribeirão Preto e a renúncia do Quinzinho da Cunha: o Coronel Schmidt, inteirado dos sucessos, declarou-me espontaneamente, que não tinha os mesmos motivos, alegados pelo Quinzinho, para deixar o Diretório de Ribeirão Preto e que – por isso – continuava, naquele Município, às ordens do partido e do governo. A convite do Eloy, e juntamente com o Oscar, visito as obras ultimamente realizadas na Polícia Central, para dar entrada aos carros de presos e da Assistência, e tem assim o novo gabinete do Secretário, nos fundos do prédio, com soberba vista para a várzea e para o Brás. Pelo noturno de [?] parte para o Rio o Senador Lacerda Franco, de quem vou despedir-me pessoalmente na Luz.<sup>169</sup>

Altino Arantes nutria uma grande preocupação com a política do seu distrito natal, já que sua carreira política sempre foi apoiada por Quinzinho, motivo pelo qual ele poderia contar com os votos massivos do distrito eleitoral da região de Ribeirão Preto. O coronel Schmidt, apesar de ter assumido a posição de chefe político no lugar do coronel Junqueira, não tinha o mesmo tipo de apoio que seu antecessor:

---

<sup>168</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 58.

<sup>169</sup> Diário de Altino Arantes 12 de Junho [1916]. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Privado de Altino Arantes (APAA) – Locus: AP91.01.001. Vol.4.

Não sai de casa. Passei o dia todo nos Campos Elíseos, ocupado com a arrumação de móveis, roupas e livros. Às cinco horas – depois de ter despachado ao meio dia com o Cardoso – estive com o João Faria e com o Rodolfo Miranda curiosos ambos por saber a situação política de Ribeirão Preto. Expliquei-lhes que, com a renúncia do Quinzinho, ficou sozinho o Schmidt, o qual, ainda em carta recente, me afirmou que, embora não tivesse conseguido reorganizar o Diretório, continuaria a dirigir, sob sua responsabilidade, a política local; para o que solicitava a nomeação do Macedo Genro para tabelião, e nisso foi prontamente atendido... O Faria pensa que o Coronel Schmidt por si só não pode e nem deve exercer a chefia política de Ribeirão Preto, parecendo-lhe viável uma nova organização com elementos do Quinzinho, do Floriano Leite e do próprio Schmidt, não entrando, porém, nenhum desses três chefes.<sup>170</sup>

Falou-se também sobre Cravinhos, reiterando eu o meu modo de pensar, já manifestado: si se fizer necessário uma reorganização, deverá ser ela confiada ao Faria, pelas suas grandes ligações ali.<sup>171</sup>

Entretanto, a direção do partido logo percebeu que sua decisão não afetou o poder que Quinzinho possuía, além de ser a única cidade do estado onde Hermes foi vitorioso, o grupo dos Junqueira elegeu sete dos dez vereadores.

Nesse mesmo ano, Joaquim Macedo Bittencourt, que foi eleito vereador em 1908, ocupou o cargo de prefeito e, assim, manteve-se pelos nove anos seguintes, submetendo o executivo municipal ao comando do grupo Junqueirista, juntamente com Manuel Maximiniano Junqueira, sobrinho de Quinzinho, que foi presidente da câmara até 1917.

Pelas anotações do diário íntimo de Altino Arantes, notamos que, mesmo fora do cargo de chefe político do PRP, Quinzinho ainda era consultado sobre as decisões de maior relevância, definindo estratégias políticas e sendo um conselheiro político:

24 de janeiro [1918] – Incumbi ao Senador Aureliano Gusmão de indagar, confidencialmente, do Quinzinho Junqueira como receberia ele a candidatura do Veiga Miranda, para deputado federal pelo 3º distrito. O Gusmão prevê que a resposta seja favorável, uma vez que a vaga consequente, no Congresso do Estado, seja preenchida pelo Chico

---

<sup>171</sup> Diário de Altino Arantes 20 de Julho [1916]. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Privado de Altino Arantes (APAA) – Locus: AP91.01.001. Vol.4.

Junqueira, – ao que nada opus... Visitou-me o novo e estimado Bispo de Espirito Santo, Mons<sup>or</sup>. Benedito de Souza.<sup>172</sup>

Nessa anotação do diário de Altino, percebemos que o coronel Junqueira foi consultado sobre a indicação de Veiga Miranda para o cargo de deputado federal e, em troca do apoio a essa indicação, Altino Arantes indicaria Chico Junqueira, sobrinho do coronel, para uma vaga no Congresso do Estado.

27 de janeiro [1918]

O Aureliano Gusmão entregou-me uma carta do Quinzinho Junqueira, declarando que “embora afastado da política” vê com simpatia a candidatura do Veiga Miranda a Câmara Federal, comprometendo-se a apoiá-la nas urnas, uma vez que a vaga dele seja preenchida, conforme previa o Gusmão, pelo Chico Junqueira.<sup>173</sup>

A resposta de Quinzinho era favorável desde que, como previa Altino, a vaga de Veiga fosse preenchida pelo sobrinho Chico Junqueira. Curiosamente, Altino Arantes emprega a expressão “embora afastado da política”, usada por Quinzinho entre aspas, o que mostra que nem mesmo ele levava a sério esse afastamento. O fato é que, com o apoio do Junqueira, Veiga Miranda conseguiu sua vaga na Câmara Federal; e Chico Junqueira também foi eleito para o Congresso Estadual.

Altino Arantes e Washington Luís são alguns exemplos da influência de Quinzinho no Diretório Central do PRP, ambos eram “gentes” do coronel ribeirão-pretano. O primeiro era seu genro, sendo deputado federal, membro da Comissão Executiva do PRP e Presidente do Estado de São Paulo de 1916 a 1920. O segundo, Washington Luís, era um dos principais políticos do período, membro da Comissão Executiva do PRP, Presidente do Estado de São Paulo de 1920 a 1924 e Presidente da República de 1926 a 1930.

A relação de trocas de influências e favorecimento, conseguida mediante laços pessoais com o “chefe”, é evidente nas correspondências enviadas, por esses e outros políticos, ao coronel Junqueira. Missivas como as de Altino Arantes – até

---

<sup>172</sup> Diário de Altino Arantes 20 de Julho [1916]. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Privado de Altino Arantes (APAA) – Locus: AP91.01.001. Vol.4.

<sup>173</sup> Diário de Altino Arantes 27 de Janeiro [1918]. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Privado de Altino Arantes (APAA) – Locus: AP91.01.001. Vol.6.

então advogado na pequena cidade de Batatais, no ano de 1906, em que agradece o “chefe” pela “valiosíssima intervenção com que amparou e fez vingar a minha candidatura à deputação federal”<sup>174</sup> – corrobora o poder de articulação política do coronel Junqueira.

Na mesma carta, ficam explícitas as relações de dependência e as obrigações pessoais para com o “chefe”. Altino Arantes, depois de agradecer Quinzinho por ter feito “vingar sua candidatura”, declara ser “sempre um dedicado amigo, sempre pronto a cumprir suas ordens”.<sup>175</sup>

Essa rede de compromissos que se estabeleceu entre o “chefe” e seus dependentes foi a base da cultura política desenvolvida por esse grupo. Coronel Quinzinho distribuía cargos públicos e postos políticos em troca da fidelidade canina de seus agraciados. As reflexões de Sennet, embora em outro contexto, são pertinentes a essas questões que analisamos. A autoridade de Quinzinho é, desse modo, uma “autoridade do amor falso [...]”. Ela opera como uma exibição de benevolência que só existe na medida em que convém aos interesses daquele que manda, e que exige a aquiescência passiva como o preço para que o sujeito seja cuidado”.<sup>176</sup>

Em 1911, o grupo dos Junqueira fez uma importante aquisição à máquina política do PRP da região de Ribeirão Preto, efetuando a compra do jornal *A Cidade*, o periódico, que já era favorável ao grupo e que se encontrava em dificuldades financeiras, foi formalmente comprado em 20 de outubro de 1911.

Após uma assembleia realizada em sua sede, foi constituída a sociedade anônima “A Cidade de Ribeirão Preto” e o coronel Quinzinho tornou-se seu maior acionista individual, tendo desembolsado oito contos de réis para adquirir ações.

Outros membros da família Junqueira participaram da sociedade, como sua cunhada Iria Alves Junqueira, conhecida como a “rainha do café”; o coronel Maximiano Junqueira e Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira, que assumiu a presidência da sociedade anônima.

A participação de outros integrantes da família na compra do periódico indica que Quinzinho exercia uma liderança e algum tipo de controle sobre o restante da

---

<sup>174</sup> ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo: Acervo particular *Joaquim da Cunha Diniz Junqueira*; Grupo; Correspondências; Subgrupo: carta 17 (08/01/1906).

<sup>175</sup> Ibidem, carta 17 (08/01/1906).

<sup>176</sup> SENNETT. *O declínio do homem público*, p.176.



família, já que esses não deixavam de contribuir com seus recursos para a realização de suas vontades.

É o caso de Iria Alves, que entrou na sociedade com um alto montante de dinheiro, sete contos de réis, e seu sobrinho Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira, que deixou de trabalhar em outra companhia da família para passar a presidir a sociedade recém-criada.<sup>177</sup>

Com a compra, que permitiu não só saldar a dívida do periódico, mas ganhar um patrocinador muito forte, o jornal cresceu e foi, por muitos anos, o veículo de informação oficial da ala junqueirista do PRP de Ribeirão. Tornou-se muito presente nas campanhas anti-intervencionismo do governo Hermes, assim como noticiava todas as disputas políticas e acontecimentos dentro da cidade de Ribeirão.

Além das colunas que tratavam de política, o jornal passou por outras reformulações logo após a compra. O principal destaque do jornal, em 1912, foi a ampliação do serviço telegráfico voltado aos produtores de café. A seção ocupava quase um quarto da primeira página, com as cotações do café nos mercados nacionais e estrangeiros, com os números da Companhia Registradora de Santos, relativos ao movimento de embarque de café, com as cotações do câmbio e com destacados anúncios do serviço de corretagem de café da casa de comércio Junqueira em Santos.<sup>178</sup>

Em pouco tempo, sob o controle do coronel Junqueira, o jornal *A Cidade* conseguiu vencer suas dificuldades financeiras e expandir o número de vendas de seus exemplares. O próprio jornal noticia seu sucesso em 1º de Janeiro de 1913:

A Cidade inicia hoje o seu nono ano de existência. Estão pois vencidos oito anos de lutas, tantas vezes agitadas e oportunas, que só tem redundado em benefícios desta terra e desta zona. (...) Cremos, entretanto que estão vencidas as maiores dificuldades. A crescente procura que vem tendo nos últimos tempos esta folha a sua parte editorial, o que está dependendo apenas da chegada do material tipográfico que encomendamos e que já se acha em viagem. (...).<sup>179</sup>

---

<sup>177</sup> A Cidade. 100 anos contado a história, p. 14.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>179</sup> A Cidade. 100 anos contado a história, p. 15.

O jornal inovou ao imprimir sua tiragem em papel cor de rosa e ao trazer a publicação de diversos folhetins de sucesso, como por exemplo, “*As pupilas do Sr. Reitor*”, de Júlio Diniz.<sup>180</sup>

Em uma publicação que comemora o centenário do jornal *A Cidade*, notamos que a influência do coronel era o motivo da recuperação financeira da publicação: “O mítico coronel Joaquim da Cunha, que fez fortuna com o café, parece ter ganho dinheiro também como dono de jornal”.<sup>181</sup>

A maioria das notícias favoráveis ao grupo de Quinzinho continha, muitas vezes, ataques aos rivais políticos e elogios ao chefe:

Nas páginas do jornal *A Cidade*, porém a influência do coronel Joaquim da Cunha ofusca qualquer outra – afinal além de chefe político, ele era o único dono ou, na pior das hipóteses, o maior acionista individual do jornal. Em 16 de maio de 1916 o jornal publica na primeira página um texto em homenagem ao coronel Joaquim da Cunha, que fazia anos. Ele é chamado de “chefe de Ribeirão Preto”;

“Passa hoje o aniversário natalício do Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (...). Pouco expansivo, avesso completamente a exibições, que em regra tanto concorrem para a popularidade e o prestígio do homem público, mas guiado por um elevado critério, e agindo sob uma vontade inquebrantável, sabe como ninguém arregimentar forças eleitorais e mantê-las em perfeita coesão(...) Tão grande como é seu prestígio político, podendo por ele elevar-se as mais altas posições, renunciou sempre a todas as vantagens que daí lhe pudessem advir, para se manter simplesmente no seu lugar de chefe de Ribeirão Preto, com real influência em muitos outros municípios do 10º distrito, e assim trabalhar com mais dedicação pelo progresso.

A política jamais foi para o coronel Joaquim da Cunha meio de galgar posições, (...). O seu merecimento redobra, pois, aos nossos olhos, quando vemos que S.excia sacrifica tantas vezes os seus interesses e seu dinheiro em política, sem outro intuito que não seja o de engrandecer Ribeirão Preto (...)

Por esta data tão auspiciosa *A Cidade* apresenta ao eminente chefe sinceras felicitações.<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>182</sup> *A Cidade* 100 anos contado a história, p. 16.

No entanto, o grupo rival também possuía uma maneira de divulgar suas próprias notícias, já que Schmidt, Renato Jardim e João Pedro da Veiga Miranda, controlavam o periódico *Diário da Manhã*. Com isso, puderam rebater a maioria das manchetes, expondo a opinião da oposição.

Mesmo que rivais, os dois principais grupos dentro da cidade se aproximaram em razão de uma ameaça em comum. O militar Hermes da Fonseca, nos primeiros anos de seu mandato, foi muito severo em assuntos domésticos. Em 1911, em uma tentativa de mudar o aparato da política estadual, em parceria com o senador Pinheiro Machado, nomeou interventores para os Estados do Norte. Tal política, mais tarde, mostrou-se desastrosa e gerou a Revolta de Juazeiro, em 1914, liderada pelo Padre Cícero, que o fez retirar seu interventor do Ceará.

Ao final do ano de 1911, no entanto, o governo do Marechal Hermes parecia estar pronto para agir sobre o Estado de São Paulo, cujos líderes políticos, em sua maioria, eram contra sua candidatura. O objetivo era identificar e substituir por interventores os governadores cujas ações se desviassem dos interesses federais ou do exército.

A primeira oposição ativa à ameaça de intervenção veio de Ribeirão Preto. Em 15 de outubro daquele ano, a Câmara Municipal reuniu-se e aprovou por unanimidade uma longa e dura moção manifestando a “completa solidariedade para com o governo patriota do Estado em qualquer medida enérgica que fosse necessária tomar na defesa da autonomia deste”.<sup>183</sup>

Ocorreram comícios contra a intervenção de Hermes da Fonseca e uma mensagem foi enviada diretamente ao presidente, pedindo que fosse reconsiderada a intervenção.

A reação ribeirão-pretana foi apoiada por todo o Estado, várias manifestações similares ocorreram em outras cidades e, por fim, Hermes da Fonseca reconsiderou sua intervenção. Rapidamente, enviou um telegrama para o gabinete do prefeito, garantindo que pretendia lidar com as divergências de São Paulo apenas por meios legais. E, no início do ano de 1912, se encontrou com a Diretiva do PRP Estadual e chegou a um acordo, segundo o qual os governos,

---

<sup>183</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 67.

estadual e federal, colaborariam para a manutenção da constituição e das leis federais.<sup>184</sup>

O fato é que esse temor de uma intervenção federal acabou por unir os grupos políticos antagônicos em prol de uma causa comum.

Essa aproximação entre os grupos é notada nas eleições de 1913, quando Rui Barbosa se tornou candidato oficial à presidência. Nesse ano, o candidato escolhido pelo diretório estadual do PRP foi Wenceslau Brás, o que levou Ribeirão Preto a certo isolamento político.

Contrariado com a escolha de outro candidato no lugar de Rui Barbosa, Francisco Schmidt demitiu-se do cargo de chefe e, com a ajuda de Quinzinho, trabalhou para reeleger seus candidatos à Câmara de Ribeirão e manter os demais políticos apoiados pela cidade. Essa união era necessária nesse momento de desprestígio, em que o distrito encontrava-se isolado politicamente em relação aos líderes estaduais de seu partido.

Outro acontecimento que obrigou os dois coronéis a trabalharem em conjunto foi a ocorrência de duas greves de colonos das fazendas de Ribeirão Preto e região.

Em 1915, a aliança entre os dois coronéis era clara. Francisco Glicério concorria como senador e, por ser mentor político e amigo de Quinzinho, este sentiu-se obrigado a ajudar o amigo nas eleições. Schmidt também firmou seu apoio e, nesse momento, os dois estavam, então, do mesmo lado:

As últimas obstruções que ainda separavam os dois influentes chefes políticos (...) foram finalmente removidas. A 22 de janeiro, em reconciliação pública, na qual os dois homens concordam em colaborar um com o outro e com a situação estadual na direção das políticas municipais. Com o “convite” de Schmidt e Quinzinho, o Município – ou pelo menos 1.600 eleitores – participou na eleição que ocorreu uma semana depois.<sup>185</sup>

Essa aliança política entre antigos opositores dava um tom de tranquilidade política à cidade de Ribeirão Preto. Com isso, eles iriam passar a assinar juntos os boletins oficiais do partido e apoiariam juntos as candidaturas para os cargos

---

<sup>184</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 65.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 68.

municipais, levando, por exemplo, João Pedro da Veiga Miranda novamente ao cargo de deputado.

## **2.5. A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A DERROTA DO CORONEL ALEMÃO**

No entanto, a paz em que Ribeirão Preto se encontrava logo terminaria pelo que ocorria no restante do mundo. Em 28 de junho de 1914, o arquiduque Francisco Ferdinando foi alvejado com tiros, em Sarajevo, por um jovem ativista sérvio, o que deu início à Primeira Guerra Mundial; e os tiros em Sarajevo ecoaram na cidade do interior paulista.

Oficialmente, o Brasil só declarou guerra à Alemanha em outubro de 1917, mas a antipatia aos alemães começou cedo por todo o país. Não seria diferente em Ribeirão Preto. O coronel Francisco Schmidt, apesar de ser naturalizado brasileiro, continuava a ser alemão. Seu sobrenome e suas relações comerciais com o exterior são alguns dos motivos para isso. O fracasso dos alemães na guerra também seria o fracasso do coronel alemão em Ribeirão Preto.

Em março de 1917, Renato Jardim começou a organizar um exército voluntário local, o “Tiro Brasileiro de Ribeirão Preto”. Pouco depois, em abril, um navio brasileiro foi afundado por torpedos alemães e o jornal *A Cidade* publicou em primeira página um chamado “às armas”.<sup>186</sup>

Os governos municipais manifestaram seu apoio e lealdade ao presidente. Caso fosse necessário adotar uma atitude mais agressiva, os vereadores de Ribeirão Preto estavam dispostos. No entanto, nesse momento, o presidente da Câmara era o próprio Schmidt. A situação era vista como complicada, mas, para a surpresa geral, quando questionado sobre a moção, ele respondeu:

Olha, nesse momento, eu estava para dizer aos meus filhos que eles são brasileiros e que devem defender o seu país. Quanto a mim – se não sou brasileiro, o que eu sou? Redijam a moção de forma que não me seja prejudicial assiná-la.<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 69.

<sup>187</sup> JARDIM, p. 213.

A moção foi aceita e, no momento da assinatura, Schmidt, emocionado, reiterou o fato de ser brasileiro e fez o pedido de ser o primeiro a assinar o documento, que depois foi retificado pelo restante dos vereadores.<sup>188</sup>

O questionamento da lealdade de Francisco Schmidt pode, hoje em dia, parecer absurdo, mas é explicado pelos ânimos inflamados pelo clima de guerra, Nacionalismo exacerbado e paranoias ocorreram por todo o mundo.

Uma edição de novembro de 1917 de *O Diário da Manhã* informava a existência de “um espião” em Ribeirão Preto. O chefe de polícia, então, realizou uma busca na residência do fotógrafo Ernesto Kühn, que foi preso por suspeita de espionagem. Ocorreram atos mais dramáticos, como o caso do relojoeiro Francisco Müller, que teve sua loja saqueada em um motim popular.<sup>189</sup>

Assim, em clima de histeria contra tudo o que era germânico, o “Rei do Café” foi perdendo sua força. Embora devesse cumprir seu mandato como vereador até 1919, supõe-se que a última sessão a que compareceu foi em dezembro de 1917, depois de não ter sido confirmado como presidente da câmara para os próximos anos de seu mandato. Sua aliança com Quinzinho ainda iria durar um pouco mais, porém, logo seu poder enfraqueceu.<sup>190</sup>

Contudo, o coronel alemão não iria desistir. Por meio de seu filho Guilherme, organizou, em 1919, uma nova ala que lançou um comunicado intimando o coronel Quinzinho a “organizar uma boa chapa para as próximas eleições municipais”. Entretanto, ocorreu que Quinzinho estava de férias em outra região e não publicou lista alguma, então o grupo de Schmidt apresentou uma lista própria.

Em resposta, o grupo dos Junqueira publicou, no jornal *A Cidade*, uma nota, condenando essa atitude e “a insolência com que impenitente germanofilíssimo tenta se apoderar dos cargos públicos”. Dois dias antes da eleição, Quinzinho mandou publicar a lista oficial, que ganhou a maioria de votos. Contudo, foram apresentados apenas oito nomes para a Câmara, duas cadeiras puderam, assim, ser ocupadas pela oposição, ao que parece uma tentativa de Quinzinho demonstrar uma intenção de paz com Schmidt.<sup>191</sup>

No entanto, as eleições para o senado seriam motivo para o rompimento das alianças entre os dois coronéis. A situação estadual, juntamente com Schmidt,

---

<sup>188</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 69.

<sup>189</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p.71.

<sup>190</sup> JARDIM, p. 215.

<sup>191</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 70.

apoiou a candidatura do Cônego Valóis de Castro; e Luiz Pereira Barreto contou com o apoio de Quinzinho.

A perda de poder do coronel alemão dentro da esfera política de Ribeirão Preto era clara. Apesar da eleição do Cônego pelo resto do estado, em Ribeirão Preto a votação dava 795 votos a Luiz Pereira Barreto, contra apenas 20 de Valois de Castro. Ao que tudo indica, ocorreu uma aglutinação da elite local em torno da figura do coronel Junqueira, levando a esse resultado das urnas da cidade, tão diferente do restante do estado de São Paulo.

Nas eleições para governador do estado de São Paulo de 1920, a campanha de Washington Luís recebeu todo o apoio na cidade de Ribeirão Preto pela influência de seu grande amigo Quinzinho. Por outro lado, o coronel Schmidt apoiou a oposição e fez campanha por Álvaro de Castro.

A máquina política dos Junqueira fez muita pressão para que a Junta de Recursos desqualificasse os 437 votos obtidos dos colonos nas terras da Cia. Agrícola Francisco Schmidt.

Sob alegação de fraude, esses votos foram invalidados, o que acabou favorecendo a permanência do poder político local nas mãos de Quinzinho.

Esse episódio somou-se às demais tragédias pelas quais o coronel alemão enfrentava na época. Sua esposa Albertina Khöl, com quem se casara ainda nas épocas de colono em Descalvado, faleceu em 1917. Além disso, seu principal parceiro comercial, a empresa inglesa Theodor Wille, cancelou o crédito de sua companhia agrícola durante os anos da guerra e, como se não bastasse, uma forte geada dizimou parte dos cafezais de suas fazendas. Aliada a esses contratempos, a demanda mundial por café havia diminuído muito, o que o fez mudar-se para São Paulo.

Somente depois de muito batalhar, seu patrimônio voltaria a crescer, sendo capaz de não só se recuperar, mas de diversificar suas atividades nos negócios, com a abertura do Engenho Central de Açúcar. Porém, esses problemas, juntamente com a idade, não permitiram seu retorno à cidade de Ribeirão Preto. Ele faleceu em maio de 1924 e partia, assim, mais um “Rei do Café”<sup>192</sup>. Após a morte de Schmidt, Quinzinho assumiu o controle absoluto da política local.

---

<sup>192</sup> GODOY. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*, p. 159.

Fábio Barreto retornou à Câmara e reassumiu a liderança política no mesmo ano, assumindo a presidência dessa casa. Ele era da oposição à ala Junqueira no passado, mas, depois da queda do coronel Schmidt, associou-se à Quinzinho da Cunha, tornando-se o responsável por parte da manutenção do poder político do grupo perrepista em Ribeirão Preto, de 1924 até o final do Estado Novo.

Barreto foi também advogado pessoal de Quinzinho, atuando, em 1922, no famoso “Crime de Cravinhos”, no qual a cunhada de Quinzinho, a “Rainha do Café”, Iria Alves Junqueira, foi acusada de um assassinato cruel, sobre o qual veremos mais detalhes no próximo capítulo.

Com base na análise realizada ao longo deste capítulo, percebemos, no caso do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, uma relação entre o coronel do interior paulista e as assembleias estaduais e nacionais do PRP muito mais carregada de conflitos e negociações do que a historiografia tradicional considera norma.

Vimos, como no caso da campanha civilista de 1910, que Quinzinho se colocou do lado da candidatura de Hermes da Fonseca, contrariando claramente as ordens da cúpula do PRP.

A motivação para tal possivelmente tenha sido sua ligação pessoal com Francisco Glicério, a quem se referia como um mentor e a quem sempre o favoreceu. Mesmo contra a Diretiva estadual do PRP, Quinzinho conseguiu manter seu poder e fazer Ribeirão Preto ser a única cidade no estado de São Paulo a ter maioria de votos para Hermes da Fonseca.

Esse episódio requer que seja repensado qual, de fato, era o poder de um coronel dentro da estrutura da República Oligárquica. Talvez seu papel não fosse apenas como o de um tímido chefe local. Pelo menos é o que indica o caso de Quinzinho, singular nesse aspecto.

No capítulo seguinte, trabalharemos mais com a relação entre o coronel Junqueira e outros elementos de sua teia de poder, como as pessoas que eram indicadas para ocupar cargos públicos e a importância do controle de determinados cargos, como delegados e juízes. Veremos a ligação do coronel com indivíduos violentos e sua relação com políticos das esferas estaduais e federais.



**CAPITULO TRÊS**  
**O CORONEL E SEU POVO**

### 3. O CORONEL E SEU POVO

Neste capítulo, abordaremos a relação entre o coronel Junqueira e as esferas de poder estadual e federal, tentando compreender um pouco mais sobre seu relacionamento com os presidentes do Estado e com Washington Luís, que mais tarde se tornaria presidente da República. Veremos como as práticas clientelistas permitiram reforçar sua teia de poder e investigaremos o uso da violência como forma de manutenção desse poder.

3.1. A RELAÇÃO DO CORONEL JUNQUEIRA COM O “SEU POVO” A dinâmica política municipal durante a Primeira República poder ser simplificada para melhor compreensão. Basicamente, o Município era representado nas situações estadual e nacional por meio do chefe político e dos funcionários locais eleitos ou indicados para os cargos estaduais e federais, que colaboravam com o chefe político, pois esse, em última instância, era quem garantia as indicações e as eleições para esses cargos.

Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professores, coletor, funcionário da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetores de ensino primário, servidores da saúde pública, etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costumava ser de praxe. Mesmo quando o governo federal tem candidatos próprios, evita nomeá-los, desde que venha isso a representar quebra de prestígio do chefe político do município.

[...] A influência do chefe local nas nomeações atinge os próprios cargos federais, como coletor, agente do correio, inspetor de ensino secundário e comercial etc. e os cargos das autarquias (cujos quadros de pessoal tem sido muito ampliados), porque também é praxe do governo da União, em sua política de compromissos com a situação estadual aceitar indicações e pedidos dos chefes políticos dos Estados.<sup>193</sup>

---

<sup>193</sup> LEAL. *Coronelismo, Enxada e Voto*, p. 64.

Em Ribeirão Preto, durante boa parte de sua história, desde a proclamação da República até a década de 1930, o coronel Joaquim Diniz da Cunha Junqueira quase sempre ocupou a posição de chefe político e líder do Diretório distrital do PRP, posição responsável por garantir que as eleições estaduais e federais fossem favoráveis aos candidatos do partido, garantindo que os candidatos escolhidos para as eleições para Prefeitura e para a Câmara Municipal fossem vitoriosos e indicando funcionários leais e competentes para cargos da esfera estadual e federal.

Um dos pontos mais interessantes quanto à trajetória política de Quinzinho é que ele foi capaz de extrapolar sua posição de coronel local e exercer um poder muito mais significativo nas esferas estaduais e, em alguns casos, federal. Em mais de uma situação, ele se colocou contra as decisões do PRP, conseguindo mudar os rumos traçados pelo partido apenas com seu poder pessoal.

Alguns dos casos mais relevantes já foram abordados no texto, como as eleições para presidente de 1910, quando Quinzinho resolve não apenas não fazer campanha para Rui Barbosa, como apoiar o candidato adversário Hermes da Fonseca, garantindo em Ribeirão Preto uma votação maciça para o marechal. Ribeirão Preto foi, assim, o único município do Estado de São Paulo onde ele obteve a maioria dos votos.

Tal atitude lhe custou à posição de chefe político do PRP em Ribeirão Preto, ao qual renunciou em 1916, mas que, ao que tudo indica, sequer diminuiu sua força política e não o impediu de seguir como conselheiro político.

Outros exemplos, como a abstinência massificada de votos nas eleições de 1914 e 1925, nos levam a questionar quais seriam as razões para que o coronel fosse tão competente em convencer a população do 10º distrito a manter sua lealdade política:

De um modo geral, a situação de Ribeirão Preto era bastante eficiente em influenciar decisões vindas de cima. O chefe político - quase sempre Quinzinho da Cunha - exercia considerável influência sobre a seletiva mobilização do voto local. Quando descontente com o rumo tomado pelos políticos estaduais, Quinzinho simplesmente assegurava que os eleitores locais votassem em massa contra os candidatos da situação estadual –

como ocorreu nas eleições de 1910 e 1918 – ou que se abstivessem inteiramente de votar como em 1914 e 1925.<sup>194</sup>

Já abordamos ao longo da pesquisa algumas estratégias utilizadas por Quinzinho para influenciar as eleições, mas vamos nos deter um pouco mais sobre alguns aspectos dessas estratégias para entender como esse indivíduo pôde tecer tal teia de poder, que o permitiu ocupar a posição de chefe por tanto tempo.

Uma das características mais associadas à figura de Quinzinho era seu grande prestígio social, “devido não apenas à extensão de terras que o coronel possuía ou representava, mas também por notáveis qualidades como honestidade, generosidade e liderança”.<sup>195</sup>

Thomas Walker esclarece como o prestigiado líder político era visto pelos seus contemporâneos:

A palavra mais comumente utilizada em relação a Quinzinho era “prestígio”. Ele era um homem de imenso prestígio, de incontestável integridade – ao menos na mente de seus contemporâneos. Mesmo seus oponentes, enquanto muitas vezes criticavam a situação liderada por ele e os representantes do poder público, nunca criticavam abertamente o próprio Quinzinho. De fato, a oposição frequentemente desviava seu curso para não ofender Quinzinho.<sup>196</sup>

Uma curiosidade sobre o respeito que os adversários detinham sobre a figura de Quinzinho é a grande quantidade de elogios e deferências dos seus adversários, como em 1926, por exemplo, quando a primeira comissão municipal do oposicionista Partido Democrata tomou posse. O organizador do partido, Paulo de Moraes Barros, falou:

(...) “do brilho de seu espírito perspicaz, da bondade de seu magnânimo coração, do exemplo de suas virtudes cívicas e do prestígio de todas as elevadas qualidades que reunia em si” e concluiu que “pouco importa o fato de Joaquim da Cunha não ser um membro do Partido Democrata. Ele tem

---

<sup>194</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 58.

<sup>195</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 55.

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 63.

mérito por ser o que é e pela integridade moral que representa. É um nobre adversário do Partido Democrata.<sup>197</sup>

A consideração que o coronel Junqueira recebia do Partido Democrata não estava restrita apenas ao diretório municipal do partido, já que, em 1930, o Diretório Central do PD enviou a seguinte nota a seus afiliados em Ribeirão Preto:

Ao saber que (...) cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, nosso adversário político a quem essa região deve grande quantidade de benefícios (...) encontra-se em delicada condição, teríamos grande satisfação se nossos distintos correligionários empregassem seus melhores esforços para poupar o velho político (...) de emoções que pudessem comprometer sua precária condição.<sup>198</sup>

O coronel Quinzinho reforçava ativamente sua posição de prestígio na comunidade pelas participações de sua esposa e filhas em obras de caridade, junto à Igreja Católica, e por sua participação em eventos sociais como bailes, óperas, peças oferecidas nos teatros Carlos Gomes e Pedro II e jantares beneficentes nos clubes da alta roda, como o Clube da Sociedade Recreativa e de Esportes de Ribeirão Preto, do qual era sócio de honra. Vemos como o coronel sempre colaborava com as listas de arrecadação para os bailes e jantares:

[...] No “Carlos Gomes” os bailes eram sempre pomposos. Lembrada a sua realização, os rapazes de então, fazíamos uma “lista” iniciada com a assinatura apócrifa do coronel Joaquim Diniz da Cunha Junqueira, já prestigioso chefe do Partido Republicano Paulista – o “P.R.P” velho de guerra- com cem ou duzentos mil réis, no mínimo. Essa assinatura era o “chamariz”. Vendo-a, o coronel Joaquim Alves e outros coronéis, para não fazerem “feio”, assignavam também a igual quantia. E, em horas arranjávamos regular soma, suficiente para a orquestra e “comes e bebes”<sup>199</sup>.

A participação do coronel em eventos destinado aos poderosos da região foi um importante fator ligado à manutenção de sua imagem como “chefe” do Município.

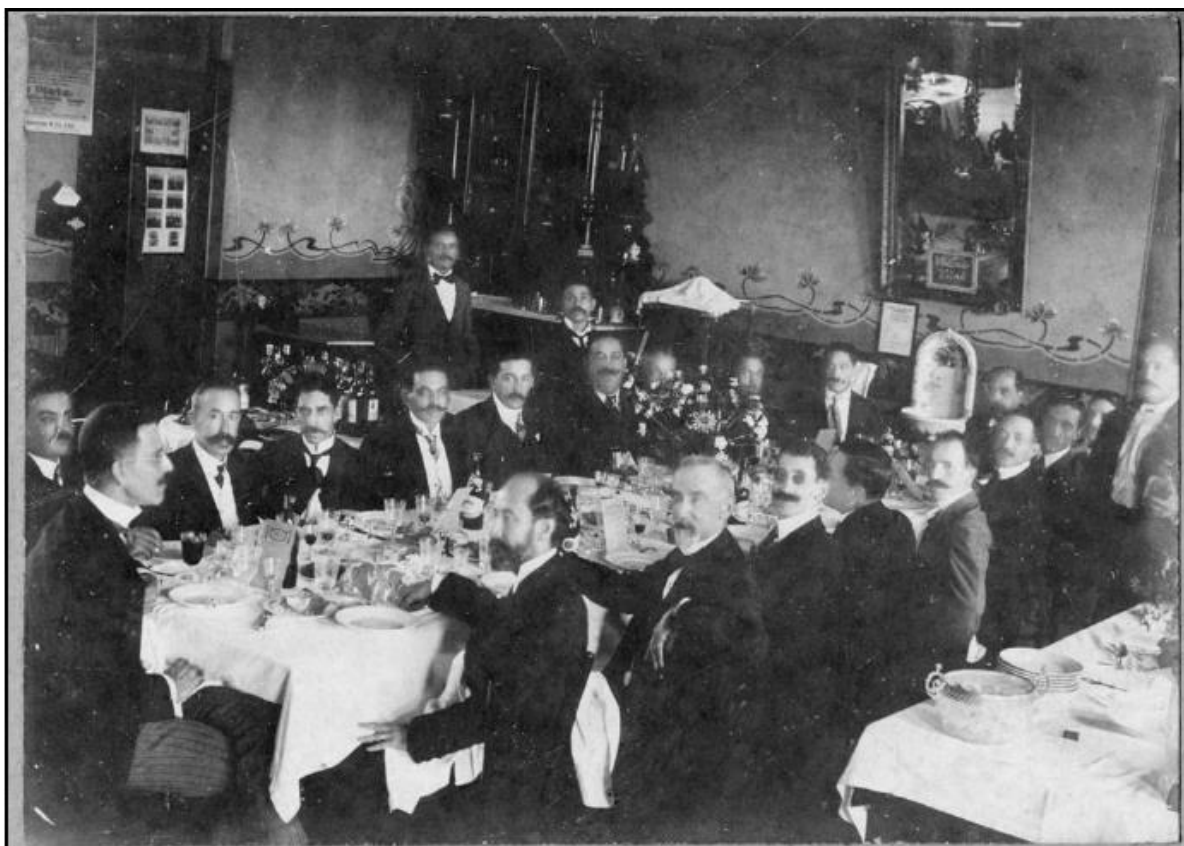
---

<sup>197</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>198</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 64.

<sup>199</sup> JAYME. *A educação pública na Petit Paris paulista* (Ribeirão Preto, 1890/1920), p. 43.

Em uma de suas raras fotografias, podemos ver Quinzinho reunido com outros líderes locais.



**Figura 7** – Reunião de renomados políticos em homenagem a Pereira Barreto

Na figura 7, ao fundo e à direita, vemos o cel. Quinzinho olhando para a câmera e ostentando seu característico bigode. Temos também Altino Arantes na cabeceira da mesa.

Além do seu envolvimento claro com atividades promovidas pelas camadas mais abastadas e influentes da sociedade de Ribeirão Preto e região, também encontramos vestígios da tentativa de Quinzinho de construir ligações em sua teia de poder com as camadas mais baixas da sociedade, como, por exemplo, as associações de socorro mútuo, que eram sociedades organizadas por imigrantes para promover o amparo e a participação social desses indivíduos.

O coronel Junqueira foi homenageado como sócio honorário da *Unione Meridionale* e posteriormente da sociedade Pátria e Lavoro e da *Dante Alighieri*. Tais associações eram formadas por componentes bastante diversos, como profissionais

liberais, advogados, sapateiros, jornalistas, comerciantes e até, em alguns casos, de colonos pequenos proprietários de terras, todos imigrantes italianos.<sup>200</sup>

O coronel buscou um bom entendimento com o grupo de imigrantes italianos. Mais de 80% dos seus colonos, responsáveis pelas suas fazendas de café, faziam parte da comunidade italiana. Vemos que, algumas ocasiões, além de o coronel estar presente nas atividades dessas associações, colaborava dinheiro, como no caso do socorro às vítimas de um terremoto que ocorreu na Calábria:

O terremoto na Calábria socorro as vítimas.

Os últimos despachos telegráficos dão minuciosas notícias do terrível desastre de que foi teatro o Sul da Itália a Calábria. Damos um resumo desses telegramas, e por eles verão os nossos leitores quantas desgraças e quantas mortes e quantas vítimas a quem a caridade, nesta hora triste tem o dever de socorrer.

Organizou-se nesta cidade em favor das vítimas do terremoto um commitato de beneficência, composto dos senhores [...] e Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

Este commitato percorreu ontem as ruas da cidade tendo angariado até o meio dia a quantia de 620\$000 réis. [...] <sup>201</sup>.

Ainda no que toca a relação entre o coronel Junqueira e sua atuação junto a essas associações, temos mais um episódio que demonstra sua atividade junto a esse tipo de grupo: por volta de 1903 uma epidemia de febre amarela atingiu a região de Ribeirão Preto, castigando especialmente a cidade de São Simão. Os membros de algumas sociedades italianas se juntaram para adquirir uma “*la carrozza-lettiga*”, uma espécie de ambulância.

O Teatro Carlos Gomes foi reservado para um ato solene onde a “*carrozza-lettiga*” seria “batizada”; algumas autoridades foram convidadas a participar do ato e o coronel Quinzinho foi chamado para apadrinhar o objeto no teatro, oficializando o ato com discurso, quebra de uma garrafa de champanhe e até fogos de artifício.<sup>202</sup>

Esse prestígio está ligado à tradição de sua família, a seus hábitos elitizados, cultivados com esmero, à demonstração de seu poder nos luxuosos

---

<sup>200</sup> Para mais informações sobre essas associações leia :FURLANETTO, Patrícia Gomes. *O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas socioculturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)*. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

<sup>201</sup> FURLANETTO. *O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas socioculturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)*, p. 129.

<sup>202</sup> Ibidem, p. 154.

casarões, às fazendas, aos automóveis e às suas ações sociais, calculadas para demonstrar apenas qualidade e generosidade. Havia, portanto, sempre a preocupação de não deixar que sua posição no espaço social fosse abalada. Foi assim que Quinzinho conseguiu cultivar e manter sua clientela por tantos anos.

Na estrutura do coronelismo, somente os indivíduos possuidores de relativa fortuna, hereditária ou adquirida, eram capazes de trocar favores e de obter uma clientela; paralelamente à fortuna, entretanto, as qualidades pessoais permitiam ao indivíduo elevar-se à posição de chefe. Assim, do pequeno chefe político provinciano ao grande chefe nacional, os coronéis possuíam essa virtude que Max Weber denomina carisma, e que considera como a virtude dos caudilhos. A liderança dos coronéis possuía dessa forma um aspecto carismático, e não somente tradicional, pois o eleito somente seria um grande chefe se provocasse a adesão efetiva e entusiástica dos homens, deles conseguindo uma obediência espontânea, qualidade essa que reforçava a solidariedade interna do grupo.<sup>203</sup>

A capacidade para manipular e influenciar as eleições para os cargos municipais eram sem dúvida a principal fonte de poder para o grupo Junqueira conseguir “munição” para realizar negociações com as esferas superiores. Uma vez que fosse assegurada a maioria na Câmara de vereadores e prefeitura, era mais simples utilizar o poder municipal em prol da captação de votos para as eleições estaduais e federais.

É claro, portanto que os dois aspectos – o prestígio próprio dos “coronéis” e o prestígio do empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do “coronel” – firmada na estrutura agrária do país – o governo não se sentia obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída<sup>204</sup>.

Em uma carta de Altino Arantes, datada de 1919, quando esse foi o Presidente do Estado de São Paulo, cargo correspondente a governador do Estado,

---

<sup>203</sup> RÊGO. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*, p. 67.

<sup>204</sup> LEAL. *Coronelismo, Enxada e Voto*, p. 63.



vemos um pedido para que o cel. Quinzinho se empenhe na organização do Diretório da cidade para auxiliar na reeleição dos atuais deputados:

4 de Abril de 1919

Cel. Joaquim da Cunha Junqueira

Urgente e reservado.

Peço com maior empenho que realize a organização do Diretório dessa cidade, a fim de poder auxiliar ali na prévia eficazmente ação confirmada com nosso amigo Carlos, no sentido de reeleição dos atuais deputados.

Cordiais saudações.

Altino Arantes<sup>205</sup>

A participação eleitoral durante a Primeira República era bastante restrita. Mulheres e analfabetos eram proibidos, por lei, de votar, e a burocracia para conseguir a inscrição e a participação na votação limitava consideravelmente a participação de parte da população. Em Ribeirão Preto, acredita-se que a participação nas eleições flutuava em torno de 2% a 5% da população.<sup>206</sup>

O controle do resultado das eleições poderia ser obtido de várias formas, uma das quais era a fraude direta. Retornando mais uma vez à eleição presidencial de 1910, Walker resgata uma notícia do jornal *O Diário da Manhã*, que, na época, era editado por Veiga Miranda, o qual se encontrava em oposição ao grupo dos Junqueira, tecendo grande críticas às suas ações. Para ele, a fraude era a resposta para o sucesso do marechal Hermes nas urnas:

Nunca houve um espetáculo tão degradante nesta cidade. Funcionários públicos que deveriam permanecer distantes das questões políticas mergulharam nelas com grande paixão, manchando suas togas (...) Ao mesmo tempo em que, de um lado, os títulos eram negados aos eleitores civilistas de todas as maneiras possíveis, havia do outro lado, apenas lisonjas e conveniências (...) Fraude e (...) falsificação foram o que manteve de pé o chamado partido local – que votou para a vitória hermistista (...) Os fósforos fervilharam. Alguém votou em todas as urnas<sup>207</sup>.

---

<sup>205</sup> Arquivo do estado Altino Arantes, caixa 86.

<sup>206</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 60.

<sup>207</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 61.

No entanto, algumas eleições traziam resultados inesperados, o que demonstra que nem todas eram completamente forjadas e que tal recurso era destinado a casos mais extremos. Em 1918, o mesmo jornal comenta a derrota de um candidato independente na disputa para uma vaga de vereador:

Parece não ter havido fósforos (...). Os eleitores foram ocasionalmente desviados (...) uma ou outra cédula foi alterada (...) pequenas coisas que podem ser vistas em todas as eleições (...), mas [esta] eleição foi uma das melhores que tivemos no Município.<sup>208</sup>

As acusações de fraude estão presentes em quase todas as eleições mais disputadas, mas elas ganham mais força em casos pontuais, como essa eleição presidencial de 1910 e na de 1918, pois foram momentos onde o coronel Quinzinho estava medindo forças com o Diretório Estadual do PRP.

Em troca de votos para os candidatos do PRP, Quinzinho oferecia cargos públicos aos seus cabos eleitorais, mantendo, assim, a relação clientelista com parte da população do 10º distrito. Em outra correspondência do gabinete do governador de São Paulo, Altino Arantes, vemos como eram acertadas as vagas para determinados cargos e quais eram as manobras para que um aliado fosse encaixado na máquina pública:

9 de Abril de 1919

Para Quinzinho.

Com referência ao pedido de nomeação de José Lima estafeta dessa cidade a Pontal, já havia sido efetivado nesse lugar, desde o dia dez do mês passado, José Nazareno que desde agosto de 1918 vinha exercendo interinamente, oferece, entretanto uma compensação de Lima para estafeta interino dessa cidade com cento e vinte mil réis.

Peço urgente resposta para mercê do governo.

Cordiais saudações

Altino Arantes<sup>209</sup>

Vimos como, nesse caso, o cargo de estafeta já estava ocupado por outro aliado, o que fez o governador do estado apresentar uma contraproposta

---

<sup>208</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>209</sup> Arquivo do Estado, fundo Altino Arantes, caixa 0085.

compensatória ao coronel, pois ele poderia indicar o pleiteante ao cargo, José Lima, para uma posição interina como elemento compensatório.

Ao pesquisar, nas correspondências dos fundos particulares de Altino Arantes, Washington Luís e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira no Arquivo do Estado de São Paulo, encontramos uma grande gama de cartas, telegramas, relatórios, recibos e bilhetes trocados entre eles. Alguns chamam a atenção por terem um caráter bastante oficial, com informações previstas sobre o andamento das eleições e questões mais burocráticas. Outros, no entanto, tinham marcado no seu topo as palavras reservado, restrito ou pessoal.

Podemos exemplificar essa diferença de conteúdo com um telegrama de Altino Arantes, endereçado ao Quinzinho, no qual Altino Arantes congratula-o pelo resultado das eleições:

Telegrama.

Cel. Joaquim da Cunha

14 de IV de 1919

Ribeirão Preto

Fiquei muito contente com o resultado da eleição ai.

Abraços e cordiais agradecimentos.

Altino Arantes.

Esse é um telegrama bastante comum, que não nos dá nenhuma indicação precisa dos acontecimentos desse momento. Mas, outro telegrama, datado do mesmo dia e marcado como reservado, traz mais informações sobre quais eram os interesses da Comissão Diretora do PRP e quais eram os papéis esperados de Altino e de Quinzinho nessas eleições:

14 de IV de 1919

Cel. Joaquim da Cunha Junqueira

Ribeirão Preto.

Reservado.

Comissão Diretora pede como critério preponderante colocar em primeiro turno candidatos mais antigos e em segundo mais novos, cabendo este portanto, uso décimo distrito ao Rafael e ao Chico.

Acredito que nenhum risco correrá qualquer desses dois amigos, pois não consta existência de outras concorrentes probabilidades de vitória.

Sobretudo se amigo entender conveniente ao bom êxito do pleito, poderei sugerir a comissão decisão do distrito em cinco zonas de votação mais cargos equivalentes, de nada a servir atoa candidatos sufragados em primeiro e segundo turno.

Cordiais saudações

Altino Arantes<sup>210</sup>

Nesse segundo telegrama de Altino Arantes, temos maior clareza na negociação dos cargos em troca de garantia de votos. Aqui o governador comunica a decisão do diretório de privilegiar os candidatos mais antigos. Em troca, o coronel poderia indicar candidatos em outras zonas dentro do distrito e obter cargos equivalentes. Esses elementos indicam a relação direta entre o sucesso das eleições e a indicação dos cargos estaduais.

Em outras correspondências, temos diálogos entre Quinzinho e Washington Luís, futuro presidente da República e amigo de longa data, já que o coronel o apoiava desde sua época como vereador, de 1897 até 1898, em Batatais, cidade muito próxima de Ribeirão Preto e parte do 10º distrito eleitoral, controlado pelos Junqueiras.<sup>211</sup>

Em uma correspondência de 1913, Quinzinho pede para que Washington Luís, na época deputado federal, interceda para efetivar a indicação de um certo Euclides Palma Guião para um cargo federal, solicitando ao deputado que não conceda nomeações estranhas ao conhecimento do diretório. Esse fato demonstra que sua teia de poder permitia ao coronel também influenciar a indicação de cargos federais:

Washington Luís

Ribeirão Preto 04/08/1913

Por portaria de 11 de novembro findo por nomeado decreto patronado agrícola de Ribeirão Preto, Euclides Palma Guião que até hoje não pode tomar posse pos contrario portaria peço a Ex. interessar-se junto governo federal para ser ele empossado ou confirmada a nomeação para os demais cargos a preencher. Não conceder nomeação estranha ao conhecimento do Diretório local.

---

<sup>210</sup> Arquivo do Estado Altino Arantes, ap. 235

<sup>211</sup> Mais informações sobre a carreira política de Washington Luís podem ser encontradas em PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1890-1900): aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha*, 1998

Joaquim Junqueira.<sup>212</sup>

O relacionamento de amizade entre Quinzinho e Washington Luís foi sendo incentivado ao longo de toda a carreira política desse último e seu ápice foi atingido com a vitória de Washington na eleição para a presidência da República. Assim, as relações de poder do coronel se estendiam a níveis antes não alcançados, o que o permitiu abranger um pouco mais as esferas federais em seus pedidos para seus aliados e em benefício próprio:

Prezado amigo Dr. Washington Luís.

Costumeiras saudações

Permita-me lembrar-lhe o pedido que fiz por carta sobre o Dr. Francisco Eduardo Rabello, filho do Dr. Eduardo Rabello a quem (ilegível) honestamente muitos anos e que trabalham com muito empenho e dedicação pelo que fiquei muito grato a ele.

Assim que aparecer uma vaga aqui é provável colocar o Dr. Francisco Eduardo Rabello por ocasião da próxima reforma em instituição pública, sabe faço muito empenho neste pedido. O doutor sabe que um pedido meu está sempre a seguinte condição se for possível e não na troca dos em exercício.

Para não aumentar a suas amolações nada tenho específico sobre a posição acho que estão os nossos amigos Dr. Júlio Prestes e Fábio conhedores e vão ajudar em todos os acontecimentos.

Disponha sempre do velho amigo.

17 de abril de 1928.

Cel. Joaquim C.D. Junqueira<sup>213</sup>

Observamos que o coronel passa a adotar um tom de maior reverência para com o amigo Washington, que, afinal de contas, ocupa agora a presidência. Mas, para nós, o relacionamento dos dois era um pouco mais do que apenas político. Não vemos como exagero dizer que realmente houvesse amizade entre os dois:

Ribeirão Preto, 18-3-24

Prezado amigo Dr. Washington

---

<sup>212</sup> Arquivo do Estado, fundo Washington Luís pacote 2 193.2.1-185

<sup>213</sup> Arquivo do Estado, SP Washington Luís, ap. 194.

Saudações cordiais

De acordo com as instruções que trouxe o Chico, tomo a liberdade de lembrar-lhe a seguinte pergunta sobre a viagem a Novo Horizonte, a viagem poderá ser realizada depois do dia 26, em dia que o amigo determinar, tendo a bondade de avisar-me com antecedência para que eu tenha tempo de tomar as providências necessárias. Rogo-lhe também que me diga o se seu almoço deverá ser em N. Horizonte como sugeriu os amigos de lá ou não, nesse último caso os amigos de N. Horizonte ofereceu-lhe um lanche, embora prefiram oferecer-lhe um almoço.

Fique, entretanto acertado de que o amigo irá jantar e dormir na minha fazenda, conforme sua promessa e meu desejo.

Peço-lhe que me responda amanhã, vou esperar suas instruções e dizendo-me se os amigos de N. Horizonte devem esperá-lo com almoço ou lanche.

Aguardo suas linhas, rogo-lhe disponha do amigo velho.

Joaquim, C.D. Junqueira<sup>214</sup>

Nessa carta, Quinzinho combina detalhes da viagem de Washington Luís, presidente do Estado de São Paulo, à cidade de Novo Horizonte. O conteúdo da mensagem sugere que não seja uma viagem com agenda apenas oficial e que a relação privada entre eles era tão forte quanto a pública.

Parte da fonte de prestígio e poder do coronel Junqueira estava ligada com a ideia de que ele teve um papel fundamental na prosperidade e na modernização da região de Ribeirão Preto. Auxiliado por sua extensa teia de poder, o coronel Junqueira foi capaz de não só influenciar as decisões eleitorais e indicações para cargos públicos, mas também conseguir verbas e auxílio estadual e federal para modernização de Ribeirão Preto:

O resultado geral da barganha e da influência exercida sobre os governos estadual e federal durante o período foi, em geral, amplamente favorável aos interesses do Município, como definido por seu chefe político. No início da década de 1920, o governo federal cooperou na construção de uma indústria siderúrgica movida a eletricidade. Nos últimos anos dessa década, o colégio estadual havia sido expandido para matricular aproximadamente 400 estudantes, uma Faculdade de Farmácia e Odontologia estava em operação, e 52 pequenas escolas primária estaduais – beneficiando

---

<sup>214</sup> Arquivo do Estado SP Washington Luís, ap. 194.

aproximadamente 6 mil estudantes – foram criadas. Durante todo o período, os governos estadual e federal responderam favoravelmente às demandas dos municípios do café – dos quais Ribeirão Preto era o mais importante e mais proeminente – por programas de valorização e defesa do café. Certamente havia outras evidências, menos espetaculares, mas tão importantes quanto as anteriores, do reconhecimento estadual e de feral da importância política do Município – apoio para a construção de estradas de rodagem e de conexões ferroviárias, etc.<sup>215</sup>

No âmbito local, a população associava sua atuação política com os benefícios trazidos para a cidade, o que reforçava sua teia de poder e mantinha a permanência de seu grupo na liderança do 10º distrito.

### **3.2. CORONÉIS, DELEGADOS E BANDIDOS**

Muitos dos relatos que encontramos sobre o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira refletem sua suposta astúcia pacífica e sua disposição em sempre se sacrificar pelo bem do povo de Ribeirão Preto. Entretanto, na construção da imagem do coronel, fica evidente uma outra face, típica do coronelismo, relativa à utilização da força. Em diversos momentos, o coronel é citado como “linha dura”:

O mesmo poderia ser dito a respeito de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, conhecido pela alcunha de “Quinzinho”. Coronel metido à “linha dura”, Quinzinho era reverenciado pela imprensa do interior paulista por ser um líder incontestado, embora aberto às ações “benfazejas”, que usava do prestígio para tornar Ribeirão Preto um município em estado adiantado de progresso<sup>216</sup>.

Uma vez que o coronel tinha o respeito da imprensa do período, foi bastante complicado encontrar quaisquer vestígios dos atos de violência executados às suas ordens nos jornais locais. Para além, nos parece que, em muitas situações, seu poder era exercido pela violência das forças policiais, já que juízes, delegados e até policiais da cidade tiveram suas indicações para assumir tais cargos.

---

<sup>215</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 59.

<sup>216</sup> PAZIANI; et al. *Civilização e barbárie no imaginário da cidade*, p. 19.

Durante toda a Primeira Republica, as acusações de fraude e manipulação eleitoral aponta para o fato de que essa prática foi recorrente nas atividades do PRP; algumas vezes, o uso da violência como forma de fazer política foi justificado com uma absurda naturalidade:

O único crime notado em seu pobre cadastro fora um assassinato por ocasião das eleições municipais, mas atendendo que o assassino era do partido do governo, e a vítima da oposição, o acontecimento em nada alterou os hábitos da cidade, continuando ela a exportar seu café e mirar as suas casas baixas e acanhadas nas escassas águas do pequeno rio que a batizara.<sup>217</sup>

Quinzinho era bastante consciente da importância de ter alianças fortes com as forças policiais, sendo responsável por manter um bom relacionamento com os delegados e uma grande preocupação nas indicações para o judiciário, como podemos verificar:

Os delegados continuam não sendo remunerados, mas agora o cargo era tratado como um posto de honra, reservado apenas aos “dignos de confiança”, ou seja, membros ou pessoas ligadas ao PRP. Para ocupar a 1º delegacia da capital, Bernardino de Campos nomeou seu colega Francisco de Assis Peixoto Grande Gomide; em Araraquara, Theodoro Dias de Carvalho Junior recebeu o posto de delegado de polícia; em Piraju, na alta Sorocabana, o major Mariano Leonel Ferreira, pai de Atatiba Leonel, foi nomeado delegado, em Ribeirão Preto, o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira entregou o posto para seu afilhado.<sup>218</sup>

O controle das delegacias fazia parte de uma estratégia clara de garantia do exercício de seu mandonismo, controlando o uso da força quando necessário e garantindo, assim, que o limite das leis fosse mais flexível para sua família e aliados. O poder de influenciar os poderes de polícia também trouxe a possibilidade de oferecê-la como moeda de troca em diversos casos, reforçando as características clientelistas do coronel Junqueira.

---

<sup>217</sup> BARRETO. A Nova Califórnia In: *Clara dos Anjos e outras histórias*, p. 200.

<sup>218</sup> MARTINS. *A civilização do delegado*, p. 96.



Como uma das maneiras de garantir esse tipo de poder era investir seus recursos para garantir a vitória nas eleições, eleger o maior número possível de vereadores garantia o poder e o prestígio do coronel dentro do PRP, permitindo que o mesmo oferecesse e cobrasse favores em nível estadual e federal. Conquistar uma prefeitura significava controlar seus servidores, conceder favores, isentar impostos e autorizar licenças.<sup>219</sup>

O interior do Estado de São Paulo concentrava a maioria dos eleitores do Estado, o que era vital para que o PRP conseguisse manter seu poder dentro do estado, reforçando, assim, o poder de barganha dos chefes locais, como o cel. Quinzinho:

O interior do estado tinha uma importância estratégica para o governo estadual, pois era ali que estava concentrado cerca de 80% do eleitorado. A maioria dos paulistas morava na zona rural, onde mantinham laços de dependência bastante estreitos com os chefes políticos locais. Portanto, não foi coincidência o fato das delegacias regionais terem sido criadas exatamente no centro dos grandes colégios eleitorais.<sup>220</sup>

Nem todos os delegados estavam dispostos a se corromper em favor do coronel Junqueira. Houve, em particular, um deles que se recusou a ceder e, como afirma a expressão popular, “baixar a cabeça e olhar para o outro lado”.

O delegado Laudelino de Abreu começou a incomodar o coronel quando liderou uma campanha contra os grileiros da região de Ribeirão Preto. João Alves Meira Júnior, parte atuante da teia de poder do coronel, chegou a escrever uma carta, em janeiro de 1927, pedindo a intervenção de Quinzinho:

Estamos encontrando muitas dificuldades por causa do caso dos últimos atos do Delegado – que já não respeita as ordens de *habeas corpus*, burlando-as. Ele muito deseja ir para a Capital (...). Veja se o promove já.<sup>221</sup>

Provavelmente, Quinzinho intercedeu em favor do pedido de Meira Júnior, já que Laudelino foi promovido em maio do mesmo, por indicação de Washington Luís, para titular da 1ª Delegacia da Capital.<sup>222</sup>

---

<sup>219</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 56.

<sup>220</sup> MARTINS. *A civilização do delegado*, p. 94.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 101.

Em outra carta de Meira Júnior, descobrimos que as ações do delegado renegado influenciaram mais servidores à insubordinação ao coronel:

Acabo de ser informado que atual delegado regional vai entrar em gozo de férias (...). Em sendo assim, enquanto durarem as férias, o substituto dele será o comissário Dr. João Martins, o qual foi educado na escola de Laudelino e do qual os meus amigos tem queixas. Seria bom que renunciando o Dr. Barros Monteiro, o atual regional, viesse outro daí – com instruções de brandura no modo de tratar o pessoal de que eleitoralmente estamos dependendo. O que não convêm é por em exercício o Martins – que se acha moralmente obrigado a sustentar a ação do Laudelino (...) e continua a fazer o que fazia quando este era delegado.<sup>223</sup>

Ao que tudo indica, mais uma vez a interferência do coronel Quinzinho levou a troca de delegados para proteger seu eleitorado.

O novo delegado de polícia procurou-me domingo à noite para assentarmos a orientação a seguir sobre os assuntos que ultimamente nos tem causado algum incômodo. Chegamos a perfeito acordo parecendo-me que o problema ficou definitivamente resolvido para a política e a polícia e também para os amigos.<sup>224</sup>

Assim, Quinzinho parece ter se relacionado de alguma forma com os grileiros citados anteriormente pelo seu afilhado político Meira Junior, a quem ele parece querer proteger de delegados muito honestos.

Investigamos também uma possível ligação do coronel Quinzinho Junqueira com um notório bandido, Diogo da Rocha Figueira.

“Dioguinho”, como era conhecido, a quem se atribuía mais de cinquenta assassinatos, praticados entre os anos de 1894 e 1897, foi um dos mais notórios bandidos do interior de São Paulo. Sua figura já ganhou contornos de lenda, marcada pela fama de extrema crueldade, coragem e invulnerabilidade sobrenatural.

A história dos crimes de Dioguinho se mostrou tão interessante que já foi alvo de algumas pesquisas e romances. É de 1903 a publicação do livro “Dioguinho: narrativa de um cúmplice em dialeto”, do delegado Antônio de Godoi Moreira e

---

<sup>222</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>223</sup> MARTINS. *A civilização do delegado*, p. 102.

<sup>224</sup> Ibidem, p. 102.

Costa. João Amoroso Netto, outro Delegado de Polícia paulista, publicou uma série de artigos sobre Dioguinho no jornal *Diário da Noite*, em 1949, e o romance “Dioguinho: história completa e verídica do famoso bandido paulista”.<sup>225</sup>

Segundo Schneider, essas narrativas exploram o apelo emocional que a representação do homicida frio e violento suscita no leitor. Já o romancista e crítico literário Del Picchia, comentando seus estudos para compor o romance “Dente de Ouro”, referiu-se a Dioguinho como “o mais famoso e marcante chefe de bando” já conhecido. E recentemente surgiu o romance “Dioguinho: o matador de punhos de renda”.<sup>226</sup>

Quase todas as pesquisas envolvendo Dioguinho divergem em vários pontos de sua trajetória, sobre suas motivações para a vida de crimes, sobre quais assassinatos podem ou não ser imputados a ele e sobre sua suposta homossexualidade, mas todas concordam sobre o fato de o criminoso ter uma forte ligação com os poderosos do interior de São Paulo:

O jornal Estado de São Paulo rotulava-o como um “elemento de índole perversa” (...) que cortava o rosto das suas vítimas para que não fossem reconhecidas, arrancando as vísceras e esquartejando os corpos antes de jogá-los em algum rio. Segundo o jornal, Dioguinho era “protegido por alguns abastados fazendeiros do Oeste deste estado”.<sup>227</sup>

Dioguinho não era apenas mais um bandido, mas, sim, segundo os testemunhos, um homem violento que prestava serviços aos poderosos da região de Ribeirão Preto. Ele não vivia de roubos, trabalhava como oficial de justiça em São Simão, pelo que detinha a responsabilidade de preservar a ordem e se relacionar com outras autoridades:

Ele cuidava da cadeia, prendia, soltava e ia ao casamento de cidadãos influentes da região. Um processo de 1888 informa que Dioguinho e seu irmão eram amigos do juiz e do delegado. Nesse processo, onde ele foi acusado de espancar soldados, testemunharam a seu favor várias autoridades, deixando transparecer que a violência era um meio usual de

---

<sup>225</sup> SCHNEIDER. Além da Justiça: O homicida Dioguinho e seus cúmplices In: Londrina: *GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL*, p. 1.

<sup>226</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>227</sup> MARTINS. *A civilização do delegado*, p. 89.

impor ordem na zona rural, uma ordem que beneficiava os proprietários de terra e da qual gente como o Dioguinho fazia parte.<sup>228</sup>

Dioguinho foi longe demais e, depois de ter torturado e desfigurado Balbina Maria de Jesus, ex-amásia do fazendeiro Manuel Ferreira da Silva, uma campanha na imprensa paulista forçou as autoridades a caçar o bandido.

Em 1897, o chefe de polícia deu ordens para o delegado Antônio de Godoy capturar o terrível facínora. O delegado partiu para Ribeirão Preto com um destacamento da Força Pública. Depois de investigações e do cerco montado ao bandido em fuga, Dioguinho foi morto a tiros juntamente com seu irmão mais novo.

Em seus pertences, havia cartas e um diário com informações comprometedoras, que levaram à prisão de um deputado, um juiz de paz, um ex-delegado e alguns fazendeiros que deram abrigo ao fugitivo.

Mesmo indo a julgamento, os acusados acabaram inocentados em razão da atuação dos mais caros advogados e de certa ajuda de políticos do PRP.<sup>229</sup>

Um episódio ocorrido em 1889 relaciona o notório bandido Dioguinho com o coronel Junqueira. No seu livro *“São Simão: a história contada pelo povo”*, Júlio Chiavenato apresenta os acontecimentos relacionados à fuga do bandido conhecido como Cherubino, que foi libertado da prisão de São Simão pelo seu amigo Dioguinho.<sup>230</sup>

O bandido teria emboscado os guardas da cidade com seu grupo de capangas e teria surrado com grande violência esses soldados, levando, assim, à fuga do colega prisioneiro. Chiavenato apresenta um bilhete de Quinzinho entregue ao bandido onde ele “manda avisar a Dioguinho que a Justiça não é de confiança, embora o delegado seja nosso”.<sup>231</sup>

É bastante provável que o coronel Junqueira tenha usufruído dos serviços de Dioguinho e de outros homens como ele. Referências à utilização da força de capangas para o controle de certas situações está presente no cotidiano de quase todas as cidades brasileiras durante a Primeira República.

---

<sup>228</sup> MARTINS. *A civilização do delegado*, p. 89.

<sup>229</sup> Ibidem, p.91.

<sup>230</sup> CHIAVENATO. *São Simão, a história contada pelo povo*, p. 77.

<sup>231</sup> Ibidem, p. 92.

### 3.3: O CRIME DE CRAVINHOS

A sociedade ribeirão-pretana do início do século XX se deparou com um crime que assumiu grandes proporções na imprensa local e repercutiu até em jornais de circulação nacional, gerando tamanha controvérsia que foi tema até a produção de um filme. O episódio, que ficou conhecido como “O Crime de Cravinhos”, é bastante singular no que ele oferece para nos auxiliar a compreender o funcionamento de algumas relações de poder do coronel com os jornais da época, com o judiciário e as tensões e disputas de poder dentro de sua própria família.

O crime de Cravinhos teria sido planejado por Iria Alves Ferreira, uma das mais ricas e influentes sinhás da região, dona da fazenda Pau Alto, e que por muitos anos cultivou a imagem de ser uma das mais generosas e pias senhoras da alta sociedade ribeirão-pretana, sendo bastante conhecida pela sua ajuda nas obras de caridade e por sua participação ativa na Igreja Católica local. Ostentava, entre outros títulos, o de “Rainha do Café”, pela quantidade de pés de café que suas fazendas possuíam e pelo luxo em que vivia:

A “RAINHA DO CAFÉ”: - Cercada do aroma de flores raras e valiosa, residia defronte a um lago, em luxuoso ‘chalet’, na fazenda Pau Alto, Dona Iria Alves Ferreira (Iria Junqueira), que recebeu o título de ‘Rainha do Café’, formando com o Cel. Francisco Schmidt a famosa dupla real da cafeicultura mundial. Com cerca de 1.300 alqueires de terra, possuía 1.500.000 pés de café, que anualmente rendiam cem mil arrobas. A fazenda de D. Iria Alves Ferreira dispunha de energia elétrica para o trabalho noturno e contava com mais de 200 casas para residência dos trabalhadores. O seu café era jogado em um tanque cheio de água que por meio de canaletas cimentadas, levavam os grãos para o terreiro de secagem. Introduzindo processo novo, transportavam café para beneficiamento através de vagonetas que deslizavam sobre trilhos especiais.<sup>232</sup>

Cardoso de Mello dedicou sua pesquisa historiográfica a apresentar Iria Alves como um “coronel de saias”.<sup>233</sup>

Iria era cunhada de Quinzinho, ela se casou com o Cel. Luiz da Cunha Diniz Junqueira, irmão mais velho de Quinzinho, que, por ter sido o primogênito, foi o

---

<sup>232</sup> CIONE. *História de Ribeirão Preto*, p. 197.

<sup>233</sup> Para conhecer melhor a trajetória de Iria veja: MELLO. *Um “coronel de saias” no interior paulista: a “rainha do café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*, 2009.

herdeiro da maior parte das terras do pai e parece ter estado envolvido nos negócios da família desde muito cedo, ajudando sua mãe a administrar os bens da família. Foi vereador na terceira legislatura e presidente da Câmara de vereadores de Ribeirão Preto. O Coronel Luiz faleceu em 1896, deixando Quinzinho como líder da parentela Junqueira e a viúva Sinhá Iria com o controle de seus negócios e da fazenda Pau Alto.

A história real por trás do crime ainda é incerta. Ao que consta, Iria teria se juntado a Alexandre Silva, administrador geral de suas fazendas e homem de confiança por décadas, para possivelmente assassinar um francês que havia se casado com uma de suas filhas por interesse.<sup>234</sup>

A descrição do estado do corpo encontrado na prainha do espraído, próximo ao município de Cravinhos, é bastante reveladora da barbárie do crime.

22 de Maio de 1920. A polícia de Cravinhos recebeu a seguinte informação: um corpo fora encontrado na região do Espraído, (...). O cadáver era um homem que parecia ter sido assassinato na véspera e carregava traços assustadores, pois o rosto havia sido descarnado, as orelhas e a língua cortadas, além de mutilações percebidas no crânio e ferimentos e perfurações nas costas e no ventre.<sup>235</sup>

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 13 de agosto de 1920, após as primeiras investigações e interrogatórios com indivíduos suspeitos da região, os delegados chegaram até os autores do crime, José Sant'Anna e Antônio Sant'Anna, seu filho, mais Romualdo Serapião e Praxedes José da Silva, descritos como dois “pretos”. Depois de mais interrogatórios e depoimentos contraditórios, entregaram mais dois companheiros e apontaram os dedos para o administrador de fazenda Alexandre Silva e a “Rainha do café” Iria Alves Ferreira.<sup>236</sup>

Jorge resgata as notícias sobre o conteúdo dos depoimentos dos acusados do crime:

Lia-se no jornal que na noite de 21 de maio, por volta das oito horas, todos os envolvidos se encontraram na sede da fazenda Pau Alto, de d. Iria, onde,

---

<sup>234</sup> JORGE. *O crime de Cravinhos...*, p. 9.

<sup>235</sup> MELLO. *Um “coronel de saias” no interior paulista*, p. 160.

<sup>236</sup> Ler o artigo intitulado “O crime de Cravinhos”, Jornal *O Estado de São Paulo*, 13.08.1920, p.5. In: JORGE. *O crime de Cravinhos*, p. 9.

em um dos quartos, dormia um homem branco, de cabelos pretos, apresentando entre 25 e 30 anos. E foi no quarto, deitado em sua cama, que ele foi morto.

A ordem partiu de Alexandre Silva e foi prontamente atendida pelos comparsas, iniciando a agressão José Leme Sant'Anna com um cabo de relha. A vítima foi trucidada com golpes de faca, machadinha e pancadas. Virgíneo Bim<sup>237</sup> e Iria Alves assistiram à cena da porta do quarto.

Depois disso, os criminosos lavaram o cadáver, trocaram suas roupas e o transportaram para uma carroça, onde foi coberto com sacos velhos, capim e uma colcha. O veículo era conduzido por Justino de Oliveira, carroceiro que trabalhava e residia na própria fazenda Pau Alto. Alexandre Silva ordenou então que Justino, Serapião, José, Antônio e Praxedes arremessassem o corpo no rio Pardo e eles para lá seguiram, através de atalhos conhecidos pelo carroceiro.

Ao chegarem ao Espraiado, contudo, vendo que não poderiam alcançar o rio porque era alta madrugada deliberaram deixar ali mesmo o corpo, que mais tarde foi encontrado por dois carroceiros, quando retiravam lenha naquele lugar.<sup>238</sup>

As notícias sobre o crime estavam estampadas nos jornais da época. Um periódico, em especial, parece ter realizado as críticas mais severas. Chamava-se *O Parafuso*, editado por Benedito de Andrade, que chegou a publicar até mesmo trabalhos do então principiante Monteiro Lobato, de quem era amigo.

Benedito de Andrade dedicou muitas de suas páginas para acusar Iria de assassinato, chamando-a de “Rainha dos bandidos”, e para denunciar todo tipo de abuso da “Junqueira”.<sup>239</sup>

---

<sup>237</sup> Virgíneo Bim, citado no artigo de jornal, era o administrado da fazenda Santa Rosa de propriedade das netas de Iria Alves Ferreira

<sup>238</sup> JORGE, *O crime de Cravinhos...*, p. 8.

<sup>239</sup> Jornal *O Parafuso*. Anos 1918/1920. Fonte: APHRP.



Figura 8 – Capa do jornal *O Parafuso* do dia 15 de dezembro de 1920<sup>240</sup>

<sup>240</sup> *O Parafuso*. 15 dez. 1920. Fonte: APHRP.



Na imagem da figura 8, podem-se ler as seguintes palavras:

No alto: Sinhazinha Junqueira, 1.<sup>a</sup> esposa do Dr. Matheus Chaves, 2.<sup>a</sup> idem do Sr. Francisco Junqueira, 3.<sup>a</sup> idem, do Sr. Hermínio Ferreira, 4.<sup>a</sup> idem, do Sr. José Davidoff e em últimas núpcias do ex-príncipe Kaká.

No centro: Alphonse Delforge, oficial do Exército francês, barbaramente assassinado na Fazenda Pau Alto, em Ribeirão Preto.

Em baixo: a Rainha dos Bandidos, a autora principal do banditismo de que foram personagens Praxedes, Romualdo e Sant'Anna (pai e filho).<sup>241</sup>

O *Parafuso* acusava abertamente Iria Alves de ser a mandante do crime. A vítima seria Alphonse Delforge, um oficial do exército francês que teria se casado com uma das filhas de Iria Alves, Innocência Junqueira, enquanto ela residia em Paris e cursava seus estudos.

Essa história de amor não teria sido bem sucedida, pois a jovem desconfiava que os interesses do francês não fossem tão românticos quanto econômicos. Ela teria retornado para o Brasil pouco depois de ter se casado com ele e nunca mais se falou no tal marido francês.

Até que depois de anos, Alphonse teria vindo receber a parte que lhe cabia da fortuna da “Rainha do café” e teria sido assassinado por sua ganância.<sup>242</sup>

Cabe citar que o Crime de Cravinhos repercutiu tanto na sociedade ribeirão-pretana que ainda hoje se podem notar memórias e reverberações dele, como no caso do romance de Júlio José Chiavenato, *Coronéis e Carcamanos*<sup>243</sup>, em que ele romanceia a “história” de Ribeirão Preto no tempo dos coronéis. Vejam sua criação da cena do assassinato:

À tardezinha daquele domingo o francês chegou à sede do Pau Alto.

Sinhá Frágoso recebeu-o com um leve abraço. Era o genro da Rainha do Café. Tinha se casado na França com a sua filha e depois da morte da mulher e do sogro, veio para o Brasil esperando receber sua parte da herança. Via a matrona pela primeira vez. Ela não falava francês, ele não sabia português, mas os dois entendiam o porquê da visita.

---

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> JORGE. *O crime de Cravinhos...*, p. 11.

<sup>243</sup> CHIAVENATO. *Coronéis e carcamanos*.

Sentou-se na varanda, olhou os campos e recolheu-se ao quarto de hóspedes. Repousava depois do banho e nem viu como começou. Três homens invadiram o cômodo e moeram-lhe o corpo de pancadas. Usaram cabo de chicote, faca e uma pequena foice. Esfaquearam-no dezenas de vezes. Degolaram. Furaram. As mãos dos assassinos subiam e desciam entre facadas e foiçadas. O sangue tingiu o ambiente.

Assassinado o herdeiro, era preciso livrar-se do cadáver. Sob as ordens do capitão Alexandre Silva, os homens despiram o defunto.

Com a pequena foice picaram-lhe a cara, fraturando os ossos. Com a faca afiada descarnaram o rosto, tiveram o cuidado de arruinar as impressões digitais. O cabo de rebenque voltou a cair na face morta, para não ficar possibilidade alguma de reconhecimento. Vestiam-no com roupas toscas de lavrador; até um botinão amarelo enfiaram-lhe nos pés.

Amarraram várias pedras no corpo, para de madrugada jogá-lo no rio Pardo. Era uma longa jornada, atrasaram-se apagando os vestígios do crime e o sol encontrou-os, empurrando a carriola com o defunto, ainda no Espraiado. Medrosos de serem vistos por algum trabalhador, resolveram enterrá-lo ali mesmo. Foram cinco os assassinos contratados pelo capitão Alexandre Silva: José Sant'Anna, Antônio Sant'Anna, Praxedes José da Silva, Justino de Oliveira e Romualdo Serapião. Tiveram azar, porque um bêbado os viu. A polícia desenterrou o cadáver e a embriagada testemunha contou ao jovem e inexperiente delegado quem eram os criminosos.<sup>244</sup>

Por se tratar de uma obra de ficção, vemos que há a troca de alguns nomes, mas outros são citados com precisão. Foi justamente nessa mistura de fato e ficção é que o Crime de Cravinhos ganhou contornos de lenda e diferentes versões.

Como a história contada no livro *Crimes à moda antiga*, escrito por Valêncio Xavier, em que a intriga começa alguns anos antes do crime. Nenê Romano, uma cocote que morava num bairro aristocrático de São Paulo, lá pelos idos de 1918, detinha um palacete elegante na Rua Bento de Freitas, lugar onde a vida noturna queimava, enquanto sua voz e a de seus convivas cantavam ao piano, usufruindo da beleza de “seus salões decorados à moda oriental, em coxins caprichosos”, onde se “fumavam, ópio, aspiravam cocaína ou praticavam o amor, tudo segundo o figurino de Paris”.<sup>245</sup>

---

<sup>244</sup> CHIAVENATO. *Coronéis e carcamanos*, p. 150.

<sup>245</sup> XAVIER. *Crimes à moda antiga*, p. 163.

Nessa versão da história, a moça que se casa com um francês de boa figura, mas de más intenções, é Maria Eugênia, neta de Iria Alves Ferreira, sobrinha neta do coronel Quinzinho, conhecida como Sinhazinha Junqueira.

Em 1918, Sinhazinha já havia abandonado o francês e retornado ao Brasil e a sociedade paulistana comentava que a Sinhazinha tinha por namorado um influente político bem sucedido, que alguns apontam como o secretário de governo Rodolfo Miranda.<sup>246</sup>

Tudo iria bem até Nenê Romano cruzar o caminho de Sinhazinha Junqueira:

Numa tarde de Carnaval, quando Nenê Romano fazia o curso na Avenida Paulista, um político bem-sucedido atira-lhe um bilhetinho marcando o encontro. E o político bem-sucedido passa a frequentar o palacete da cocote e esquece a filha da Rainha do Café. Nenê Romano arranjou uma rival perigosa. Duas amigas suas, assistindo a uma sessão no Cinema Central, ouviram sinhazinha Junqueira, no camarote ao lado, afirmar que se vingaria da afronta. Sinhazinha escreve para dona Iria pedindo que sua mãe mande homens da fazenda Pau Alto para castigar Nenê Romano. Procura também, várias vezes, o médico João Procópio, pedindo vitriolo para ela atirar no rosto de Nenê Romano, ou que arranje algum paciente sífilítico para contaminar a cortesã. O médico se recusa.<sup>247</sup>

Cardoso segue com a análise do livro de Xavier que nos revela o destino trágico de Nenê Romano e de sua rival Sinhazinha Junqueira:

De fato, seguindo a narrativa de Xavier, Nenê Romano foi atacada, sofrendo golpes de navalha no rosto. Porém, a vitória de Sinhazinha não fora comemorada a contento graças a uma fatalidade. Depois de *“executada a empreitada, os dois agressores, Ignácio Alves e Marcos Vioti, retornam à casa dos Junqueiras... e prestam conta a sinhazinha”*

- O serviço está feito.

Tal impressão cruzou essa comunicação que o sangue subiu à cabeça de sinhazinha, causando-lhe fortes dores e, depois, paralisia facial: todos os sintomas, enfim, de congestão cerebral, conforme atestaram os médicos João Procópio e Edmundo Carvalho. A satisfação de ter marcado para sempre o belo rosto de sua rival pouco serviu para sinhazinha Junqueira;

---

<sup>246</sup> XAVIER. *Crimes à moda antiga*, p. 163.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 164.

não vai sobreviver muito tempo. Em 23 de janeiro de 1919, morre vitimada pela gripe espanhola.<sup>248</sup>

A morte prematura da Sinhazinha Junqueira teria sido noticiada ao tal marido francês, que resolveu vir ao Brasil para receber sua parte da herança da mulher e teria tido o fim trágico ao se confrontar com os Junqueira.

Apesar da incerteza sobre os detalhes do crime, podemos afirmar que sua repercussão foi grande e o coronel Quinzinho logo começou a se mobilizar para proteger o nome de sua família e impedir que sua cunhada fosse mais difamada pela mídia. Para isso, mobilizou seus aliados e nomeou como advogados responsáveis pelo caso Camilo de Moraes Mattos, Meira Junior e Fábio de Sá Barreto.

Uma primeira atitude foi a de noticiar publicamente a declaração de inocência de Iria, que negou até o fim de seus dias qualquer participação no assassinato. O segundo passo foi impedir que as acusações continuassem nos jornais e na mídia em geral:

Em meados de setembro, contudo, tais reportagens foram interrompidas. A partir de então, o que O Estado de São Paulo veiculava, com bastante destaque, era principalmente a matéria paga dos advogados de defesa e uma série de artigos favoráveis a Iria Alves Ferreira, publicados em outros jornais, e que, selecionados por Paulo Duarte, eram reproduzidos em suas páginas. Fossem eles do Diário Espanhol, da Gazeta ou qualquer outro periódico, a mensagem era inequívoca.<sup>249</sup>

Além de coibir as reportagens acusatórias, Quinzinho encomendou uma série de reportagens nos jornais aliados, como o jornal *A Cidade*, para divulgar todas as “incoerências e absurdos” das acusações, chegando a deixar implícito que os “inimigos políticos dos Junqueira seriam os maiores beneficiados com tais calúnias”<sup>250</sup>.

Os advogados responsáveis pelo caso noticiavam quase que diariamente nos jornais aliados aos Junqueira à inocência de Iria Alves. Eles “denunciavam irregularidades e abusos nas investigações da polícia e indicavam falhas e

---

<sup>248</sup> MELLO. *Um “coronel de saias” no interior paulista*, p. 165.

<sup>249</sup> JORGE. *O crime de Cravinhos*, p.119.

<sup>250</sup> Jornal *A cidade*, 25 maio 1922.

contradições no inquérito daí resultante, e, a cada prova acusatória, ofereciam uma contraprova”.<sup>251</sup>

Não podemos ter certeza sobre o real envolvimento de Iria no assassinato ou em quaisquer outros crimes, mas podemos afirmar que o ataque da oposição à Iria era uma maneira de atingir Quinzinho.

O coronel, se não é o único, é, por certo, um dos principais protagonistas de um processo de rachadura social, econômica e política, processo de penetração do moderno em estruturas sociais anquilosadas. E ele é, sem dúvida, a sua maior vítima.<sup>252</sup>

Em sua defesa, Quinzinho mobilizou todo o poder dos Junqueira, atuando junto ao PRP no sentido de favorecer o julgamento da acusada com a substituição de juízes e promotores, além de, logicamente, lançar mão de bons advogados, como Fábio Barreto.<sup>253</sup>

Em uma carta do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira para seu advogado Fábio de Sá Barreto, podemos ter uma breve noção de como sua atuação na defesa de Iria – e, por extensão, da honra dos Junqueira – foi vista pelo chefe político:

6/06/1922.

São Paulo.

Caro amigo Barreto.

Quero mais uma vez agradecer pelos préstimos e impecável realização dos deveres. Não irei jamais esquecer o companheiro fiel que se mostrou ser nessas horas de trevas, sem jamais pedir nada em troca além de minha amizade.

Vislumbro para você um caminho de grandes realizações, tenha em mim um amigo fiel que sempre paga suas dívidas.

Do seu amigo velho Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.<sup>254</sup>

Barreto era um dos advogados pessoais do Coronel Quinzinho e, após inocentar Iria Alves, ganhou as boas graças do coronel. Ele já havia sido vereador

<sup>251</sup> JORGE. JORGE. *O crime de Cravinhos*, p.103.

<sup>252</sup> VILAÇA; ALBUQUERQUE. *Coronel, coronéis*, p.19.

<sup>253</sup> JORGE. *O crime de Cravinhos*, p.124.

<sup>254</sup> ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo: Acervo particular *Joaquim da Cunha Diniz Junqueira*; Grupo; Correspondências; Subgrupo: carta 34 (06/06/1922).

na cidade nas eleições de 1905, mas foi forçado a renunciar em 1906, por acusações de fraudes eleitorais. Quinzinho então o indicou para um cargo de lente do Ginásio do Estado (atual escola Otoniel Mota), na cadeira de Aritmética e Álgebra.

Em 1924, elegeu-se deputado federal com total apoio do PRP, tornando-se, em 1925, membro da direção local do partido juntamente com Quinzinho. Durante o governo de Júlio Prestes de Albuquerque (1927-1930), ocupou a pasta de Secretário do Interior. Sua carreira política se solidificou e:

Assumiu o posto de Prefeito Municipal, em caráter interino em 1936, foi efetivado no cargo pelo então Interventor do Estado Adhemar Pereira de Barros em 1939, permanecendo até 1944. No período que exerceu o cargo de Prefeito executou inúmeras melhorias e benfeitorias na cidade, entre as quais: instituição do Bosque Municipal, criação do Zoológico e Orquidário, remodelação da Praça XV de Novembro e construção da Fonte Luminosa, arborização da Avenida 9 de Julho, reforma e arborização das Praças Santo Antônio, Luiz de Camões e Coração de Maria, apoio para fundação do Aeroclube, construção da Avenida Francisco Junqueira, etc.

Fábio Barreto solicitou afastamento do cargo de Prefeito em 03 de março de 1944, mas atendendo aos pedidos do Interventor do Estado (Governador), Sr. Fernando Costa e do então Prefeito de Ribeirão Preto, Sr. Alcides de Araújo Sampaio, continuou administrando e gerenciando o Bosque Municipal. Foi durante este período que Fábio Barreto terminou as obras de reforma do Orquidário e inaugurou o Aquário Municipal.

Durante o período de 1944 a 1948, foi advogado do Banco do Estado de São Paulo em Ribeirão Preto.<sup>255</sup>

Fábio de Sá Barreto hoje se encontra homenageado em Ribeirão Preto com nomeações de avenidas, escolas e do Bosque Municipal. É plausível pensarmos que a influência do coronel o tenha ajudado nessa escalada em sua carreira.

O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou improcedente a denúncia contra Iria Alves Ferreira, libertando-a sem a necessidade de julgamento, assim como o administrador geral de suas fazendas Alexandre Silva. No entanto, Praxedes, Justino, Romualdo e os Sant'Anna ainda permaneceram presos.<sup>256</sup>

<sup>255</sup> In <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/biblioteca/governantes/biografias/i99fabio.htm> acessado em 15/06/2014.

<sup>256</sup> JORGE. *O crime de Cravinhos: oligarquia e sociedade em São Paulo*, p.121.

Iria Alves Ferreira, conhecida anteriormente como a “rainha do café”, teve de viver com o estigma da acusação de assassinato mesmo depois de inocentada sem julgamento. Nunca mais voltou a pôr os pés em Ribeirão Preto, viveu no palacete Junqueira, em São Paulo, em um exílio até o fim de seus dias. Sabemos que ela tentou recuperar seu antigo prestígio, como se pode notar pelo teor de sua carta a Washington Luís:

Já não é a primeira vez que eu venho à presença de V. Ex.<sup>a</sup> implorar num apelo dolorido ao seu coração de pai amantíssimo, um momento de atenção para o meu sofrimento. Já não é mais ao Chefe de Estado que imploro justiça: é uma súplica de mãe na sua desgraça desamparada! V. Ex.<sup>a</sup> que talvez ainda tenha Mãe e Pai, medite um pouco na dor cruciante que me empolga a dois anos, vendo o sofrimento dos filhos que me rodeiam, quando as crianças me apontam na rua!... As horas passam para mim como lustros e os dias como séculos! E que dias! Dias sem luz porque vejo apenas as trevas que envolvem a minha dor, as trevas que alumbram este caso misterioso que me sepultou em vida, encarcerada na sociedade depois de infamada, caluniada e flagiciada como uma ré criminosa a quem se deu a liberdade por comiseração e por piedade! Está em mãos de V. Exa. um relatório completo relativo a este negregoso ‘crime de Cravinhos.’ Soube que meu filho foi pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que se interessasse por este caso triste que me tem enchido a vida de amarguras (...) Pois bem: venha juntar ao pedido dele, em caráter privativo, a minha súplica dolorida, nesse transe desesperado da minha existência nunca descri das energias e da firmeza do seu caráter e conto os dias do governo de V. Exc.<sup>a</sup> com uma alvoroçada aflição, porque, a mim se me afigura que, findo o seu quadriênio, pesará a atmosfera de desinteresse, o silêncio que verá apagar no meu coração a crença, a esperança que eu deposito em V. Ex.<sup>a</sup> de se desvendar essa trevosa história que me envenenou para sempre os dias, e me fez passar com meus filhos o mais doloroso calvário que criatura humana jamais passou”;<sup>257</sup>

O coronel Junqueira ainda tinha contas a acertar com os acusadores: “o delegado Accácio Nogueira perdeu o posto de chefe do Gabinete de Investigações e

---

<sup>257</sup> Carta de Iria Alves Ferreira para Washington Luís de 27 de setembro de 1922. AWL. In: JORGE. *O crime de Cravinhos: oligarquia e sociedade em São Paulo*, p. 131.

Capturas, Silva Carvalho, o delegado regional de Ribeirão Preto, foi transferido. O subdelegado Ramos foi demitido”.<sup>258</sup>

Benedito de Andrade, mais conhecido como Baby de Andrade, o corajoso e sarcástico editor de *O paraíso*, foi assassinado a tiros num bar da rua XV de Novembro, em São Paulo, por três homens armados com revólveres.<sup>259</sup>

Não podemos afirmar que seu assassinato esteja ligado diretamente com sua campanha de difamação dos Junqueira, afinal, eles não eram os únicos poderosos que ele conseguiu provocar.

Durante os eventos iniciados pelo julgamento do crime do espiado, como também ficou conhecido, identificamos que Quinzinho usou sua ligação com Washington Luís, que na época era Presidente do Estado de São Paulo, para auxiliá-lo na campanha para inocentar Iria e limpar o nome Junqueira. Em uma carta a Fábio Barreto, o coronel comenta a ajuda do amigo governador e aponta que, como pagamento pela ajuda, ele iria apoiar à candidatura de Washington a presidência da República:

Prezado amigo Dr. Fábio.

Afetuosas saudações.

Acabo de receber uma carta de 25 do corrente que me tranquilizou bastante em relação ao caso do espiado.

Pelas atenções que o Dr. Washington tem dispensado ao nosso Ribeirão Preto, entendo que uma zelação á sucessão presidencial que já estão movimentando em São Paulo o nosso dever é acompanhar a qualquer que seja o caminho que ele tomar, é esse um meio de corresponder as tais atenções e provas de amizade, se eu neste caso errar, pelo menos darei a um amigo, provas de gratidão.

Abraços do amigo velho

Joaquim da Cunha D. Junqueira.<sup>260</sup>

Mais uma vez nos deparamos com um momento onde Quinzinho parece apontar que para ele não havia tanta diferença entre seus aliados políticos e seus amigos particulares, parece ter sido muito mais orientado pela noção de

---

<sup>258</sup> MELLO. *Um “coronel de saias” no interior paulista*, p.173.

<sup>259</sup> SIMÕES. *Roteiro da intolerância*, p. 23.

<sup>260</sup> ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo: Acervo particular *Joaquim da Cunha DinizJunqueira*; Grupo; Correspondências; Subgrupo: carta 41 (25/07/1922).



lealdade a amigos que o ajudaram do que às escolhas partidárias e manobras políticas.

### **3.4. A REVOLTA TENENTISTA E O PERDÃO DO CORONEL JUNQUEIRA**

A revolta militar, comandada pelo general Isidoro Dias, na cidade de São Paulo, em 1924, teve repercussões em Ribeirão Preto.

Conhecida por alguns como a Revolução Esquecida, essa revolta militar é vista como a segunda revolta tenentista e foi o maior confronto bélico da cidade de São Paulo. Deflagrada na capital paulista em 5 de julho de 1924 (2º aniversário da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana e da primeira revolta tenentista), a revolta ocupou a cidade por 23 dias, forçando o presidente do estado, Carlos de Campos, a fugir para o interior de São Paulo, depois de ter sido bombardeado o Palácio dos Campos Elísios, sede do governo paulista na época.<sup>261</sup>

O caos causado pelos revoltosos – que ocuparam a capital paulista durante vinte dias, chegando a bombardear o Palácio dos Campos Elíseos, sede do governo do estado na época – se alastrou para várias cidades do interior do estado de São Paulo, onde existiam militares e civis que simpatizavam com os anseios das tropas revoltosas, mas foi prevenido pela atitude do governo municipal de organizar uma milícia para auxiliar as mínimas forças policiais leais ao governo federal. Mantiveram a manterem sem muitos conflitos, apesar de haver simpatizantes da revolta na cidade, como os diretores do jornal A Tarde.

O tenentismo é o aspecto ideológico da revolta de uma nova geração: desde a questão militar do Império, o exército se bate contra a ordem política civil. Esta luta sofre altos e baixos, divide as forças armadas entre “políticos” e profissionais, leva-os ao poder duas vezes – logo no início da República e em 1910- é declarada ou latente. O jacobinismo florianista, as revoltas de 1895, 1897, 1904, 1910, 1914, 1915 e de 1919 em diante, somadas a outros movimentos menores são sinais de uma problemática continua. As questões levantadas são várias; mas uma é permanente, a crítica aos civis, á sua inépcia e incapacidade. Porém, todas as vezes que eles sobem ao poder é para repetir os erros criticados e acabar entregando o poder a estes mesmos civis a quem eles criticam.

---

<sup>261</sup> Para mais informações sobre a revolta veja: SEGATTO. *A Light e a Revolução de 1924*, 1987.

O manifesto citado é um dos três da época da revolução de 1924 em São Paulo: é de 10 de Julho de 1924.<sup>262</sup>

Entre as principais reivindicações dos tenentes, havia a reivindicação do voto secreto, a fim de extinguir o "voto de cabresto" e acabar assim com o poder dos coronéis. Quando os conflitos chegaram ao fim e a revolta foi derrotada, um grupo de ex-revolucionários refugiou-se na cidade. O governo federal, caçando os revoltados, enviou um representante até o município. Naquele contexto, ocorreu uma reunião na residência do coronel Quinzinho. Em busca de uma lista de adversários e indesejáveis para serem punidos, o chefe de polícia apresentou ao coronel a lista com o nome de todos os que mereciam punição. Mas, segundo relatos, depois de analisar demoradamente a lista, Quinzinho a queimou, para espanto de todos, e respondeu: "eu não tenho inimigos".<sup>263</sup>

Este ato, considerado "nobre", seria lembrado ainda por muitos anos, tanto pelos seus amigos quanto por seus adversários. Seu caráter pouco vingativo era também inspirado por uma atitude inteligente de reconhecer os limites de seu poder e as vantagens de construir essa imagem de homem de caráter, que, como um pai, é capaz de perdoar:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência, constantemente ameaçada. O poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificativa racional.

Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial.<sup>264</sup>

As formas como se faziam política no Brasil estavam mudando e essas mudanças refletiram-se na maneira que se conduzia Ribeirão Preto. O perfil dos candidatos havia mudado nas últimas eleições: ao invés de serem fazendeiros e grandes proprietários de terras a presença majoritária dos candidatos era de magistrados e médicos. Isso é sintomático da formação de um grupo político urbano

---

<sup>262</sup> CARONE. *A República Velha: instituições e classes sociais*, p. 345.

<sup>263</sup> A Cidade, Ribeirão Preto, 19 jun. 1956, p. 22.

<sup>264</sup> BALANDIER. *O contorno: poder e modernidade*, p. 7.

e da participação das classes médias nos processos eleitorais e partidários. Entretanto, a mudança se processava sob as hostes da tradição, com Quinzinho da Cunha no controle.

Também é interessante notar que João Rodrigues Guião, que no ano seguinte fundaria o Partido Democrático, aparece como membro da direção local do PRP, submetido, portanto, ao mando do coronel Junqueira, o que expõe o fato de sua amizade com o coronel conferir legitimidade suficiente para mantê-lo nos altos escalões do poder municipal, chegando ao cargo de prefeito, que exerceu de 1920 a 1926. Sendo indicado por Quinzinho novamente em 1929, foi destituído com a Revolução de 30.

Apesar de ser oposição ao PRP no estado e no município, mantinha-se coligado aos Junqueira, o que permitia seu acesso a cargos de confiança na política local. Um caso típico aonde as contradições das relações públicas se resolviam no âmbito privado.<sup>265</sup>

Passada a revolução tenentista, quando tudo parecia ter “voltado aos trilhos”, outro embate importante ocorreu. A Comissão Diretiva do PRP em nível estadual, quebrando a tradição de décadas, indicou os candidatos a deputado estadual diretamente, sem antes consultar os diretórios regionais. A reação do ofendido coronel foi intensa, demonstrando aos inimigos sua verdadeira face combativa quando esses o desrespeitavam.

Quinzinho renunciou a seu cargo de chefe do diretório e enviou uma inflamada mensagem à Comissão: “o direito de indicar candidatos à Câmara dos deputados é uma prerrogativa incontestável dos diretórios (...). A violação dessa prerrogativa constitui golpe decisivo contra a autoridade política e moral dos diretórios. O prestígio de Quinzinho era tão grande que essa notícia foi veiculada pelos jornais de São Paulo como: “explodiu como uma bomba (...) nos círculos políticos (...)”. Outros diretórios locais de municípios de todo o estado renunciaram em solidariedade à posição tomada pelo chefe de Ribeirão Preto.<sup>266</sup>

Com a oposição de Quinzinho à eleição, mesmo com os locais de votação abertos e funcionando normalmente, apenas 25 pessoas votaram contrariando a vontade do coronel Junqueira.

---

<sup>265</sup> GODOY. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*, p. 161.

<sup>266</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p.72.

Joaquim da Cunha só voltaria à sua posição dentro do diretório local quando, em 1927, a Comissão Diretiva do Estado decidiu que iria endossar a candidatura de Fábio de Sá Barreto, seu homem de confiança e afilhado político, para a cadeira de deputado da Câmara Federal, fazendo assim valer sua vontade dentro do partido e garantindo que sua influência voltaria a favorecer os planos da Comissão.

No período em que esteve fora do cargo de chefe do Diretório local, o coronel Junqueira viu nascerem outras forças políticas dentro da sua cidade.

Com um número imenso de imigrantes, principalmente italianos, Ribeirão Preto foi influenciado por ideologias trazidas da Europa, como grupos ligados ao anarquismo, que organizaram movimentos importantes dentro da cidade, como as greves de 1912 e 1913.

A criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, e as várias organizações sindicais, que tiveram uma atuação expressiva, principalmente em São Paulo, influenciaram a criação, em 1925, da União Geral dos Trabalhadores, em Ribeirão Preto. Esse era o principal sindicato ligado às ideias, no princípio, anarquistas e, depois, socialistas, que organizariam os primórdios do PCB em Ribeirão Preto.<sup>267</sup>

Mas a esquerda não era a única a tentar fincar raízes na cidade. Em 1926, um grupo de italianos organizou o Partido Fascista, que obteve alguma adesão, já que publicavam artigos sobre as ideias de Mussolini no jornal *A Tarde*. Alguns anos mais tarde, já na década de trinta, com Vargas no poder, esse grupo se transformou e agregou um número grande de novos simpatizantes, não mais apenas italianos, mas a maioria de sobrenome português. Esse partido se tornou o Partido Integralista, que teve muita influência nessa década na cidade, chegando a lotar o Teatro Pedro II, símbolo da cidade de Ribeirão Preto, em seus encontros e palestras.<sup>268</sup>

No entanto, o partido de oposição mais importante na época era o Partido Democrático, que também surgiu em 1926. Em Ribeirão Preto, a inauguração contou com grande pompa e circunstância. Houve desfile, banda, 21 saraivadas de

---

<sup>267</sup> Mais informações sobre os movimentos anarquistas e comunistas, as atuações nas greves e criação da UGT, veja MATTIOLI. Os desprezíveis: anarquistas em Ribeirão Preto. ROSA. *Comunistas em Ribeirão Preto: uma experiência com História Oral*.

<sup>268</sup> Mais informações sobre o movimento integralista em: SANTOS. Eduardo Consolo dos. *Movimento Integralista em Ribeirão Preto*.

tiros de morteiro, elegantes discursos, proferidos pelos membros locais e por membros da Comissão Diretiva do Partido Democrático Estadual. O PD foi o único partido a trazer ameaças reais aos mandos políticos na cidade, pois sua proposta atraía jovens inteligentes e idealistas, que gostaria de trabalhar por uma política mais justa. Suas ações demonstravam essa busca por um sistema mais representativo; houve eleições abertas para a escolha de seus dirigentes, utilizando o voto secreto e campanhas extensivas para angariar afiliados, modos muito diferentes das tradições do PRP.

Apesar de trazer um novo vigor para as disputas políticas, o PD não foi um sucesso, e, apesar de se sair melhor nas eleições estaduais e federais, não foi capaz de eleger um candidato sequer à Câmara de Ribeirão Preto nas suas primeiras eleições, em 1928. Seu maior mérito foi conseguir extrair um tom mais humilde e democrático dos boletins do Diretório Municipal, que se viu obrigado a realizar um esforço maior, com carretas e medidas mais abrangentes para conseguir seus eleitores.<sup>269</sup>

Todas essas novas forças políticas, tanto em âmbito local, quanto em âmbito nacional, demonstram que o sistema político da denominada República Velha dava claros sinais de desgaste, em uma sociedade cada vez mais urbana, que se movia ao ritmo do crescimento de outras atividades ligadas à indústria e ao comércio; conforme a sociedade ganhava novos contornos, sobre os antigos chefes pairava uma sombra de anacronismo e fraqueza.

### **3.5. A CRISE DA ECONOMIA CAFEIEIRA**

Desde o início, no campo da economia, o café dava sinais de que seu mercado era próspero, mas, como todo mercado, estava sujeito a grandes oscilações: as periódicas quedas de preços faziam os termos “valorização” e “defesa” aparecerem cada vez mais nas conversas da elite. Logo, vieram as políticas de proteção aos cafeicultores, como as adotadas no Convênio de Taubaté, ainda em 1906, no qual os próprios cafeicultores realizavam interferências para manter o preço do produto em alta.

Depois, em 1924, a participação do Estado e a política de socialização das perdas forçava a subida artificial dos preços no mercado internacional pelas

---

<sup>269</sup> WALKER. . *Dos Coronéis à Metrópole*, p. 75.

compras de parte da produção; prática que seria comum e, momentos depois, seria vital para manter as fortunas do café, assim como as políticas cambiais que desvalorizavam a moeda brasileira, tentando garantir uma balança comercial favorável e atraente às exportações.<sup>270</sup>

O primeiro esquema de valorização teve de ser posto em prática pelos estados cafeicultores - liderados por São Paulo - sem o apoio do governo federal. Diante da relutância deste último, os governos estaduais - aos qual a descentralização republicana concedera o poder constitucional exclusivo de criar impostos às exportações - apelaram diretamente para o crédito internacional e puseram em marcha o projeto. Essa decisão lhes valeu a vitória sobre os grupos opositores. O governo federal teve finalmente que chamar a si a responsabilidade maior na execução da tarefa. O êxito financeiro da experiência veio consolidar a vitória dos recalcitrantes que reforçaram o seu poder e por mais um quarto de século – isto é, até 1930 - lograram submeter o governo central aos objetivos de sua política econômica.

O plano de defesa elaborado pelos cafeicultores fora bem concebido. Sem embargo, deixava em aberto um lado do problema. Mantendo-se firmes os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados. E também era óbvio que os negócios do café continuariam atrativos para os capitais que nele se formavam. Em outras palavras, as inversões nesse setor se manteriam em nível elevado, pressionando cada vez mais sobre a oferta. Dessa forma, a redução artificial da oferta engendrava a expansão dessa mesma oferta e criava um problema maior para o futuro. Esse perigo foi perfeitamente percebido na época. Entretanto, não era fácil contorná-lo. A solução, aparentemente, estaria em evitar que a capacidade produtiva continuasse crescendo, ou que crescesse mais intensamente como efeito da estabilidade dos preços num nível elevado. As medidas tomadas nesse sentido foram, porém, infrutíferas. Teria sido necessário que se oferecessem ao empresário outras oportunidades, igualmente lucrativas, de aplicação dos recursos que estavam afluindo continuamente a suas mãos sob a forma de lucros. Em síntese, a situação era a seguinte: a defesa dos preços proporcionava à cultura do café uma situação privilegiada entre os produtos primários que entravam no comércio internacional. A vantagem relativa que proporcionava esse produto tendia, conseqüentemente, a aumentar.<sup>271</sup>

---

<sup>270</sup> FURTADO. *Formação do Econômica do Brasil*, p. 252.

<sup>271</sup> *Ibidem*, p.142.

Assim, motivados pela ideia de que o controle do governo garantiria a prosperidade dos negócios do café, a elite de cafeicultores paulistas deu menos atenção do que deveria aos sinais da crise de mercado que se aproximava, e, em vez de diversificar os investimentos em outros setores, continuaram com a expansão dos cafezais.

Em um telegrama de Quinzinho, endereçado a Washington Luís, então presidente do Estado de São Paulo, vemos a aposta que os fazendeiros faziam de que o controle político pudesse lhes garantir políticas favoráveis ao plantio de café:

Ribeirão Preto 6 de Fev. 1924

Prezadíssimo amigo Dr. Washington Luís.

Respeitosas saudações.

Chegou ao meu conhecimento por pessoas da família do Altino que há sérias expectativas que seja emitido do lugar que ocupa um parecer favorável ao café, peço confirmação e detalhes se possível.

Do amigo velho Quinzinho Junqueira<sup>272</sup>.

Quando ocorreu a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, a crise do café já era inevitável, mas a crise mundial impediu os financiamentos internacionais, o que levou o sistema, já bastante frágil e desgastado, a ruir por completo.

A safra projetada para 13,7 milhões de sacas chega a mais de 21 milhões e a exportação diminuía cada vez mais em vista das dificuldades econômicas dos principais mercados consumidores.

A crise nos EUA começou a 19/10/29 com a dificuldade de se levantar meros US\$ 100.000 em fundos do governo americano. A crise arrastou milhões de pessoas na chamada matança dos inocentes (a famosa quinta-feira negra de 24/10/29), onde pessoas ingênuas perderam tudo o que possuíam já que, em poucas horas, 12.894.650 ações trocaram de dono provocando uma das quedas de Bolsa de Valores mais drásticas da história e provocando a miséria de milhares de famílias nos EUA.

Em Outubro de 1929 o governo federal brasileiro pretendia emprestar US\$ 50 milhões para permitir que o Instituto do Café ajudasse os fazendeiros, só que o governo americano recusou o empréstimo, pois não havia mais

---

<sup>272</sup> Arquivo do Estado de São Paulo. Washington Luís, ap. 193.

dinheiro disponível nos EUA para empréstimo externo e a crise de Wall Street alastrou-se para o mundo.

Um empréstimo de emergência de US\$ 10 milhões da Schroeder and Company foi feito para alavancar o banco do Estado de São Paulo tendo como único motivo a necessidade de financiar o Instituto do Café de São Paulo e tentar evitar a quebra geral dos fazendeiros paulistas.

A queda das exportações do café diminuiu as importações de outros produtos e os negócios encolhem e provocam o fechamento de empresas. O comércio e a indústria diminuem o movimento com a recessão e como não havia dinheiro na praça as fabricas quebram gerando um enorme desemprego.

O achatamento dos negócios provoca a ruína, a desonra e a desgraça das famílias, outrora abastadas, e muitos fazendeiros se suicidam ao se verem na miséria, alguns em desespero chegam a recorrer ao jogo para tentar salvar o patrimônio do naufrágio final.

A derrocada financeira que devasta os EUA, Europa e América Latina piora todo dia gerando o desemprego e a miséria e preparando o cenário para a 2ª guerra mundial.<sup>273</sup>

A eleição de Júlio Prestes passa a ser vista como uma questão de vida ou morte para os fazendeiros de São Paulo. Na visão do grupo que ocupava o poder, o estado não poderia dar-se ao luxo, durante tamanha crise, de perder um cargo de tamanha importância para um não-paulista, que não teria simpatia à causa dos cafeicultores.

Ribeirão Preto, fez sua parte e, em 29 de agosto de 1929, a Câmara de vereadores aprovou, com unanimidade, a candidatura de Júlio Prestes. A situação local obteve mais de 80% dos votos para Prestes.

Por todo o estado de São Paulo, devido talvez ao desespero, as eleições de 1930 foram marcadas por violência, fraudes e subornos; até mesmo o secretário do interior do estado, o ribeirão-pretano Fábio de Sá Barreto, confessou ter desviado dinheiro público para a campanha de Júlio Prestes. Sobre esse assunto, ele alegou que era uma situação extraordinária é que “todos em São Paulo estavam convencidos de que a fortuna do Estado, seu prestígio na federação, seus grandes

---

<sup>273</sup> MEIRELES. *Os Órfãos da Revolução*, p. 19.



interesses econômicos, tudo estava estritamente relacionado ao sucesso da campanha presidencial”.<sup>274</sup>

No entanto, a formação da Aliança Liberal – formada pelo grupo do gaúcho Getúlio Vargas, que contava com o apoio dos mineiros, ressentidos pela quebra do acordo da política do café com leite, e também com o apoio do Partido Democrata de São Paulo – ameaçava o poder do poderoso PRP. Mesmo contando com o apoio de dezessete estados da federação, ainda em 1929, é marcante a preocupação dos paulistas com o embate que sabiam que iriam enfrentar, conforme explicita a fala do senador estadual de São Paulo, Cândido Nanzianzeno Nogueira da Mota, pronunciada na tribuna do Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 24 de setembro de 1929:

A guerra anunciada pela chamada Aliança Liberal não é contra o sr. Júlio Prestes, é contra nosso Estado de São Paulo, e isso não é de hoje. A imperecível inveja contra o nosso deslumbrante progresso que deveria ser motivo de orgulho para todo o Brasil. Em vez de nos agradecerem e apertarem em fraternos amplexos, nos cobrem de injúrias e nos ameaçam com ponta de lanças e patas de cavalo!<sup>275</sup>

A vitória de Júlio Prestes nas eleições foi contestada pela Aliança Liberal sob pesadas acusações de corrupção e de fraude. Não houve reconhecimento dos candidatos eleitos pela Aliança Liberal, o que os impediu de assumir. Somados a esses fatos, ocorreu, em julho de 1930, o assassinato de João Pessoa, candidato à vice-presidência.

Seus assassinos foram mortos dentro das celas pouco tempo depois, reforçando a ideia de conspiração, juntamente com o clima de descontentamento popular provocado pela crise econômica. Esses eventos levaram à organização de um grupo armado, formado por vários partidários da Aliança Liberal e chefiados por Getúlio Vargas.

Mesmo com várias tentativas de negociar a saída do PRP do poder, Vargas não obteve nenhum resultado dos seus encontros com Washington Luís; e a revolução armada ocorreu. Apesar de as tropas federais enfrentarem resistência, Vargas conseguiu tomar o poder pouco tempo depois do início dos combates.

---

<sup>274</sup> WALKER. *Dos coronéis à metrópole*, p. 74.

<sup>275</sup> CARONE. *A Primeira República*, p. 57.

A federação, confiante em uma divisão interna entre os grupos que apoiavam a revolução, principalmente entre os mineiros, não se preveniu corretamente contra a força dos revolucionários.

Às 3 horas da tarde de 3 de novembro de 1930, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas, encerrando a chamada República Velha e derrubando todas as oligarquias estaduais, exceto a mineira e a gaúcha.<sup>276</sup>

Na mesma hora, no centro do Rio de Janeiro, os soldados gaúchos cumpriam a promessa de amarrar os cavalos no obelisco da avenida Rio Branco, marcando simbolicamente o triunfo da Revolução de 1930.

Getúlio Vargas tornou-se chefe do Governo Provisório com amplos poderes. A constituição de 1891 foi revogada e Getúlio passou a governar por decretos. Vargas nomeou interventores para todos os Governos Estaduais, com exceção de Minas Gerais. Esses interventores eram na maioria tenentes que participaram da Revolução de 1930. Com a instalação do governo de Vargas, toda a política desenvolvida na Primeira República iria mudar e, com o golpe, a Primeira República chegaria ao fim.<sup>277</sup>

Por volta dessa época, Quinzinho já se encontrava doente, realizando, em busca de tratamento, diversas viagens; primeiro, a São Paulo; depois, como lá não obteve um diagnóstico favorável, ao Rio de Janeiro; e também, a Águas de Lindóia, que, por ser uma instância turística, conhecida pelas suas fontes de águas vulcânicas, com supostas propriedade curativas, foi o destino de muitas das viagens do coronel ao longo dos últimos anos de sua vida.<sup>278</sup>

Não se sabe com certeza de qual doença o coronel Quinzinho foi acometido. De acordo com as descrições em sua certidão de óbito, concluímos, pelos indícios médicos registrados, que fosse um tipo de câncer. O que se sabe é que, ao longo de mais de uma década, ele sofreu com tipo de escara, que foi-lhe marcando a face. Em fins de vida, seu rosto encontrava-se bastante castigado.<sup>279</sup>

[...] espero que já que recuperou o ânimo volte em breve para casa, aqui há muitos assuntos que pedem sua atenção pessoal.

---

<sup>276</sup> FAUSTO. *A Revolução de 1930*, p. 112.

<sup>277</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>278</sup> CIONE. *História de Ribeirão Preto*, p. 247/333.

<sup>279</sup> AHESP – Fundo Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, caixa 140.

Com as feridas do rosto bem curadas como estão, poderia considerar receber a delegação que chega em sua casa.<sup>280</sup>

Encontramos, em suas cartas, indícios de dificuldades para respirar e para se alimentar. Por isso, o coronel encontrava-se quase sempre fatigado, mas, por ter uma vontade forte, não se dava por vencido e não abandonaria seu posto de chefe da política de Ribeirão Preto tão facilmente.<sup>281</sup>

Era sabido que, por manter esse estado que demandava cuidados, e ter a face marcada por sua moléstia, o coronel, acostumado a ser visto com admiração, vai se recolher cada vez mais em sua fazenda. Depois de vender sua residência no centro da cidade, não atendia visitas sem agendamento prévio, apenas a família e os amigos mais próximos eram bem-vindos.

Uma das raras menções de sua doença pode ser encontrada em uma carta de João Veiga da Miranda ao coronel, que estava em repouso na cidade de Lindóia, interior de São Paulo, muito conhecida por suas águas termais supostamente curadoras:

Data. 12-11-1925

Prezado amigo Cel. Joaquim da Cunha. Reservada.

Saudações. Somente hoje, dia 12, recebi sua carta do dia 5 do corrente. A demora proveio, certamente, do fato de ter sido registrada a mesma carta. Antes de tudo desejo que V. se capacite de que não tem mal incurável: si essa ferida do seu nariz fosse coisa mais maligna, há muito que se teria agravado e há muito que os médicos seus amigos já teriam se manifestado de forma diferente pela qual se tem exprimido. Não desanime; insisto em lhe aconselhar uma viagem à Europa, onde há especialistas práticos na aplicação de tratamentos que aqui não se conhecem ainda, novos medicamentos, pomadas, pílulas, etc. (...)

(...) Adeus.

Sempre amigo.

Assina. J.A.Meira Junior.<sup>282</sup>

Como nunca foi homem de demonstrações públicas, são raros os registros fotográficos de suas aparições. Depois de se encontrar doente, esses registros se

<sup>280</sup> Carta de Fabio Barreto. 2 jun. 1926. Fonte APHRP.

<sup>281</sup> AHESP – Fundo Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, caixa 141.

<sup>282</sup> AHESP – Fundo Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, caixa 142.

tornaram praticamente impossíveis de achar; o homem mais poderoso de Ribeirão Preto não gostava de mostrar seu rosto à população que comandava.

Ele se afastou do seu cargo dentro do diretório local e regional do PRP em março de 1930. No entanto, a situação de caos em que a cidade se encontrava às vésperas da revolução não permitiu que o velho coronel tivesse paz: as batalhas pela sua sucessão levariam a uma grande desarticulação política na cidade e, pouco antes da revolução estourar, em outubro de 1930, Quinzinho reassumiu seu lugar de chefe. Mesmo sem sair de sua fazenda, mantinha-se atualizado, recebendo notícias diariamente.

Com o êxito da revolução, os adeptos do PD ocuparam os postos de direção da política local e decretou-se o governo provisório. Vargas nomeou os líderes tenentistas para os postos de interventores dos estados, deixando os membros do alto escalão do PD desapontados.

Em dezembro de 1930, os interventores chegam a Ribeirão Preto. Foram muitos conflitos. A maioria dos interventores nomeados renunciou ao cargo depois das fortes pressões das elites da cidade, demonstrando que mesmo após a centralização promovida por Vargas, a tradicional força dos chefes não deixou de existir por completo.

Um exemplo de que Quinzinho manteve seu status político mesmo depois do golpe pode ser visto em oito de fevereiro de 1931, quando o então interventor estadual, o coronel João Alberto, a autoridade máxima dentro do Estado de São Paulo, em visita oficial à cidade, foi encontrar o adoentado Joaquim da Cunha, conforme o relato do jornal A cidade:

Que diferença de atitudes – simpática a atitude do coronel João Alberto ao visitar em sua residência o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que se acha enfermo (...). Conhecem todos as ligações do cel. Joaquim da Cunha aos homens do regime passado. Ligações políticas de longa data, ligações de amizade e ligações de parentesco que o ilustre interventor de São Paulo também não desconhece. Apesar disso, foi o único homem que o coronel João Alberto visitou. Reconheceu nele, certamente, as elevadas qualidades morais do velho e acatado chefe político que por longos anos, a contento geral, dirigiu os destinos não só desta cidade, mas da zona inteira, sem que pudesse acusá-lo de uma violência, de uma arbitrariedade, de uma

perseguição. Política de paz e amor, foi o que o venerando ancião sempre desenvolveu (...).<sup>283</sup>

Ainda nesse ano, outros políticos de grande importância visitaram a residência de Quinzinho, em busca de solucionar a situação. Importantes membros do PD, que estavam ligados às forças revolucionárias que ajudaram a derrubar a chefia do PRP, vinham à sua residência buscar maneiras de resolver a situação complicada que a cidade vivia, como no caso do cel. Quim Cezar e de outros chefes de gabinete do PD.<sup>284</sup>

Com a formação da Frente Única Paulista (FUP), em 1932, todas as facções políticas de Ribeirão Preto se uniram em favor da votação de uma nova Constituição para o país. O movimento foi coordenado por Quinzinho da Cunha. Além da questão propriamente política, os cafeicultores criticavam as arbitrariedades de Getúlio na direção do Instituto Nacional do Café, discordando da política implantada no início do governo provisório.<sup>285</sup>

Em Ribeirão Preto, alguns viram a Revolução Constitucionalista de 1932 com grande entusiasmo: recrutaram voluntários que, organizados, combateram nas frentes de batalha de São João do Rio Pardo, Mococa e Limeira. O clã Junqueira esteve à frente do esforço de guerra.

No dia 2 de fevereiro, *A cidade* publica, na primeira página, um telegrama enviado pelo coronel Joaquim da Cunha ao ex-presidente do Estado Altino Arantes, membro do Diretório Estadual do PRP, o mesmo telegrama havia sido publicado no dia anterior no jornal “O Estado de São Paulo”:

Embora afastado da atividade política pelo meu estado de saúde, congratulo-me com todos os meus amigos pelo brilhante manifesto do Partido Republicano Paulista. Sinto-me feliz por verificar que as fileiras do glorioso partido sob cuja bandeira militei por toda minha vida se apresentam coesas, nesse momento, na defesa da restauração constitucional e da autonomia de S.Paulo.<sup>286</sup>

---

<sup>283</sup> A CIDADE. *100 anos contando a história*, p. 43.

<sup>284</sup> A Cidade, 100 anos; contando a história, p. 45.

<sup>285</sup> GODOY. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*, p. 184.

<sup>286</sup> A Cidade, 100 anos; contando a história, p.49.

Somas de dinheiro são arrecadadas, empresas doam alimentos, cigarros, tecidos para as fardas, os cidadãos comuns também contribuem como podem, muitos doam suas armas e munições para ajudar a armar os combatentes, boa parte da organização dessas iniciativas são organizadas pelos partidários de Quinzinho, como Jorge Lobato. Todos na cidade ajudaram como puderam; até mesmo a esposa do coronel e as outras mulheres Junqueira fizeram sua parte, ajudando a costurar uniformes nas oficinas da “Casa do Soldado”.<sup>287</sup>

As milícias de Ribeirão Preto combateram e perderam vidas. Atos de heroísmo foram realizados, mas, no final, as tropas revolucionárias foram vencidas pelas forças federais. Os paulistas lutaram como puderam, mas, sem apoio e sem estrutura, sentiram traídos pelos outros estados e foram vencidos.

Quinzinho não viveu para ver a derrota de seu estado, a ocupação de sua cidade e o fim do poder de seu partido: ele faleceu em 14 de setembro de 1932, durante a fase das batalhas, mas o coronel não morreu comandando, faleceu em sua cama depois de muito sofrer.

Seu falecimento foi estampado na primeira página do jornal *A Cidade*, na manhã do dia 15:

Após prolongados padecimentos, finou-se ontem, em sua residência nesta cidade, as 18:40 horas, o venerando cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

O extinto foi grande amigo de Ribeirão Preto, um homem de peregrinas virtudes, conquistando, por isso, a estima e a consideração de todo o povo de nosso grande município, onde se fez sentir a sua atuação de político de larga visão, tolerante e bondoso.

Durante trinta e poucos anos em que esteve na direção política local, cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, soube cercar-se sempre de elementos de incontestável valor, promovendo, assim, a grandeza moral e material desta abençoada terra.

Adversário do governo em mais de uma luta política, o extinto manteve uma linha de proceder notável e invulgar que tornava admirado por seus próprios competidores.

O cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira nunca permitiu que, a sombra do seu partido ou de seu nome, se praticasse perseguições ou vinganças. Amigo do governo recusou, mais de uma vez, posições de destaque,

---

<sup>287</sup> Idem, p. 49.

preferindo ficar ao lado do povo de sua terra na posição de simples chefe político do município.

Afastado ultimamente das agitações políticas, continuou a desfrutar o mesmo prestígio antigo.

A morte vem, agora, colher esse cidadão de raras virtudes cívicas, que foi, também, chefe de família exemplar. O passamento do cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira foi enorme e geralmente sentido.

O coronel Joaquim da Cunha nasceu nesta cidade, aos 16 de maio de 1860, falecendo, pois, com a idade de 72 anos.

O extinto, que deixa viúva a exma. Sra. Maria Emerenciana Junqueira, era pai do Sr. Osório Junqueira, comissário em Santos, casado com d. Amélia Uchoa Junqueira; de d. Anna Lobato, casada com, o Sr. Dr. Jorge Lobato; de d. Gabriela Arantes, casada com Sr. Altino Arantes; do Sr. Francisco Diniz Junqueira, casado com a Sr. D. Antonieta Aguiar Junqueira; e da senhorita Augusta Junqueira.<sup>288</sup>

Hoje, às 8 horas, realiza-se na residência Junqueira, rua General Osório, missa de corpo presente, saindo o féretro do mesmo prédio para a necrópole municipal, às 16:30 horas.

A família enlutada pede aos seus amigos que desejarem prestar homenagem ao morto, não fazê-lo por meio de coroas, e sim pelo álbum da Saudade, em benefício das nossas casas de caridade, conforme expresso desejo do cel. Joaquim da Cunha (...)

A cidade apresenta à família Junqueira as suas mais sinceras condolências.

Conforme o mesmo jornal noticiou no dia seguinte, a multidão conduziu o caixão da sua casa até o Cemitério da Saudade, o número de carros foi tão grande que “quando ataúde transpunha os umbrais da casa dos mortos” parte dos veículos ainda se achava na região central.<sup>289</sup>

Assim faleceu o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o maior chefe político da história de Ribeirão Preto e região, talvez por coincidência, com ele morre a Primeira República, e os coronéis não seriam mais os incontestáveis donos do poder. Seu fim é o fim de uma era na história do Brasil.

---

<sup>288</sup> A CIDADE. 100 anos contando a história, p. 52.

<sup>289</sup> Idem, p. 53.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do que foi explicitado ao longo da dissertação, realizamos uma tentativa de compreender como se construiu a teia de poder do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

Investigamos uma série de estratégias intrincadas, utilizadas por ele e por seu grupo político para garantir sua influência e a perpetuação de seu poder por várias décadas.

Tentamos compreender como ele se tornou chefe político dentro da região de Ribeirão Preto, quais os principais eventos que marcaram essa trajetória, como a região se desenvolveu durante esse período e quais foram os principais indícios de seu poder.

A política brasileira entre 1889 e 1932 foi marcada pela predominância de uma elite formada de maneira heterogênea, mas vinculada de maneira geral a um grupo de fazendeiros, principalmente paulistas, que desenvolveram formas de obter controle sobre os aparatos de governo, valendo-se do poder pessoal para garantir o poder político dentro de uma região.

Esses indivíduos se organizavam de uma maneira hierarquizada, formando laços de lealdades e troca de favores, nos quais as relações entre o público e o privado não é claramente divisível. O ápice desse sistema foi sintetizado na figura do coronel. Figura que se constrói em meio à modernidade, mas com seu poder enraizado na tradição, homem ambivalente por natureza, agressor e defensor de seu povo, figura de poder público extraoficial.

Mesmo sendo visto em alguns momentos como um dos promovedores da urbanização e modernização de toda uma região, o coronel Quinzinho manteve o poder de grupo fazendo uso de práticas como o clientelismo e o mandonismo; sua flexibilidade, no entanto, permitiu-o exercer tanto o papel de guardião da tradição quanto o de patrocinador da modernização da região.

Seus estratagemas políticos colocam-no no centro de uma complexa teia de poder, em que estão envolvidos desde trabalhadores rurais e imigrantes mais simples até governadores e presidentes da República.

Entremeando-se na esfera pública por seu poder econômico, prestígio, influência política e carisma, Quinzinho influenciou em decisões federais, estaduais e municipais.



Acreditamos que esse trabalho contribui – ao investigar os indícios da trajetória política de um coronel como Quinzinho – para trazer à tona novas questões para a história da Primeira República, apresentando alguns aspectos da história da região de Ribeirão Preto para o leitor.

A teia de poder construída por Joaquim da Cunha Diniz Junqueira ainda possui diversos elementos a serem explorados e cada um dos participantes dessa grande rede de contatos e relações humanas tem sua própria história, com contribuições inimagináveis para as tentativas de compreensão de um momento ímpar da história do Brasil.

Por hora, gostamos de imaginar que deixamos o velho coronel sentado no banco favorito olhando para seu *quintal* e esperando para nos contar muito mais dessa grande história.

## 5. FONTES

A CIDADE. Ribeirão Preto, ano VIII, 1913 até o ano XXVIII, set-out. 1932.

\_\_\_\_\_. Ribeirão Preto, ano IX, abri/jun. 1914.

\_\_\_\_\_. Ribeirão Preto, ano XV, mai/ago. 1919.

A TERRA ROXA. A Província de São Paulo. A Cidade, dez. 1876.

ALBUQUERQUE JR., D. M. Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. *Resgate*, 2 (2). 1991. p. 48-55.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO (APHRP). Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Sá, Mania & Cia, 1913.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP). Acervo particular Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. (JCDJ)

\_\_\_\_\_. Acervo particular Washington Luís (AWL).

\_\_\_\_\_. Acervo particular Altino Arantes (AAA).

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, A. de S. *Figurações da escrita biográfica*. Artcultura, v. 13, n. 22, 2011.

BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (org.). *Na estrada do anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. Apud: MELLO, R. C. *Um “Coronel de saias” no interior paulista: a “Rainha do Café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. 2009. 210f. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Franca, 2009, p.123.

BALANDIER, G. *O contorno: poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

BARRETO, L. A Nova Califórnia. In: *Clara dos Anjos e outras histórias*. São Paulo: Ediouro, 1997.

BARROS, R. *História da história da fundação de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2005.

BERSTEIN, S. A Cultura Política. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. P. (Orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BIAGI, L. L. *Os primeiros cem anos*. São Paulo: Laserprint, 1987.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: *Usos e abusos da História Oral*. Moraes (Org.), 2006.

BRIOSCHI, L. R. et al. *Entrantes no Sertão do Rio Pardo*. São Paulo: CERU, 1991.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Atas da Câmara*. Microfilmado, rolo 55-A até rolo 61-A.

\_\_\_\_\_. *Memória: as legislaturas municipais de 1874 a 2004*. Ribeirão Preto: COC, 2001.

CAMARGO, J. *Aspectos Históricos da Câmara Municipal*. Ribeirão Preto, 1974.

CANO, W. *Raízes da concentração Industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

CARONE, E. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 2ª ed. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1972.

CARVALHO, J. Mo. *Pontos e Bordados: escritos de memória e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Companhia das Letras, 1999.

CASALECCHI, J. Ê. *O Partido Republicano Paulista (1889-1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Proclamação da República*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CERTEAU, M. de. "A Operação Histórica". In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CHARTIER, R. *A História hoje: dúvidas, desafios e propostas*. Estudos Históricos. n.13, v.7. Rio de Janeiro, 1994, p. 97-113.

CHIAVENATO, J. J. *Coronéis e carcamanos*. Global, 1982.

\_\_\_\_\_. *São Simão, a história contada pelo povo*. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2006.

CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. v.3. Ribeirão Preto: IMAG, 1990.

\_\_\_\_\_. *História de Ribeirão Preto*. v.5. Ribeirão Preto: IMAG, 1990.

COSTA, E. V. da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, J. E. da. *Álbum comemorativo do 1º Centenário da Fundação da Cidade de Ribeirão Preto*. São Paulo: Schmidt, 1956.

COSTA, O. E. *História da Fundação de Ribeirão Preto*. São Paulo: História/USP, 1955.

CONRAD, R. E. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CUELLO, J. P. *Poder na Belle Époque Caipira: Quinzinho da Cunha - o Godfather do PRP*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2003.

DOIN, J. E. de M. *O Capitalismo Bucaneiro: Dívida Externa, Materialidade e Cultura na saga do Café*. 2001. 420 p. Tese (Livre Docência), Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Franca, 2001.

DOIN, J. E. de M.; PAZIANI, R. R.; CUELLO, J. P. "A saga de Ribeirão Preto na Belle Époque caipira: modernidade e urbanização na Primeira República". In: *Dialogus*. Ribeirão Preto, v.1, n.2, 2006, p. 140.

EDGAR, ...

ELIAS, N. *O Processo Civilizador: a formação do Estado e Civilização*. v.2. Tradução de Ruy Jungmann. Revisão de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FAORO, R. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1975.

FEBVRE, L. *Combates pela História*. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1986.

FÓLIS, F. *Modernização Urbana na Belle Époque Paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.

FREYRE, G. *Casa-grande e Senzala*. 45ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FORTUNATO, M. L. *O coronelismo e a imagem do Coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. Campina Grande: EDUEFG, 2008.

FURLANETTO, P. G. *O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas socioculturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)*. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 15ª ed. nacional. São Paulo, 1977.

GAETA, M. A. J. da V. *A flor do café e o caldo da cana: os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira*. Uberaba: Vitória, 1997.

GARCIA, M. A. M. *Trabalho e resistência: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890-1920)*. Franca: UNESP, 1997.

GINZBURG, C. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" In: *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GODOY, ...

GOMES, A. A. *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOBBSBAWM, E. *A Era do Capital: 1848-1875*. Tradução de por Luciano Costa Neto. 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JANOTTI, M. de L. M. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JARDIM, Renato. *Reminiscências*. São Paulo: José Olympio, 1946

JAYME, L. de R. *A educação pública na Petit Paris paulista (Ribeirão Preto, 1890/1920)*. 2012. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação.

JORGE, J. *O crime de Cravinhos: oligarquia e sociedade em São Paulo 1920-1924*. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH, USP 2004.

LAGES, J. A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*. Ribeirão Preto: VGA, 1996.

\_\_\_\_\_. *O povoamento da Mesopotâmia Pardo-Moji Guaçu por correntes migratórias mineiras: o caso de Ribeirão Preto (1834-1883)*. p. 154-159. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Franca, 1995.

LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LE GOFF, J. *São Luís: Biografia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5ª ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (Org.) *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 360.

LIMA, H. E. *A micro-história Italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998, p. 262.

\_\_\_\_\_. *O pequeno X: da biografia à história*. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOPES, L. S. *Sob os olhos de São Sebastião: A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2005.

LOPES, L. S. *Uma economia em formação: um estudo sobre a composição da riqueza em Ribeirão Preto com base nos inventários post-mortem, 1866-1888*. Revista do Centro Universitário Barão de Mauá (Impresso), v.2. 2009, p. 8-24.

LOVE, J. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MALATIAN, T. M. A biografia e a História. In: *Cadernos Cedem 1.1*. 2011, p. 16-31.

MARCONDES, R. L. O Café em Ribeirão Preto (1890-1940). In: *História Econômica & História de Empresas*. 2007. p. 171-192.

MARQUES, A. M.; BERUTTI, F. C.; FARIA, R. C. *História Moderna Através de Textos*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTIOLI, A. F. *Os desprezíveis: anarquistas em Ribeirão Preto*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em História - Licenciatura Plena. Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2007.

MATTOS, J. A. J. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Família Junqueira, 2004.

MARTINS, M. T. Q. *A civilização do delegado*. 2012. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

MELLO, R. C. de. *Um “coronel de saias” no interior paulista: a “rainha do café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Franca, 2009.

MEIRELES, D. 1930: *Os Órfãos da Revolução*. São Paulo: Record, 2005.

MIRANDA, J. P. de. *Ribeirão Preto de Ontem e de Hoje*. Ribeirão Preto: El Dorado, 1971.

MILLIET, S. *Roteiro do Café e Outros Ensaio*s. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

MOTTA, R. P. S. (Orgs.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*, v.1. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 230.

MUSIEDLAK, D. "Biografia e História: Reflexões metodológicas". In: *Revista Esboços*, n. 15. Florianópolis: UFSC, 2006. p. 103-109.

OLIVEIRA, J. H. C. *Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias*. Tese (Doutorado em História). FHDSS, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Franca, 2006.

PANG, E. S. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: a Bahia na primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAZIANI, R. R. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a 'Belle Époque' em Ribeirão Preto (1911-1920)*. 2001. p. 360. Tese (Doutorado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Franca, 2001.

PEREIRA, R. M. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1890-1900): aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha*. 1998. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Franca, 1998.

PEREIRA, R. M.; SOUSA, M. V. de; DAMACENA NETO, L. C. Registros íntimos de uma vida pública: o diário de governo de Altino Arantes (1916-1920). In: *IV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS*, Anais do IV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Goiás. Anápolis: Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação UEG, 2006, p. 692-705.

PERINELLI NETO, H. "Complexo cafeeiro e visão empresarial: a instalação da Companhia Frigorífica Pastoril em Barretos". In: *Ensaio de História*, v.4, n.1/2. Franca, 1999, p.139-167.

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 24ª ed. reimpressa. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRADO, P. *Paulística etc*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RÊGO, A. H. do. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. A Girafa, 2008.

QUEIROZ, M. I. P. de. *Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

RÉMOND, R. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROSA, L. R. O. *Comunistas em Ribeirão Preto: uma experiência com História Oral*. Estudos de História, v.3, n.1. Franca, 1996, p. 79-91.

- SALLUM JUNIOR, B. *Capitalismo e cafeicultura*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- SANTOS, P. T. dos. *Ribeirão Preto: histórico e para história*. Ribeirão Preto, 1948.
- SCHMIDT, B. B. “Construindo Biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. In: *Indivíduo, biografia e história / Estudos Históricos*, v.10, n.19. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 37.
- SCHNEIDER, M. “*Além da Justiça: O homicida Dioguinho e seus cúmplices.*” Londrina: GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL, n. 7, jan-jun 2009. Boitató – Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL 53.
- SENNETT, R. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 447.
- \_\_\_\_\_. *Autoridade*. São Paulo: Record, 2004.
- SEGATTO, J. A. *A Light e a Revolução de 1924*, Editora Eletropaulo, 1987.
- SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SILVA, A. C. D. *Poder Moderador*. Disponível em: <[http://academico.direito-rio.fgv.br/wiki/Poder\\_Moderador](http://academico.direito-rio.fgv.br/wiki/Poder_Moderador)>. Acesso em: 14 abr. 2012.
- SILVA, A.; ROSA, L. R. O.; SILVA, M. C. C.; REGISTRO, T. C. *Filhos do Café*, v.1. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010, p. 98.
- SIMÕES, I. F. *Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*. SENAC, 1998.
- SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.78. Apud DOIN, J. E. M. *A formação do Estado-Nação*, a gênese da modernização conservadora e da dívida pública: questões preliminares, Boletim do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos), Ano III, n.3, 1993, p.51.
- VIANNA, O. *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo: Record Cultural, 1974.
- VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. de. *Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*, 4ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- WALKER, T. W. *Dos Coronéis à Metrópole: fios e trama da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.
- ZAMBONI, E. *Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Estadual de São Paulo (USP), 1979.